



## CAPÍTULO V

*Carlos Manuel Gonçalves\**

### DINÂMICAS DO MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO NORTE

Ao longo das últimas décadas, a sociedade portuguesa apresenta uma substantiva mudança estrutural em termos espaciais, demográficos, económicos, sociais, políticos e simbólicos. No campo sociológico, um esforço analítico vem sendo realizado de modo a interpretar o nosso passado histórico recente, mobilizando para o efeito diferentes quadros teórico-metodológicos e, conseqüentemente, produzindo-se leituras com pontos disjuntos (Santos, 1985; Almeida *et al*, 1996; Barreto, 1996; Machado e Costa, 1998; Cardoso e Costa, 2004), mantendo, contudo, entre si, como denominadores comuns, a ênfase na reflexão das transformações ocorridas e na especificidade que as mesmas tomaram comparativamente a outros espaços nacionais europeus<sup>1</sup>.

Não deixando de ter presente aquelas conceptualizações, fixámos como objectivo primordial do presente capítulo dar conta das plurais recomposições do trabalho e do emprego na Região Norte nos últimos vinte e cinco anos. Tomando por referência os últimos três anos censitários - 1981, 1991 e 2001 – traçaremos num primeiro momento as principais tendências de mudança ao nível da população inactiva e activa para, num segundo, analisarmos a população empregada ao nível da Região. Estabeleceremos um exercício comparativo, com todas as limitações metodológicas que implica, com os correspondentes indicadores respeitantes ao país. A caracterização e interpretação daqueles componentes do mercado de trabalho serão feitas mobilizando os dados provenientes dos Recenseamentos Populacionais produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE)<sup>2</sup>. Num terceiro momento do presente capítulo,

---

\* Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>1</sup> Especificidade derivada principalmente do facto de Portugal ser uma formação social complexa que ocupa, no actual sistema mundo, uma posição semiperiférica (Santos, 1985) ou de desenvolvimento intermédio (Almeida (coord.), 1995) ou, segundo outros sociólogos, caracterizar-se pela sua modernidade inacabada (Machado e Costa, 1998).

<sup>2</sup> A mobilização dos dados dos Recenseamentos Populacionais torna necessário ter em consideração previamente algumas questões de ordem teórico-metodológica. A informação recolhida por aquela fonte é, num primeiro e crucial momento, resultante das declarações, impostas como obrigatórias pelo normativo jurídico, dos membros da população residente em condições de as realizarem. Declarações que são recorrentemente assinaladas ou manuscritas pelos próprios nos formulários distribuídos para o efeito, os quais integram um naipe de questões com o objectivo de caracterização dos respondentes - género, idade, estado civil, residência, actividade ocupacional, religião, entre outros. Em termos sociológicos, como sublinham Lima, Dores e Costa (1991, p. 45), estamos perante declarações que terão de ser interpretadas como construções simbólicas resultantes de estratégias de representação de si perante os



observaremos o passado recente - 1998 a 2005 -, dando ênfase aos movimentos mais conjunturais sobre o emprego e o desemprego. Neste caso, a fonte estatística privilegiada serão os dados do Inquérito ao Emprego e o do desemprego registado do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). A sabida incomparabilidade entre as fontes estatísticas apontadas torna impossível qualquer agregação de dados e o seu manuseamento em comum.

Como defendemos inicialmente, o equacionamento sociológico das mudanças sociais nas sociedades contemporâneas, marcadas pela complexidade e pela reflexividade (Beck, Giddens, Lash, 1994; Castel, 1995; Beck, 2000; Giddens, 2002), só é heurísticamente válido se adoptarmos modelos teóricos pluridimensionais e pluricausais, assentes no tempo e na história (Sztompka, 1991; Forsé, 1989; Trémouloinas, 2006; Wallerstein, 2006) e recusarmos, em simultâneo, as visões lineares, etapistas e unidimensionais sobre as transformações, que marcaram uma fase importante da sedimentação do pensamento sociológico.

Este é um dos pressupostos analíticos que enformará a análise a desenvolver e que ganha particular acuidade face às especificidades que envolvem as recomposições ao nível do trabalho e do emprego. Sublinhe-se que a sociologia manifesta um interesse crescente pelas questões das dinâmicas do mercado de trabalho. Facto, em si, que é consequência, entre outros factores, da relevância que tomou o volume do desemprego no pós meados dos anos setenta na Europa, da quebra acentuada e cíclica da capacidade de criação sustentável de emprego e das profundas transformações da relação salarial fordista construída no pós Segunda Guerra Mundial que a colocaram decisivamente em causa (referimo-nos à terciarização, feminização,

---

outros, as quais accionam um conjunto de estereótipos sociais e de mapas cognitivos. Declarações que implicam da parte de quem as produz um posicionamento face às nomenclaturas (termos e definições) usadas pelas instâncias estatístico-administrativas. Tal posicionamento passa por uma releitura dessas nomenclaturas baseada nas interpretações e nos interesses de auto-identificação por parte dos respondentes, o que se poderá consubstanciar, por vezes, na imposição por essas nomenclaturas, de termos e de esquemas classificatórios, que se encontram deslocados face às propriedades sociais de quem tem de responder. Declarar a sua situação face à actividade económica - activo ou inactivo, empregado ou desempregado -, à profissão desempenhada, ao modo como a exerce ou, no caso dos desempregados, à concretização ou não de acções concretas de procura de emprego são, alguns dos temas do questionário, em que se faz sentir, de modo mais explícito, aquela reinterpretação. Por outro lado, e tal como indicam os trabalhos de Desrosières e Thévenot (1988), na cadeia de produção dos dados estatísticos é igualmente relevante o papel desempenhado pelos “profissionais de codificação”, que interpretam e codificam as declarações apontadas pelos respondentes, accionando para o efeito um conjunto de instruções específicas e de nomenclaturas, na qualidade de taxinomas sobre o social, previamente definidas e testadas. Esta operação, não estritamente técnica, pode originar um efeito de deslocamento de sentido perante as respostas fornecidas pelos inquiridos. Por sua vez, ela está fortemente dependente da natureza, da estrutura, dos conceitos e dos respectivos significados das nomenclaturas. Acrescentem-se que a validade e a fidelidade dos dados dos Recenseamentos Populacionais está particularmente dependente das condições em que decorreu a sua aplicação junto da população residente. As informações existentes deixam antever que nos anos mais recentes se assistiu a uma melhoria em relação a esta questão. Os aspectos elencados, que não esgotam o tema em equacionamento, decorrem, em parte, da própria natureza e das condições de aplicação dos Recenseamentos Populacionais, e não devem ser interpretadas como fortes argumentos para o não uso dos dados. Importa, em alternativa, optar por uma posição de reflexão sobre os limites daquela fonte, como condição para uma mobilização não acrítica dos dados disponibilizados.



flexibilidade, precariedade e segmentação do mercado de trabalho, diferenciação, dualização e exclusão dos trabalhadores, limitação dos benefícios sociais do Estado-Providência, alterações dos padrões das relações de trabalho no sentido da sua individualização, quebra do poder sindical, entre outras). Os textos de Marauni e Reynaud (1993), Gonçalves (2002 e 2006), Kóvacs (2002), Kóvacs (org) (2005), Freyssinet (2004a), Demazière (2006), Horty (2006), não obstante as diferenças conceptuais e metodológicas que subsistem entre eles, explicitam leituras sobre as dinâmicas do mercado de trabalho, mobilizando para o efeito, de um modo mais ou menos expressivo, as conceptualizações sociológicas. Não é nosso objectivo explorar essas leituras. Parece-nos suficiente, atendendo ao objecto do presente texto, constatar que se assiste a uma valorização analítica das recomposições que caracterizam a actividade, o emprego e o desemprego. Interligando os patrimónios teórico-metodológicos da sociologia do trabalho e da economia do trabalho, de inspiração institucionalista, ganham destaque as discussões sobre os processos de construção social e validação dos quadros teóricos, elaborados para explicar quer os modos de repartição e de recomposição do emprego, quer os processos de mobilização, uso e reprodução da força de trabalho. A isto acresce um notório interesse pelos estatutos sociais dos sujeitos, pelas suas vivências, na condição de empregados ou desempregados, e pelas estratégias das diversas instituições sociais - Estado, sindicatos e associações empresariais - que configuram o mercado de trabalho.

Perfilhamos uma concepção sistémica das dinâmicas do mercado de trabalho<sup>3</sup> que permita uma leitura das complexas interdependências que subsistem entre o emprego, o desemprego e a actividade (Rodrigues, 1988 e Gazier, 1993). Subsiste uma notória tradição de dividir, para efeitos estatísticos e administrativos, a população residente num determinado espaço geográfico e momento histórico nas categorias de inactivos, activos empregados e activos desempregados. O instrumental para medir a população baseia-se nesta convenção, que introduz uma representação fixista e delimitada das posições ocupadas pelos sujeitos face à

---

<sup>3</sup> A expressão mercado de trabalho encontra-se fortemente inserida nos discursos de senso-comum sobre o real social e não menos nos discursos produzidos pelos cientistas sociais. Todavia, a expressão homogeneiza artificialmente diferentes posturas teóricas e metodológicas sobre o trabalho e o emprego nas sociedades contemporâneas. Desde logo, uma primeira cisão emerge entre aqueles que de um lado defendem a não aplicação do termo mercado ao trabalho, na medida em que ao fazê-lo, entre outros aspectos, oculta um conjunto vasto de processos sociais não mercantis que estão subjacentes às actividades económicas dos sujeitos sociais, e os que defendem a utilização conceptual do mercado de trabalho (Jacob e Vérin 1995). Por sua vez, entre os últimos subsistem plurais posições teóricas que, de modo esquemático, poderíamos dividir em duas grandes perspectivas antagónicas (Trembley, 1990; Gazier, 1993; Borjas, 2005) – a teoria neoclássica e a perspectiva institucionalista. Em torno de cada uma delas subsistem construções teóricas mais específicas que ganharam um espaço importante, em contextos de crise do emprego (Perrot, 1995). Por sua vez, emergiram outras conceptualizações que pretendem superar os limites teóricos da noção de mercado de trabalho, como é o caso do conceito de sistema de emprego (Rodrigues, 1988). Os sociólogos não podem ficar indiferentes a estes debates teóricos, no presente texto iremos adoptar uma noção de mercado de trabalho como “um conjunto de procedimentos pelos quais se fixam as condições de mobilização, de alocação e de remuneração da mão-de-obra assalariada” (IRES, 2000, p. 5).



actividade económica. A complexidade actual que caracteriza os mercados de trabalho inviabiliza uma representação desta natureza da sociedade. Segmentos cada vez mais importantes da população encontram-se em situações de fronteira no quadro do mercado de trabalho, ocupando intermitentemente empregos, na economia formal ou informal, passando ciclicamente períodos no desemprego, por vezes escamoteado pela frequência de cursos de formação profissional ou em ocupações inseridas no sistema de *workfare*, ou então retirando-se conjuntamente da actividade económica e transitando para a condição de inactivo (Marauni e Reynaud, 1993; Freyssinet, 2004a; Neffa, 2005). Com efeito, nos últimos trinta anos, no contexto dos países europeus, embora com ritmos e configurações de mudança parcialmente diferenciados, as fronteiras entre inactividade e actividade foram parcialmente esboroando-se, bem como cresceram, de modo significativo, entre estas duas posições os fluxos de população não conformados à forma linear e sequencial - inactividade escolar, emprego e, por fim, retirada do mercado com a passagem à condição de reformado. É neste sentido que Gazier (2002a e 2002b) defende uma nova abordagem dos mercados de trabalho, a partir do conceito de transições, contrariando, assim, uma leitura valorizante unicamente dos volumes de cada um das categorias de sujeitos face à actividade económica, insuficiente para se reflectir, por exemplo, sobre as actuais transformações do trabalho e do emprego, em especial no sentido da sua flexibilização e precarização.

Pelo apontado, mais uma vez se sublinha que um dos principais contributos da análise sociológica do emprego pretende, seguindo a tradição crítica da fenomenologia e do interaccionismo simbólico, dar uma forte ênfase à análise fina dos limites, dos significados e da evolução histórica das categorias - fortemente justificadas por proposições jurídicas, administrativas e estatísticas - que são mobilizadas, na qualidade de elementos da contabilidade social e de caracterização morfológica, para se dar conta, com implicações sociais e políticas, da denominada realidade do mercado de trabalho. Conceber tais categorias como construídos sócio-históricos, referenciadas a coordenadas espaço-temporais, influenciadas por critérios de natureza política, não cientificamente validados, é, para nós, um elemento de sobremaneira importante a ter presente quando temos unicamente como fonte primordial os dados provenientes de fontes estatístico-administrativas - o caso do nosso estudo - cujos conceitos usados impõem uma determinada visão da realidade social em observação.



## 1. Inatividade e actividade: as recomposições nos anos oitenta e noventa do século XX na Região Norte

Iniciamos a nossa abordagem do trabalho e do emprego na Região Norte, dando conta dos processos de recomposição daqueles que, no plano estatístico-administrativo, são considerados como população sem actividade económica ou população inactiva<sup>4</sup>. Em 1981, foram recenseados 1.964.812 inactivos na Região Norte, o que representava 57,6% da população residente total e 34,8% da totalidade dos inactivos do país (Quadro 1)<sup>5</sup>. A maioria dos inactivos eram mulheres (63,0%), tendência comum a outras regiões do continente e às regiões autónomas e que se irá manter para os restantes anos (59,9% em 1991 e 58,4% em 2001). Nos anos oitenta, o volume de inactivos reduz-se em 3,6%, vindo a aumentar 1,1% na década seguinte<sup>6</sup>. É uma evolução que traduz movimentos em sentido contrário conforme o género com uma maior amplitude naquele primeiro período. A entrada dos homens e a saída das mulheres na inatividade emerge como um dos factores sociais caracterizadores da dinâmica da população na Região Norte - como igualmente no país<sup>7</sup> -, expressando simultaneamente a influência dos movimentos demográficos e os intensos fluxos entre a inatividade, o emprego e o desemprego.

---

<sup>4</sup> Para o Instituto Nacional de Estatística, a população inactiva é constituída pelo “conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade, que na semana de referência (aplicação do Recenseamento Populacional) não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estão empregados nem desempregados”. Definição que coloca algumas questões: de natureza metodológica decorrente, por exemplo, da escolha da semana de referência (os volumes de inactivos e de activos serão diferenciados conforme se opte ou não por uma semana que se insira num período temporal caracterizado por uma diminuição ou um aumento da sazonalidade do emprego); de ordem substantiva, pelo encobrimento, entre outros aspectos, da importância para a dinâmica económica do trabalho doméstico, esmagadoramente feminino. A estes aspectos acresce a forte dificuldade que, nas últimas décadas, subsiste de se traçarem fronteiras de contornos bem definidos entre as categorias estatístico-administrativas que visam contabilizar e catalogar a população num determinado momento histórico e contexto geográfico. Sobre estas questões consulte-se: Gazier (1992); Maurani e Reynaud (1993) e Neffa (2005).

<sup>5</sup> Para uma análise mais ampla de alguns dos indicadores que utilizaremos ao longo de todo o capítulo, consulte-se a informação estatística disponibilizada na base de dados incluída no presente CD-ROM.

<sup>6</sup> Decorrente fundamentalmente da alteração da idade mínima de ingresso na população activa para 15 anos, em 2001 - nos dois momentos censitários anteriores era de 12 anos -, as leituras longitudinais apresentadas são meramente indicativas.

<sup>7</sup> Sobre as transformações ocorridas no trabalho e no emprego em Portugal, nas últimas décadas, consulte-se, entre outras, as seguintes obras: Rodrigues (1988); Ferrão (1989; 1990); Lima (1991); Almeida *et al* (1996).



Quadro 1  
População inactiva e taxas de inactividade

	1981		1991		2001	
	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal
População inactiva						
Total	1.964.812	5.649.992	1.892.260	5.468.969	1.912.278	5.365.909
Homens	726.565	2.032.729	758.034	2.172.148	796.076	2.258.106
Mulheres	1.238.247	3.617.263	1.134.256	3.296.821	1.117.585	3.107.803
Taxas de inactividade						
Total	57,6	57,5	54,5	55,4	51,9	51,8
Homens	44,3	42,9	45,2	45,7	44,6	45,2
Mulheres	70,0	71,0	63,2	64,5	58,7	58,0

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Aquele factor social assume uma outra expressão, se atendermos a que a transformação da estrutura etária dos inactivos, ao longo dos vinte anos (Quadro 2), ocorreu no sentido do crescente peso dos mais idosos (65 e mais anos) e do declínio do respeitante aos mais jovens (menos de 12 ou 15 anos). Para tal contribuiu, principalmente, o envelhecimento global da população, que se intensificou desde os anos sessenta do século passado (Rosa, 1996 e Bandeira, 1996). Comparativamente aos valores nacionais, a Região Norte apresenta duas diferenças de nota: o peso dos mais jovens é sempre superior e, concomitantemente, o dos mais idosos inferior. Embora seja defensável, como faz Ferrão (1996) que, nas últimas décadas, subsistiu uma tendência para uma certa uniformização demográfica ao nível do país, quebrando-se, assim, as diferenciações regionais muitas vezes equacionadas em termos de uma dicotomia territorial - o Norte mais jovem e o Sul mais velho -, é de salientar que os dados de 2001 mantêm para a Região valores ainda distantes, em alguns p.p., dos respeitantes ao território nacional. Diferenças territoriais quanto à natalidade, mortalidade e fecundidade, a par dos fluxos migratórios, de uma maior ou menor participação escolar dos jovens ou ainda de um ingresso tardio ou precoce na categoria de reformado/pensionista poderão provavelmente ser avançados como elementos explicativos da diversidade das estruturas etárias da população inactiva em particular. Por sua vez, na Região a taxa de inactividade dos mais idosos quase atingiu o valor máximo, em 2001, enquanto a respeitante ao grupo dos 25 aos 44 anos decrescia, indiciador da ampliação, face ao passado, das transições inactividade-actividade, verificando-se a mesma evolução para a taxa do grupo dos 45 aos 64 anos, provavelmente como consequência quer do abrandamento, como veremos mais à frente, do crescimento dos reformados/pensionistas, em termos absolutos e relativos, quer do incremento daquelas transições. O aumento da participação escolar dos jovens e o prolongamento dos seus trajectos académicos são os principais responsáveis pela quebra continuada da taxa de inactividade do grupo dos 15 aos 24 anos, cujos valores são, todavia, sempre inferiores às médias nacionais.



Quadro 2  
Distribuição percentual da população inactiva total e taxa de inactividade total por idades e anos

	Distribuição percentual		Taxa de Inactividade	
	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal
1981				
Menos de 12 anos	39,6	35,3	-	-
12 aos 24 anos	18,0	17,9	41,6	47,2
25 aos 44 anos	10,7	11,1	26,2	25,7
45 aos 64 anos	16,1	17,4	48,9	46,2
65 ou mais anos	15,6	18,3	92,1	91,8
1991				
Menos de 12 anos	30,8	27,2	-	-
12 aos 24 anos	20,9	21,4	48,7	50,1
25 aos 44 anos	10,3	9,1	19,7	18,4
45 aos 64 anos	18,2	19,1	49,6	46,9
65 ou mais anos	19,9	23,2	94,7	94,6
2001				
Menos de 15 anos	33,7	30,9	-	-
15 aos 24 anos	13,8	14,0	47,4	50,6
25 aos 44 anos	8,8	7,4	14,6	12,9
45 aos 64 anos	17,9	17,9	41,8	39,1
65 ou mais anos	25,7	29,9	95,6	94,7

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

O trajecto da categoria dos inactivos na Região Norte encerra um conjunto importante de transformações no seu seio que são bem ilustrativas da modernização deste espaço geográfico, como também do país. Atendendo à repartição do segmento populacional por categorias (tal como estão definidas em termos estatístico-administrativos), observa-se, desde logo, que o volume das domésticas<sup>8</sup>, remetidas às tarefas da casa e de apoio familiar, se restringiu acentuadamente - de 451.363 em 1981 para 243.119, em 2001 (-46,1%) -, diminuindo o seu peso proporcional para metade (Quadro 3). É um movimento que, para além de expressar as dinâmicas demográficas, agrega principalmente dois tipos de transições por parte das domésticas: para a condição de activas; para a condição de beneficiárias de uma pensão da segurança social, categorizando-se, assim, como reformadas/pensionistas<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> Esmagadoramente constituída por mulheres, a categoria de domésticas, é perspectivada segundo as convenções sociais que esquematizam a realidade social, contabilizam e rotulam os agentes sociais, como inactivas económicas. É, por demais sabido, que elas detêm um papel fundamental na denominada economia doméstica, com repercussões nas dinâmicas económicas dos países. Assim, o trabalho realizado na unidade doméstica, quando não muitas vezes se prolonga em actividades esporádicas ou sazonais no campo da economia informal, como suporte essencial à sobrevivência da família, é tornado invisível economicamente, conferindo à mulher (na qualidade de doméstica no seio de um agregado familiar) um estatuto de menor reconhecimento social e distorcendo, em termos analíticos, as complexas dinâmicas societais. Confira-se sobre a questão Marauni (2002), entre outros.

<sup>9</sup> Neste caso, é a assumpção pelos sujeitos de uma dupla condição - domésticas e reformadas/pensionistas. Contudo, para efeitos de auto-categorização a tendência será a de assumir plenamente a última. Na categoria dos reformados/pensionistas estão incluídos os indivíduos que auferem pensões de sobrevivência, de invalidez e de velhice com um passado contributivo ou não para a segurança social.



Na sequência do segundo tipo de transição, mas igualmente da saída da condição de activo para a de reformados/pensionistas, ocorreu um robusto aumento desta categoria na Região, que passou de 272.964 indivíduos, em 1981 para 518.297, em 1991 e, finalmente, para 612.488 no final do período (uma variação de 124,4% em vinte anos). O crescimento relativo foi mais amplo nos homens (131,1%) do que nas mulheres (119,6%). Deste modo, a posição relativa dos reformados/pensionistas no conjunto das categorias da população inactiva alterou-se substancialmente no sentido do seu reforço, ocupando um lugar cimeiro em 2001, juntamente com o segmento populacional dos menores de 15 anos. Nos três momentos censitários predominam as mulheres no seio da categoria. Em termos nacionais, subsistiu um movimento de tendência e grandeza quase semelhantes (um acréscimo total de 113,8%).

Quadro 3  
Distribuição percentual da população inactiva por categorias

	1981		1991		2001	
	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal
Menos de 12 anos	39,6	35,3	30,8	27,2	-	-
Menos de 15 anos	-	-	-	-	33,7	30,9
Estudante	12,7	13,1	16,6	17,8	12,4	12,7
Doméstica	23,0	24,6	15,8	16,2	12,7	11,4
Reformado/Pensionista	13,9	16,0	27,4	30,5	32,0	36,1
Incapacitado para o trabalho	7,4	7,1	2,0	1,9	3,3	3,3
Outros	3,1	3,5	7,4	6,4	5,9	5,6
Pessoas vivendo de rendimentos	0,4	0,3	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Um exercício analítico mais fino, aponta-nos para que, na Região, o grosso do fluxo de entrada na categoria dos reformados/pensionistas ocorreu nos anos oitenta (uma variação de 89,9%), vindo posteriormente a abrandar (18,2%). Ao longo dos vinte anos consolidou-se o volume e o peso dos reformados/pensionistas com menos de 65 anos de idade para ambos os géneros - em 1981 representavam 16,9% do total, em 1991, 34,5%<sup>10</sup>, reduzindo-se para 26,4% dez anos depois -, o que alterou o perfil da estrutura etária da categoria no sentido do seu rejuvenescimento, mantendo-se, no entanto, o grupo mais idoso (65 e mais anos) como fortemente maioritário. Consequência de um ingresso na condição de reformados/aposentados numa idade mais baixa, os homens apresentam, em termos globais, uma distribuição etária mais jovem, especialmente no último ano do período em análise.

<sup>10</sup> Nessa década existe um fortíssimo crescimento dos reformados/pensionistas, para ambos os sexos, nos grupos etários menos idosos (entre os menos de 50 anos e os 59 anos), que não deixa de ser significativo da natureza e do volume do fluxo populacional para a categoria, embora seja de relativizar face aos valores de partida reduzidos que apresentam alguns dos grupos etários. Especificamente passaram de 19.061 para 95.797 indivíduos.





Quadro 4  
Distribuição percentual dos reformados/aposentados para a Região Norte

	1981			1991			2001		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Menos de 50 anos	1,6	1,6	1,6	5,0	5,3	5,2	4,1	3,9	4,0
50 aos 54 anos	2,0	1,7	1,8	4,4	4,7	4,6	3,4	3,3	3,3
55 aos 59 anos	4,4	3,0	3,6	8,8	8,7	8,7	6,7	6,3	6,5
60 aos 64 anos	9,7	10,0	9,9	15,8	16,2	16,0	13,6	11,8	12,6
65 e mais anos	82,4	83,7	83,2	66,0	65,2	65,5	52,0	74,6	73,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Um conjunto de factores inter-relacionados e transversais à sociedade portuguesa, e portanto não propriamente exclusivos da Região, encontra-se subjacente ao crescimento dos reformados/pensionistas: ampliação do sistema de cobertura da população por regimes de pensão pela Segurança Social, no quadro da aplicação dos princípios de solidariedade social inerentes à expansão, embora com importantes lacunas, tensões e contradições do Estado-providência em Portugal no pós 25 de Abril de 1974<sup>11</sup>, o que conduziu ao crescimento do volume da população mais idosa beneficiária particularmente de pensões de sobrevivência; a proliferação das reformas antecipadas, possibilitando, em termos de idades mínimas, a saída precoce da condição de empregado (o que em parte pode explicar o crescimento dos reformados como menos de 59 anos); a passagem à reforma de um contingente de indivíduos que terminaram a sua actividade profissional em organizações privadas ou estatais. O crescimento do ingresso da população com menos de 65 anos, acima apontado, é exemplificativo do desenvolvimento e da importância dos dois últimos factores apontados.

Acrescente-se que a complexidade que envolve as transições para a condição de reformado/pensionista torna importante, em termos analíticos, ter em conta os seguintes aspectos: em primeiro lugar, que alguns dos segmentos dos reformados/pensionistas mantêm-se nos mercados de trabalho formal ou informal - este último com uma forte expressão económica, em determinados momentos dos anos oitenta e noventa -, constituindo um reforço do volume da procura de emprego, intersectando-se com a população em idade activa, acumulando, assim, a

<sup>11</sup> A expansão dos pensionistas da Segurança Social – pensões de sobrevivência, de invalidez e de velhice – ocorre de um modo bastante amplo a partir dos anos setenta do século passado. Enquanto em 1975 estavam incluídos 861,7 milhares de indivíduos, correspondendo a 21,9% da população activa, em 2001, o volume de pensionistas ascende a 2.528,8 milhares e 47,5% da população activa. Para uma abordagem sobre a evolução histórica recente da segurança social e os factores determinantes da configuração que tomou essa mesma evolução, consulte-se Carreira (1996) e Mendes (2005).



condição de reformado com a de empregado<sup>12</sup>; em segundo lugar, que principalmente nas zonas rurais são patentes estratégias de sobrevivência por parte da população idosa, que genericamente auferem pensões de montante reduzido, que incorporam a continuação da actividade agrícola, mínima, tendo como objectivo primordial a produção de bens para as respectivas economias domésticas, por vezes importante para colmatar a clara insuficiência da prestação estatal.

Entre 1981 e 1991 a população estudantil aumentou, em termos absolutos e relativos – fruto de uma mais ampla inserção dos jovens no sistema escolar (subida das respectivas taxas de escolarização) e do prolongamento temporal da sua escolaridade –, mantendo-se, contudo, abaixo do peso que a categoria ocupa no conjunto da população inactiva nacional. Em 2001, os estudantes representavam 12,4% do contingente dos inactivos<sup>13</sup>.

Para a Região Norte, o peso dos inactivos dependentes (ID) na população residente oscilou em torno dos 30% (Quadro 5), exceptuando 1991 em que uma forte descida da população com menos de 12 anos conduziu à quebra do indicador em cerca de 4 p.p. face a 1981. Entretanto, o Índice de Dependência na Óptica do Emprego (IDOE) apresenta valores decrescentes ao longo dos vinte anos. Em termos aproximativos, em 1981 verificava-se uma relação de quatro inactivos dependentes por cada cinco empregados, em 1991 e 2001, de três inactivos dependentes por cada cinco empregados.

Quadro 5  
Indicadores sobre a população inactiva

	1981		1991		2001	
	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal
ID/população residente (%) a)	31,8	30,8	26,0	27,9	30,8	31,5
IIA/população residente (%) b)	22,3	23,3	26,0	26,6	19,8	19,2
IDOE c)	82,1	79,2	63,8	66,7	68,7	70,1
IEP d)	57,6	59,9	60,0	63,7	44,1	42,7

Notas: a) ID (Inactivos Dependentes) - conjunto de jovens (menos de 12 anos para 1981 e 1991 e menos de 15 anos para 2001) e idosos (65 e mais anos); b) IIA (Inactivos em idade activa) - conjunto de indivíduos entre os 12 e os 64 anos para 1981 e 1991 e entre os 15 e os 64 anos para 2001 e que são estudantes, domésticos, reformados ou outros c) IDOE (Índice de Dependência na Óptica do Emprego) - relação entre os inactivos dependentes e o total de empregados; d) IEP (Índice de Emprego Potencial) - relação entre os inactivos em idade activa e o total dos empregados.

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

A proporção de inactivos em idade activa (IIA) na população residente, em 2001, situava-se, ligeiramente, abaixo dos vinte por cento. Importa ter presente que este segmento

<sup>12</sup> Neste caso, o regresso ao mercado de trabalho faz sobressair as fortes interdependências, que antes apontámos, entre inactividade, emprego e desemprego não passíveis de serem, frequentemente, captadas pelas categorias estatístico-administrativas sobre o mundo laboral.

<sup>13</sup> A limitação da idade da categoria a indivíduos com 15 e mais anos, em 2001 (nos anos anteriores era de 12 e mais anos) não permite qualquer comparação temporal.



populacional funciona como uma reserva de mão-de-obra. Em contextos temporais de criação de emprego, poderão inactivos em idade activa transitar para a situação de actividade económica, em especial mulheres, aumentando, deste modo, o stock de procura de emprego. Quando impera o desemprego, assiste-se ao incremento do volume de trabalhadores desencorajados (igualmente designados por inactivos desencorajados) que tendem a permanecer na inactividade, desistindo de ter uma procura activa de emprego, o que se verifica especialmente para as mulheres, assumindo o estatuto de domésticas, e para os jovens que prolongam a sua escolaridade, adiando assim a sua entrada no mercado de trabalho. Embora com as devidas cautelas decorrentes da alteração da idade mínima de ingresso no mercado de trabalho, afigura-se-nos plausível avançar que o efeito de trabalhador desencorajado não se verificou entre 1991 e 2001, ao contrário do que ocorreu na década anterior. Por sua vez, o Índice de Emprego Potencial (IEP) testemunha o que se acaba de afirmar - em 1981 e 1991, subsistia uma relação de três inactivos em idade activa por cada cinco empregados, em 2001 de dois inactivos em idade activa por cada cinco empregados.

Como evoluiu a população inactiva nas NUTS III<sup>14</sup> da Região Norte? Globalmente destacam-se as seguintes tendências<sup>15</sup>: nos anos oitenta é patente uma quebra em todas as sub-regiões com excepção do Entre o Douro e o Vouga (registra-se uma ligeira subida) na sequência principalmente da redução da inactividade feminina; no decénio seguinte, com excepção destas duas últimas sub-regiões e do Minho-Lima, as restantes apresentam subidas dos respectivos volumes de inactivos. Estes movimentos, em conjugação com a evolução dos volumes da população residente, conduziram ao decréscimo da taxa de inactividade total para cada um dos géneros com uma maior expressividade quantitativa nas mulheres (Quadro 6). Em 2001, Alto Trás-os-Montes e Douro destacam-se pelas elevadas taxas de inactividade, o que se encontra associado ao envelhecimento demográfico destas sub-regiões.

Observa-se, por outro lado, uma notória alteração da estrutura categorial da população inactiva nas sub-regiões. Reforço dos valores absolutos e relativos dos reformados/pensionistas e decréscimo dos respeitantes à população mais jovem e às domésticas emergem como linhas principais de mudança. Os estudantes registam um aumento nos anos oitenta para depois decrescerem, como consequência, em parte, da quebra da população residente jovem. Em 2001, a divergência mais significativa entre as NUTS III verifica-se quanto à proporção de reformados/pensionistas. O Alto Trás-os-Montes apresentava o valor mais elevado (40,4%) e o Tâmega o mais baixo (25,7%). As outras sub-regiões situavam-se, grosso modo, em torno dos 30%.

---

<sup>14</sup> Correspondem à Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos – Nível III (NUTS III). No texto iremos utilizar o termo sub-região como equivalente ao de NUTS III.

<sup>15</sup> Consulte-se o Quadro A, em Anexo.



Quadro 6

Indicadores sobre a população inactiva para as NUTS III da Região Norte

	Alto Trás-os-Montes			Ave			Cávado			Douro		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Taxas de Inactividade												
Total	64,1	64,3	62,6	53,8	49,0	48,2	59,1	54,5	50,8	64,6	63,7	60,6
Homens	45,2	52,4	53,2	44,7	42,8	43,2	47,8	47,2	44,5	46,5	50,8	50,5
Mulheres	83,0	76,0	71,7	62,3	55,0	53,1	69,5	61,2	56,7	81,6	76,0	70,1
Categorias de inactivos (%)												
Menos de 12 anos	32,3	22,7	-	45,7	36,8	-	43,8	34,6	-	34	25,1	-
Menos de 15 anos	-	-	22,0	-	-	39,2	-	-	38,2	-	-	25,7
Estudante	12,5	16	12,5	12,5	16,5	12,6	12,8	17,8	13,7	11,8	14,8	12,1
Doméstica	30,0	19,1	15,4	14,7	10,3	8,0	18,6	12,7	10,8	28,5	19,2	16,1
Reformado/Pensionista	15,9	30,3	40,4	14,6	28,4	30,9	13,6	26,5	29,2	16,2	30,5	36,8
ID/pop. residente (%)	32,1	30,7	35,4	32,2	26,7	29,9	34,1	28,3	30,7	33,6	30,7	34,8
IIA/pop. residente (%)	29,2	32,4	25,6	17,2	21,8	17,3	20,9	25,7	19,0	27,8	32,1	24,3
IDOE	99,8	91,6	103,6	76,7	56,1	61,2	91,7	64,6	66,3	103,9	91,1	96,0
IEP	90,8	96,7	74,8	40,9	45,8	35,5	56,3	58,7	40,9	86,2	95,2	67,2
	Entre Douro e Vouga			Grande Porto			Minho-Lima			Tâmega		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Taxa de Inactividade - HM												
Total	54,1	51,0	48,8	54,1	51,0	48,6	59,2	59,2	58,4	61,5	58,0	54,0
Homens	41,4	42,1	41,5	41,3	42,2	42,7	48,2	50,8	49,9	45,8	45,8	44,1
Mulheres	66,0	59,4	55,9	65,7	59,2	54,2	68,3	66,3	66,0	76,7	69,9	63,8
Categorias de inactivos (%)												
Menos de 12 anos	42,2	33,1	-	38,5	29,8	-	35,7	26,2	-	42,4	34,0	-
Menos de 15 anos	-	-	36,4	-	-	33,6	-	-	25,8	-	-	38,4
Estudante	11,4	15,2	12,2	15,4	20,0	13,8	11,1	14,6	11,4	9,3	12,0	9,3
Doméstica	22,6	14,6	12,1	22,3	14,4	10,4	20,7	15,8	14,9	27,4	21,8	18,9
Reformado/Pensionista	12,8	24,6	28,9	11,7	26,5	32,5	20,1	34,3	39,2	12,8	23,7	25,7
ID/pop. residente (%)	30,9	26,7	29,7	29,0	25,1	28,7	33,9	31,2	34,3	34,5	29,4	32,1
IIA/pop. residente (%)	19,8	21,8	17,1	21,7	25,0	18,8	21,2	26,9	22,7	24,1	27,9	20,8
IDOE	71,5	56,0	61,0	69,1	54,6	60,9	88,8	80,5	88,6	98,8	70,9	73,6
IEP	45,8	45,6	35,0	51,7	54,3	39,7	55,6	69,4	58,5	69,1	67,4	47,8

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Os dados recolhidos apontam para que nos três momentos censitários, o volume de inactivos dependentes foi sempre inferior ao dos inactivos em idade activa em cada uma das NUTS III. O peso desta categoria no total da população residente, em 2001, é necessariamente mais elevado nas sub-regiões envelhecidas demograficamente, o caso de Alto Trás-os-Montes, Douro e Minho-Lima. O IDOE atinge o valor máximo, para aquele ano, no Alto Trás-os-Montes - 104 inactivos dependentes por cada 100 empregados – e o valor mais baixo no Grande Porto - 61 inactivos dependentes por cada 100 empregados. Por sua vez, o peso dos IEP apresenta discrepâncias entre as várias sub-regiões. Retendo, mais uma vez, o ano mais recente, o Alto Trás-os-Montes detém o valor mais elevado - 75 inactivos em idade activa por cada 100 empregados – e o mais baixo Entre o Douro e o Vouga - 35 inactivos por cada 100 empregados.



No prolongamento da questão que vimos equacionando importa abordar, de modo mais detalhado, algumas características da IIA, em termos de volume e de estrutura, para a Região Norte em 1991 e 2001<sup>16</sup> (Quadro 7). Como apontámos acima, este segmento populacional funciona como uma reserva de mão-de-obra que, de acordo com a evolução quantitativa e qualitativa do emprego, estará disponível a (re)ingressar no mercado de trabalho<sup>17</sup>. Entre aqueles dois anos, a IIA decresceu ligeiramente (-1,3%), com evoluções diferenciadas conforme o género: os homens aumentaram (14,1%) e as mulheres diminuíram (7,5%). Mantém-se fundamentalmente constituída por mulheres, embora por força daquelas evoluções o peso das inactivas tenha baixado de 71,2% para 66,7%. Deste modo, as taxas de inactividade por género registaram tendências não coincidentes, saldando-se na diminuição da taxa de inactividade total, por força fundamentalmente da quebra do volume de mulheres

Quadro 7  
Indicadores sobre a população inactiva com idade activa para a Região Norte

	1991			2001		
	H	M	HM	H	M	HM
IIA - Total	212.843	526.239	739.082	242.919	486.677	729.596
Taxa de Inactividade a)	19,0	44,4	32,0	19,6	37,8	28,9
Taxas de Inactividade b)						
15 aos 24 anos	31,2	41,8	36,4	43,0	50,7	46,8
25 aos 34 anos	5,6	26,7	16,4	5,9	16,2	11,1
35 aos 44 anos	5,9	38,4	21,5	5,3	25,1	15,4
45 aos 54 anos	13,3	54,2	35,0	10,2	39,9	25,5
55 aos 64 anos	40,9	75,2	59,5	40,2	69,0	55,6
Distribuição por grupos etários (%)						
15 aos 24 anos	46,3	24,6	30,9	50,0	28,7	35,8
25 aos 34 anos	7,3	13,9	12,0	7,0	9,9	8,9
35 aos 44 anos	6,0	15,9	13,0	6,0	14,8	11,8
45 aos 54 anos	10,5	19,4	16,9	9,4	19,5	16,2
55 aos 64 anos	29,9	26,2	27,2	27,5	27,2	27,3
Distribuição por categorias (%)						
Estudantes	36,5	17,1	22,7	45,5	26,0	32,5
Domésticas	1,3	50,6	36,5	0,6	45,9	30,8
Reformados/Pensionistas	34,5	20,0	24,2	30,0	18,3	22,2
Outros	27,6	12,2	16,6	23,9	9,9	14,6

Nota: a) IIA/População residente com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos. b) IIA de cada grupo etário/População residente do grupo etário.

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

<sup>16</sup> De modo a possibilitar uma maior fiabilidade na comparação entre aqueles dois anos, optámos por considerar unicamente para 1991 a população inactiva em idade activa entre os 15 anos e os 64 anos.

<sup>17</sup> Desde os finais dos anos noventa que, no seio da União Europeia, se desenvolve um importante debate acompanhado pela definição de medidas a serem tomadas pelos Estados-membros no sentido de uma crescente integração da população, em especial os jovens, as mulheres e a população mais idosa, no mercado de trabalho. Integração que é politicamente concebida como um dos factores necessários para o acréscimo da performance da actividade económica na União Europeia, desde que acompanhada pelo incremento da oferta de empregos pelos empregadores que vão ao encontro das características sócio-demográficas e qualificacionais daquela população. Sobre esta questão consulte-se Guillemard (2005).



A decomposição da redução do IIA, tendo em conta as variáveis idade e género, permite constatar uma notória diferença entre a estrutura etária masculina e feminina. A última caracteriza-se, para 1991 e 2001, por apresentar quer uma proporção mais relevante do grupo dos 35 aos 54 anos (não obstante ter reduzido a sua importância relativa), o que decorre principalmente do peso das domésticas, quer um peso menor do grupo mais jovem (que, saliente-se, se reforçou em ambos os géneros ao longo da década). Por sua vez, aumentou a taxa de inactividade do grupo etário mais jovem, acompanhado pela diminuição das taxas dos restantes grupos etários. Não obstante seja observável uma aproximação, entre 1991 e 2001, das taxas de inactividade femininas às masculinas em todos os grupos etários, persistem entre si importantes diferenças quantitativas.

As dinâmicas apontadas, entre 1991 e 2001, resultam sobretudo da conjugação entre dois factores principais: o aumento da inserção e do prolongamento dos jovens na escola, o que contribuiu para o acréscimo do peso do grupo dos 15 aos 24 anos, acima assinalado, bem como do avolumar dos estudantes (uma variação de 41,1%, mais expressiva nas homens com 42,3% do que nas mulheres, com 40,2%); a forte saída de mulheres dos IIA para o mercado de trabalho, feita à custa principalmente da quebra das domésticas (-16,3%), e que conduziu à redução das taxas de actividade femininas. Domésticas que registam o valor modal na distribuição percentual por categorias da IIA nas mulheres, enquanto nos homens essa posição é ocupada pelos estudantes.

A importância que tomou a evolução do grupo etário mais jovem conduz-nos a uma exploração mais fina dos dados disponíveis. Se retivermos os dados respeitantes aos grupos etários dos 15 aos 19 anos e dos 20 aos 24 anos, constata-se, entre 1991 e 2001, por um lado, que o seu volume e respectivas taxas de inactividade aumentaram em ambos os géneros e, por outro, que se ampliou a proporção de estudantes, sendo esta categoria fortemente maioritária, em especial no grupo mais jovem.



Quadro 8  
Indicadores sobre a população inactiva com idade activa dos 15 aos 24 anos para a Região Norte

	1991			2001		
	H	M	HM	H	M	HM
15 aos 19 anos						
IIA	69.402	84.547	153.949	85.720	92.786	178.506
Taxa de Inactividade a)	42,1	52,4	47,2	63,1	71,0	67,0
Distribuição por categorias (%)						
Estudantes	84,6	76,9	80,4	89,9	91,5	90,8
Domésticas	1,5	14,0	8,4	0,2	3,1	1,7
Outros	13,9	9,1	11,2	9,9	5,3	7,5
20 aos 24 anos						
IIA	29.193	45.161	74.354	35.762	46.809	82.571
Taxa de Inactividade a)	19,3	30,3	24,8	24,3	32,3	28,3
Distribuição por categorias (%)						
Estudantes	53,4	44,3	48,9	64,2	75,4	76,6
Domésticas	1,6	36,2	22,6	0,3	12,9	7,5
Outros	45,0	17,8	28,5	20,2	10,6	14,8

a) Face ao total da população residente do grupo etário.

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

A par do apontado antes, reduziu-se o peso absoluto e relativo dos jovens que, sendo categorizados como inactivos, estão ausentes da escola. Para isso contribui, quer a quebra acentuada das domésticas - persiste ainda um peso expressivo de domésticas no grupo dos 20 aos 24 anos<sup>18</sup> -, quer a redução dos indivíduos integrados na categoria Outros<sup>19</sup> (jovens que não são estudantes, nem domésticas ou nem trabalhadores). Para esta categoria, a evolução verificada poderá traduzir uma mais ampla inserção económica e social dos indivíduos ou a utilização de procedimentos de codificação por parte do INE que anularam, parcialmente, as situações de respondentes mais indefinidas. Com as cautelas metodológicas que se devem ter face à operacionalização estatística desta categoria, sublinha-se que em 2001, 7,5% dos jovens dos 15 aos 19 anos e 14,8% do grupo etário seguinte, encontravam-se num situação de não inserção nas duas principais instituições sociais – trabalho e escola.

Ao longo do período em análise, a Região Norte apresenta uma tendência de crescimento da população activa<sup>20</sup>, mesmo em momentos - anos oitenta - em que existiu uma estagnação no crescimento da população residente. Mais especificamente entre 1981 e 1991 verificou-se uma variação positiva de 9,3% e na década seguinte de 12,3% daquele segmento populacional. Em 2001, a Região concentrava 35,6% do total nacional dos activos. A maior

<sup>18</sup> Em 1991, a categoria de domésticas, com idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos, abrangia 16.788 indivíduos, reduzindo-se para 6.160 em 2001 (uma variação de -63,3%).

<sup>19</sup> A categoria Outros inactivos inclui, segundo o INE, os inactivos que não podem ser classificados nas outras categorias da população inactiva (estudantes, domésticos, reformados/pensionistas e incapacitados para o trabalho).

<sup>20</sup> Decorrente fundamentalmente da alteração da idade mínima de ingresso na população activa para 15 anos, em 2001 - nos dois momentos censitários anteriores era de 12 anos -, as leituras longitudinais apresentadas são meramente indicativas.



participação da população no mercado de trabalho expressa-se pela ampliação das taxas de actividade em cada um dos anos censitários, acompanhando a evolução do país. Tal tendência encerra uma das principais transformações ocorridas em termos de trabalho e emprego. Se atendermos a uma análise mais fina, por género, vemos que subsistiram dois padrões quanto à evolução dos respectivos volumes de activos na Região (como igualmente no país). Os homens cresceram de uma forma bastante moderada (uma variação de 0,4%, entre 1981 e 1991 e 7,3% no decénio seguinte) enquanto as mulheres ingressaram maciçamente no mercado de trabalho (uma variação de 24,8% e de 19,2% para esses dois períodos, respectivamente)<sup>21</sup>. Deste modo, não só se amplia a proporção das mulheres no seio da população activa, 36,7% em 1981 para 44,4% ao fim de vinte anos, como também ocorreu um aumento da respectiva taxa de actividade, situando-se nos 41,4% em 2001 (ligeiramente inferior à média nacional).

Quadro 9  
Indicadores sobre a população activa

	1981		1991		2001	
	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal
População Activa a)						
Total	1.445.287	4.183.022	1.580.425	4.398.166	1.775.015	4.990.208
Homens	915.230	2.704.986	919.276	2.584.621	986.855	2.742.035
Mulheres	529.967	1.478.036	661.149	1.813.545	788.160	2.248.173
% de Mulheres na População Activa	36,7	35,3	41,8	41,2	44,4	45,1
Taxas de Actividade a)						
Total	42,4	42,5	45,5	44,6	48,1	48,2
Homens	55,7	57,1	54,8	54,3	55,4	54,8
Mulheres	30,0	29,0	36,8	35,5	41,4	42,0

Notas: a) Em 1981 e 1991, a idade mínima de ingresso na população activa é de 12 anos, em 2001 de 15 anos.

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Os movimentos populacionais antes apontados apresentam significados diferenciados. Por um lado, a evolução da taxa de actividade masculina<sup>22</sup>, marcada pela estagnação, traduz a conjugação entre a transição da condição de empregado para a de reformado, fruto do processo

<sup>21</sup> Tendo em consideração unicamente a população activa com mais de 15 anos, ao longo dos três anos considerados, observa-se que ela cresceu, em termos líquidos, 376.259 indivíduos, tendo as mulheres contribuído em 73,9% para o aumento verificado.

<sup>22</sup> Tenha-se presente que a taxa de actividade - indicador importante da mobilização da população residente face ao mercado de trabalho - é resultante de diversos, mas fortemente interdependentes, factores sociais, tais como: a dinâmica demográfica; a situação económica na sua vertente impulsionadora da criação/destruição de empregos; a configuração e modo de funcionamento dos sistemas de ensino-formação; as políticas estatais quanto à reforma dos activos, ao combate ao desemprego, à protecção social dos desempregados, à inserção dos jovens na vida activa, à duração dos contratos de trabalho e à duração do trabalho (tempo inteiro/tempo parcial), à conciliação entre a actividade profissional e a vida familiar; os valores e atitudes face ao trabalho e ao emprego por parte da população; a maior ou menor propensão social e económica ao trabalho informal e clandestino; a configuração normativa das relações laborais.





de envelhecimento da mão-de-obra, e o prolongamento do tempo de permanência dos jovens no sistema escolar, conduzindo ao adiamento do seu ingresso no mercado de trabalho. Não obstante encontrarmos as mesmas dinâmicas no caso das mulheres, variando provavelmente em termos de volume de activas, a amplitude quantitativa da feminização do mercado de trabalho foi tão intensa que compensou largamente as saídas para a inactividade e as ausências de entrada na actividade das jovens que ficaram na escola<sup>23</sup>. Embora mantendo-se inferior à taxa de actividade masculina, a intensificação da participação feminina no mundo laboral, que vem na continuidade de uma das tendências pesadas de transformação da sociedade portuguesa, a partir dos anos setenta do século passado<sup>24</sup>, alterou a composição morfológica do mercado de trabalho. A par disto, a feminização foi, na Região Norte e no país, decisiva para o crescimento do volume global da população activa. Feminização que, por sua vez, está intimamente articulada com outros processos sociais estruturantes, nas últimas décadas, da sociedade portuguesa. Salientamos a litoralização, a urbanização, o aumento da escolarização das mulheres, a terciarização da economia, a sedimentação das classes médias, de matriz urbana, o desenvolvimento de novos estilos de vida e de outros posicionamentos face às várias dimensões da vida social (Almeida *et al*, 1996; Gonçalves, 2003). Em simultâneo, importa ter presente que a feminização do mercado de trabalho se caracteriza por ser enformada por processos, complexos e pluridimensionais, que (re)produzem situações de discriminação e de segregação, não só ao nível do mercado de trabalho, como da família e das instituições políticas, entre outras.

Transformações relevantes ocorreram igualmente no seio da estrutura etária da população activa da Região Norte que conduziram à sua recomposição. Em primeiro lugar, o decréscimo continuado, ao longo dos três anos, do peso do grupo dos jovens (dos 12 ou 15 aos 24 anos) para ambos os géneros, consequência directa do assinalado prolongamento da sua presença no sistema de ensino, comparativamente as gerações anteriores<sup>25</sup>. Em segundo, existiu um incremento relativo dos grupos dos 25 aos 39 anos e dos 40 aos 54 anos na sequência da incorporação das mulheres no mercado de trabalho. Em terceiro, o grupo mais velho (55 e mais anos) evoluiu no sentido de uma ligeira redução do seu peso relativo. Subsiste, portanto, um

---

<sup>23</sup> No caso da indústria têxtil e do vestuário, fortemente implementada na Região Norte, a participação das mulheres é bastante elevada, expressando, deste modo, a divisão sexual do trabalho.

<sup>24</sup> Segundo o Recenseamento Populacional de 1960, a taxa de actividade feminina era de 13,0% (embora possa estar subestimada pela não inclusão das mulheres que trabalhavam nas actividades agrícolas, na condição de membros do agregado familiar, e não consideradas, para efeitos estatísticos, como activas), evoluindo para 19,0% em 1970. Sobre a feminização do mercado de trabalho, anterior a 1980, consulte-se, entre outros, os textos de Nunes (1984), Rodrigues (1988), Almeida *et al*, (1996) e Ferrão (1992).

<sup>25</sup> É analiticamente defensável que o aumento da escolarização dos jovens conduz à sua menor participação na actividade económica. Todavia, é de sublinhar que essa relação não é estritamente linear. A diminuição da actividade económica dos jovens poderá não ser compensada totalmente pelo crescimento dos estudantes. Como apontámos antes, em 1991 e 2001, detecta-se um volume não displicente de jovens inactivos, em idade escolar, mas ausentes do sistema de ensino.



processo tendencial de envelhecimento dos activos (o que elevou a respectiva idade média), mais intenso nos homens do que nas mulheres, decorrente destas terem ingressado na população activa mais recentemente e com idades baixas, embora a um ritmo mais rápido do que aquele que caracteriza o espaço nacional. Comparativamente aos valores médios nacionais, a Região, em 2001, apresentava uma estrutura etária da população activa ligeiramente mais jovem.

Quadro 10  
Distribuição percentual da população activa por grupos etários e sexo

	1981		1991		2001	
	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal
12 aos 24 anos a)						
Total	34,4	27,0	26,3	21,1	16,5	14,6
Homens	32,2	25,5	24,7	20,2	16,1	14,6
Mulheres	38,1	29,8	28,6	22,3	17,0	14,6
25 aos 39 anos						
Total	32,9	34,2	40,1	39,2	43,1	41,4
Homens	32,0	32,8	38,7	37,3	41,0	39,7
Mulheres	34,4	36,6	42,2	42,0	45,7	43,4
40 aos 54 anos						
Total	22,5	26,4	24,2	28,2	31,0	32,4
Homens	24,3	27,7	25,7	29,2	32,0	32,8
Mulheres	19,6	23,9	22,1	26,8	29,7	31,8
55 e mais anos						
Total	10,2	12,4	9,3	11,5	9,4	11,6
Homens	11,6	14,0	10,9	13,4	10,8	12,9
Mulheres	7,9	9,6	7,1	8,9	7,6	10,1

a) Em 2001, este grupo etário integra apenas os activos com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos.  
Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Em parte resultante dos movimentos assinalados, as taxas de actividade dos grupos etários sofreram variações significativas. As taxas de actividade juvenil na Região Norte diminuíram (de uma forma mais expressiva nas mulheres), mantendo-se sempre superiores às médias nacionais, apesar de existir uma tendência de convergência, o que expressa, em particular<sup>26</sup>, uma melhoria das condições de vida da população reflectindo, entre outras dimensões, o aumento do volume inseridos no sistema escolar, factor necessário, mas não suficiente, para uma maior qualificação escolar e profissional da população activa. A par disto, a Região, em 2001, concentrava 40,2% da totalidade dos jovens trabalhadores do país. A dinâmica económica da Região e o perfil de segmentos do tecido empresarial, ambos baseados em processos de trabalho mobilizadores de mão-de-obra intensiva indutores de empregos para jovens, de baixo nível qualificacional e, nos tempos mais recentes, marcados pela precariedade

<sup>26</sup> Igualmente aquela redução deverá ser aferida face ao decréscimo do volume de jovens, nos correspondentes grupos etários, no seio da população residente.



laboral, a saída precoce da escola associada ao não prolongamento da escolaridade<sup>27</sup> por razões ligadas ao insucesso escolar continuado ou à insuficiência económica dos agregados familiares, a persistência em determinadas zonas da Região, de cariz mais rural, de uma matriz sócio-cultural não valorizadora de um prosseguimento temporalmente lato da aprendizagem no sistema escolar, reforçada, em parte, pela não disponibilização de uma oferta de ensino ampla e acessível, vocacionada para um ensino de cariz profissionalizante, são alguns dos factores que contribuem para o valor que as taxas de actividade juvenis apresentam na Região Norte.

Quadro 11  
Taxa de actividade por grupos etários e sexo

	1981		1991		2001	
	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal
12 aos 24 anos a)						
Total	58,4	52,8	51,3	44,2	52,6	49,4
Homens	68,5	63,8	55,3	49,2	56,3	53,4
Mulheres	48,1	41,6	47,2	39,1	48,8	45,2
25 aos 39 anos						
Total	76,0	76,2	81,8	82,9	86,7	88,0
Homens	96,8	97,1	93,3	94,2	92,9	93,3
Mulheres	56,6	56,3	70,7	71,9	80,7	82,8
40 aos 54 anos						
Total	61,1	63,8	67,4	70,3	75,4	78,5
Homens	89,7	91,6	87,5	89,2	89,0	89,8
Mulheres	36,3	38,8	49,1	52,9	62,4	67,7
55 e mais anos						
Total	23,6	24,9	20,0	20,8	19,1	20,6
Homens	39,9	41,8	31,6	32,4	28,2	28,7
Mulheres	11,6	12,0	11,3	11,7	12,2	14,3

a) Em 2001, este grupo etário integra apenas os indivíduos com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos.

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

<sup>27</sup> A par disto, em alguns territórios da Região Norte subsiste, embora com uma expressão quantitativa mais reduzida do que no passado, a utilização da mão-de-obra infantil pelas empresas ou nas actividades agrícolas familiares, o que implica, geralmente, o abandono da escola. Como é salientado no Plano Nacional de Prevenção de Abandono Escolar, entre 1991 e 2001, ocorreu uma diminuição da taxa de abandono escolar (indivíduos dos 10 aos 15 anos que não concluíram o 3º ciclo do ensino básico e estão ausentes do sistema de ensino) que passou dos 12,5% para os 2,7%. Por sua vez, essa diminuição não se fez sentir, de um modo tão expressivo, em relação às taxas de saída antecipada (indivíduos dos 18 aos 24 anos que não concluíram o 3º ciclo do ensino básico e estão ausentes do sistema de ensino) e de saída precoce (indivíduos dos 18 aos 24 anos que não concluíram o ensino secundário e estão ausentes do sistema de ensino) que apresentam, para aquele último ano, valores ainda elevados, 24,6% e 44,8%, respectivamente. No caso da taxa de abandono escolar, uma parcela das NUTS III da Região Norte tinha valores superiores à média nacional, o que não se verifica de modo tão extensivo em relação às outras NUT II, - Tâmega com 6,2%, Douro com 4,5%, Alto Trás-os-Montes com 4,0% e Ave com 3,2%, Cávado, Entre Douro e Vouga e Grande Porto com 2,6% cada e Minho-Lima com 2,3%. Quanto à taxa de saída precoce subsiste uma situação idêntica - Tâmega com 68,2%, Ave com 57,2%, Cávado com 57,4%, Entre Douro e Vouga com 54,1%, Minho-Lima com 50,1%, Douro com 49,5%, Alto Trás-os-Montes com 42,6% e, por último, o Grande Porto com 40,5%. Consulte-se ME/MSST (2004).



Em termos dos grupos dos 25 aos 54 anos salienta-se, para a Região Norte, o forte incremento da taxa de actividade feminina como expressão directa da ampliação da participação das mulheres na actividade económica, embora ainda abaixo da média nacional. Em 2001, essa taxa era de 80,7% para o grupo dos 25 aos 39 anos (mais 24,1 p.p. do que em 1981) e de 62,4% para o dos 40 aos 54 anos (mais 26,1 p.p. face a 1981). Diferença entre os dois grupos etários explicada principalmente por um efeito geracional, no seio da população feminina, quanto à temporalidade do ingresso no mercado de trabalho. Entretanto, a taxa de actividade masculina reduziu-se na sequência do aumento das transições para a inactividade. Quanto ao grupo dos mais velhos (55 e mais anos), é patente uma quebra da actividade nos homens, o mesmo não se verificando para as mulheres, que a aumentaram nos anos noventa. Este aspecto representa um prolongamento da sua permanência no mercado de trabalho. Na sequência dos movimentos apontados, as taxas de actividade feminina, em especial as das idades intermédias, vêm notoriamente convergindo com as taxas masculinas.

Um dos factores mais vulneráveis da Região encontra-se na predominância dos baixos níveis de habilitações académicas da população activa numa ordem de grandeza superior aos valores nacionais (Quadro 12). Em 2001, 67,3% dos sujeitos com actividade económica possuíam habilitações iguais ou inferiores ao ensino básico. Importa, contudo, sublinhar que, ao longo da década de noventa, se assistiu à diminuição do peso relativo da população activa menos escolarizada, o que foi igualmente patente para a totalidade da população residente na Região, bem como avançou a proporção de activos com ensino secundário e duplicou o peso dos que tinham um diploma do ensino superior. Movimentos de sentido idêntico ocorreram em termos nacionais<sup>28</sup>. Embora reflectindo a junção de várias gerações com diferentes trajectos escolares, o que parcialmente anula o forte aumento da escolaridade das mais jovens, a melhoria verificada terá de ser equacionada tendo em conta que a Região Norte apresentou historicamente, face à média nacional, uma posição de partida menos favorável. A redução do diferencial face aos valores nacionais, ocorrida nos anos noventa, ganha, portanto, mais relevo, não obstante persistir, embora numa evolução decrescente, o abandono escolar precoce.

---

<sup>28</sup> Não obstante as melhorias verificadas nos anos noventa, como são salientadas por Rodrigues (2003), Resende e Vieira (2003), Almeida e Vieira (2006), que prolongam e intensificam uma tendência em curso desde os anos setenta (Almeida *et al.*, 1996), Portugal no início do século XXI mantinha níveis de habilitações académicas distanciadas do padrão da União Europeia, o que reflectia, em parte, défices de educação historicamente acumulados.



Quadro 12  
Distribuição percentual da população activa por níveis de escolaridade

	1991		2001	
	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal
Sem instrução	3,3	4,1	1,3	1,8
Ensino Básico	80,1	74,1	67,3	59,5
Secundário	8,7	11,8	18,1	22,2
Médio	2,3	2,5	0,6	0,7
Superior	5,6	7,6	12,7	15,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

O incremento dos diplomados com o ensino superior tem-se repercutido numa melhoria da qualificação da mão-de-obra mobilizada pelas organizações públicas e privadas. Tal processo expressa, por outro lado, uma maior capacidade de oferta de cursos por parte das instituições universitárias e politécnicas, em especial a partir dos meados dos anos oitenta, que foi socialmente correspondida por uma procura por parte dos jovens e das suas famílias de uma titulação académica de nível superior, como meio, entre outros, que possibilitasse no mercado de trabalho o acesso a empregos com mais elevados recursos materiais e simbólicos.

A transição da escola para o emprego apresenta determinadas particularidades na Região e no país. Em primeiro lugar, subsistem quer o alongamento temporal e o aumento da complexidade dessa transição, o que corresponde a um tempo mais prolongado de acesso a um emprego regular e estabilizado, quer o desenrolar de percursos pautados pela mobilidade entre desemprego, emprego instável ou ocasional e formação profissional sem que os mesmos estejam condicionados a uma linha de continuidade, mas fundamentalmente de oportunidade, de modo a evitar-se a exclusão laboral (Gonçalves, Parente e Veloso, 2001 e 2004). Em segundo lugar, a predominância de jovens sujeitos a novas formas de emprego marcadas pela precariedade contratual e pela incerteza face ao futuro profissional. Razões ligadas à quebra da dinâmica económica, à não criação de empregos em quantidade e qualidade para absorver os jovens diplomados ou mesmo ao excesso de oferta de diplomados em determinadas áreas científicas (o caso das humanidades e das ciências sociais, por exemplo) face à procura poderão ser avançadas para o entendimento sociológico das dificuldades que este segmento populacional vivência nas últimas décadas, na Região e no país em geral. O défice qualificacional, nos planos académico e profissional, que se verifica no Norte é um dos importantes obstáculos ao acréscimo dos níveis de rendimento, da produtividade e da competitividade, bem como a uma mudança sustentada e qualificante da sua inserção económica internacional.



Entre 1981 e 1991, o andamento da população activa total nas sub-regiões do Norte<sup>29</sup> caracterizou-se pela diminuição dos respectivos volumes no Alto Trás-os-Montes e no Douro, enquanto nas restantes se registavam aumentos, embora de grandeza relativa diferente – os mais expressivos são os do Cávado e do Ave, o que está intimamente ligado ao dinamismo industrial que as caracterizou, em especial, nos anos oitenta. Para o crescimento generalizado concorreu fundamentalmente o ingresso das mulheres no mercado de trabalho – aumentaram em todas as sub-regiões com valores bastante superiores aos dos homens (o que em parte pode decorrer do facto dos valores de partida serem comparativamente mais baixos). O Grande Porto contribuiu para 36,7% da criação líquida do volume de activas, o que poderá ser explicada pelo aumento do emprego no sector terciário nesta sub-região, fortemente mobilizador de mão-de-obra feminina. Distanciados desta sub-região estão os contributos do Ave com 17,0% e do Tâmega com 14,9%. Nos anos noventa, ocorreram fortes crescimentos da população activa nas sub-regiões com um padrão de especialização produtiva configurado predominantemente em torno das actividades industriais e de serviços. Contrariando esta tendência, encontramos o Alto Trás-os-Montes, com um decréscimo insignificante, o Douro e o Minho-Lima em que o aumento foi reduzido. O processo de feminização do mercado de trabalho foi fundamental para o crescimento verificado, tal como aconteceu no período anterior. As variações positivas mais elevadas da população activa feminina ocorreram no Tâmega e no Cávado. O Grande Porto persistiu como a sub-região com o maior contributo para o aumento das activas (uma variação de 41,3%).

A conjugação entre as variações da população activa com as da população residente induziu, ao longo do período considerado, uma ampliação das taxas de actividade em todas as sub-regiões, conquanto apresentem ritmos de crescimento descoincidentes (Quadro 13). Em 2001, o Ave e o Grande Porto detinham as taxas mais elevadas, ocupando o Alto Trás-os-Montes e o Douro o pólo oposto. Como seria de esperar pelos dados já apontados, este incremento da população activa no seio da população residente teve uma forte expressão quantitativa nas mulheres. Não só as suas taxas de actividade aumentaram (com excepção do Minho-Lima) ao longo das duas décadas, como também cresceu a proporção de mulheres na população activa.

---

<sup>29</sup> Veja-se o Quadro B, em Anexo.



Se é patente um movimento intra-regional de aproximação entre homens e mulheres, em termos de actividade económica, verifica-se, por outro lado, que, em algumas sub-regiões, como o Douro, o Alto Trás-os-Montes e o Tâmega, a taxa de actividade feminina, em 2001, apresentava valores inferiores à masculina, em cerca de 20 p.p. (o Ave e o Grande Porto apresentam as menores diferenças, em torno dos 10 p.p.), portanto, muito acima do valor médio da Região de 12,8 p.p. A par disto, subsistem disparidades, por vezes acentuadas, entre as sub-regiões quanto ao peso das mulheres na população activa - o Grande Porto, o Ave e o Cávado registam os valores mais elevados; o Douro e o Alto Trás-os-Montes os mais baixos.

Embora com ritmos desiguais, generalizou-se às sub-regiões a queda da taxa de actividade juvenil entre 1981 e 2001 (o Ave com 11,8 p.p de diferença e o Tâmega com 6 p.p. são as duas situações extremas, entre 1981 e 2001)<sup>30</sup>. Em 2001, a maioria delas apresenta uma taxa de actividade juvenil mais elevada comparativamente à média nacional. Em termos de género, e para os três momentos censitários, as jovens são menos mobilizadas para o mercado de trabalho que os jovens. Observa-se, em todas as sub-regiões, um movimento de alteração importante do perfil etário dos activos no sentido do seu envelhecimento. O peso do grupo etário dos 25 aos 49 anos cresceu, na sequência, principalmente, da feminização do mercado de trabalho, enquanto os pesos do grupo mais jovem e do com 65 e mais anos se reduziram. Por sua vez, e tomando em conta os dados de 2001, o Alto Trás-os Montes e o Douro, por razões associadas às respectivas dinâmicas demográficas, tinham uma estrutura etária mais envelhecida da população activa comparativamente às restantes sub-regiões.

---

<sup>30</sup> Todavia, em algumas das sub-regiões, entre 1991 e 2001, as taxas de actividades juvenis cresceram, o que merece um estudo mais detalhado sobre os fluxos entre inactividade e actividade que então ocorreram.



Quadro 13  
Indicadores sobre a população activa por NUT III da Região Norte

	Alto Trás-os-Montes			Ave			Cavado			Douro		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Taxas de Actividade a)												
Total	35,9	35,7	37,4	46,2	50,4	51,8	41,0	45,5	49,2	35,4	36,3	39,4
Homens	54,8	47,6	46,8	55,3	56,6	56,8	52,2	52,8	55,5	53,5	49,2	49,5
Mulheres	17,0	24,0	28,5	37,7	44,4	47,0	30,7	38,8	43,4	18,4	24,0	30,0
Taxas de Actividade Juvenil b)												
Total	45,2	31,7	35,7	69,8	61,1	58,0	60,4	53,5	54,6	48,5	39,8	41,6
Homens	63,7	41,0	42,5	73,7	62,3	60,8	68,8	55,2	57,9	65,5	49,9	49,1
Mulheres	24,2	21,1	28,5	65,9	59,8	55,2	52,1	51,7	51,4	30,0	28,7	33,6
% Mulheres na População Activa Estrutura etária (%)												
Total	23,8	34,0	39,1	41,9	45,1	46,3	38,9	44,2	45,6	26,7	34,1	39,3
15 aos 24 anos	28,5	17,7	13,1	38,0	29,0	17,8	36,8	28,8	18,5	30,7	23,6	15,5
25 aos 49 anos	43,8	54,1	62,1	50,4	59,2	67,5	49,0	58,2	66,8	44,0	54,2	63,5
50 aos 64 anos	23,7	24,5	21,9	10,6	11,2	14,0	12,9	12,0	13,8	22,4	19,6	19,0
65 e mais anos	4,0	3,6	2,9	1,0	0,7	0,7	1,4	1,0	0,9	2,9	2,5	2,0
	Entre Douro e Vouga			Grande Porto			Minho-Lima			Tâmega		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Taxas de Actividade a)												
Total	45,9	49,0	51,2	45,9	49,0	51,4	40,8	40,8	41,6	38,5	42,5	46,0
Homens	58,6	57,9	58,5	58,7	57,8	57,3	51,8	49,2	50,1	54,1	54,7	55,9
Mulheres	34,0	40,6	44,2	34,3	40,8	45,8	31,7	33,7	34,1	23,4	30,7	36,3
Taxas de Actividade Juvenil b)												
Total	65,0	59,2	56,1	56,7	48,0	49,8	55,8	45,4	48,5	60,1	58,5	61,7
Homens	74,0	62,2	59,8	63,5	50,7	52,1	51,2	50,0	52,5	75,0	64,8	66,9
Mulheres	55,7	56,1	52,2	49,8	45,3	47,3	64,2	41,0	44,5	44,4	51,8	56,3
% Mulheres na População Activa Estrutura etária (%)												
Total	38,1	42,5	44,1	39,0	43,5	46,5	42,5	44,6	43,8	30,9	36,7	40,1
15 aos 24 anos	34,2	27,0	16,4	27,3	21,2	13,9	29,2	22,3	16,8	39,4	33,7	21,9
25 aos 49 anos	49,8	58,8	66,1	56,1	62,7	66,4	46,1	54,9	64,4	44,2	53,3	64,8
50 aos 64 anos	14,4	13,2	16,3	14,9	14,8	18,3	21,7	20,4	17,1	14,9	12,1	12,4
65 e mais anos	1,6	1,0	1,2	1,7	1,3	1,4	3,1	2,3	1,7	1,5	0,9	0,9

Notas: a) Em 1981 e 1991, a idade mínima de ingresso na população activa é de 12 anos, em 2001 de 15 anos. b) Dos 15 aos 24 anos para os três períodos.

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Num primeiro momento conclusivo do presente texto, importa salientar alguns aspectos. No quadro global das mudanças sociais ocorridas na Região Norte, entre 1981 e 2001, a população inactiva sofreu um importante processo de recomposição, materializado principalmente na diminuição das domésticas e no forte aumento dos reformados. Por sua vez, o contingente de activos e a respectiva taxa de actividade registaram uma evolução positiva, que reflecte directamente o importante crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Este é notoriamente um dos eixos estruturantes da mudança sócio-económica na Região, seguindo a tendência nacional, embora a um ritmo menos intenso. O envelhecimento da





população activa traduziu-se pela diminuição da proporção dos jovens e pela ampliação dos activos com idades medianas e elevadas. Decorrente de um conjunto de dinâmicas sociais, económicas e culturais particulares à Região, a taxa de actividade juvenil apresenta, ao longo dos anos, valores superiores à média nacional. Observando-se, a uma escala mais fina, a evolução que tomaram os vários atributos caracterizadores das populações inactiva e activa, são patentes as notórias disparidades existentes na Região Norte, das quais sobressai a clivagem entre, por um lado, o Grande Porto e as sub-regiões contíguas, principalmente Ave e Cávado e, por outro lado, as outras sub-regiões.

## 2. Recomposições do emprego na Região Norte nos anos oitenta e noventa

Na Região Norte o volume da população empregada aumentou ao longo do período em análise. Mais especificamente, entre 1981 e 1991 regista-se uma variação de 13,6%, cerca do dobro da referente ao país (7,9%), e na década seguinte de 10,3%, inferior ao valor médio nacional (12,6%)<sup>31</sup>. Por sua vez, enquanto os homens aumentam modestamente na razão de 3,7% nos anos oitenta e de 5,8% no decénio seguinte, as mulheres expandem-se fortemente no primeiro período na ordem dos 31,7% e, posteriormente de, um modo menos intenso, 16,6%<sup>32</sup>. Consequentemente, a participação relativa das mulheres aumentou, induzindo, assim, uma transformação morfológica relevante da composição de género na população empregada.

Quadro 14  
Evolução da população empregada

	1981		1991		2001	
	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal
População empregada	1.321.799	3.828.264	1.501.817	4.129.709	1.656.103	4.650.947
% de mulheres empregadas	35,5	34,1	41,1	40,0	43,5	44,1

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

As alterações quantitativas apontadas envolvem mudanças e permanências ao nível dos principais indicadores sobre o emprego. Comparando os três momentos censitários, constata-se uma tendência pesada de reestruturação sectorial do emprego na Região Norte e no país, no sentido da perda muito acentuada da importância do Primário, do acréscimo e posterior quebra do Secundário e do amplo aumento do Terciário (Quadro 15). São claras as transformações do

<sup>31</sup> Neste capítulo não será abordado o desemprego na Região Norte contabilizado nos Recenseamentos Populacionais. Unicamente como nota regista-se que a taxa de desemprego nesta região era de 5,0% em 1991 e de 6,7% em 2001.

<sup>32</sup> Note-se que na década de oitenta, o emprego feminino contribuiu para 82,6% da criação líquida de empregos; na década seguinte esse contributo é mais reduzido, mas não menos relevante, 66,6%.



quadro global da actividade económica e do padrão de especialização produtiva da Região que apontam na direcção da sua modernização sócio-económica<sup>33</sup>, prolongando, no período em análise e por vezes de modo mais intenso, tendências iniciadas nos anos sessenta e que, em algumas das suas dimensões, são comuns a outros espaços geográficos nacionais (Ferrão, 1992; Almeida *et al.*, 1994; Barreto, 1996; Machado e Costa, 1998; Cardoso e Costa, 2004). A estrutura sectorial do emprego da Região diferencia-se da respeitante ao país pelo maior peso do Secundário e o menor peso do Terciário, o que se manifesta como um traço constante nas décadas de oitenta e noventa.

Nas últimas décadas desapareceram, em parte, os traços sócio-económicos e culturais de ruralidade tradicional que caracterizaram historicamente a Região (para o que foi determinante, entre outros aspectos, os processos emigratórios da população nortenha para a Europa ou para o litoral do continente nacional nos anos sessenta), com a conseqüente mudança da natureza e das funções do mundo agro-rural (Pinto, 1985; Almeida, 1986; Silva, 1998). Integrando tal processo, assiste-se a uma intensa desertificação populacional mais notória nas zonas do interior. Entre 1981 e 1991, o peso do Primário no total do emprego evoluiu de 19,8% para 10,6%, registando o respectivo volume de emprego uma variação de -39,3%<sup>34</sup>. Na década seguinte, este movimento acelerou: o peso do sector fixou-se nos 4,8%, ocorrendo uma variação de -50,4% dos efectivos do sector. O êxodo da população agrícola fez-se em direcção à indústria transformadora, à construção e obras públicas, a algumas das actividades de Terciário (em particular às que exigiam menores recursos académicos e qualificacionais) e aos espaços territoriais urbanizados do interior e do litoral. Tem-se assistido à diminuição do número de explorações agrícolas e ao aumento da sua dimensão (concentração da propriedade), bem como à redução de determinadas zonas da superfície agrícola (Marques, 2004). O mundo rural na Região e no restante espaço nacional vem evoluindo da homogeneidade, localizada territorialmente, para a pluralidade de actividades económicas. Em zonas do interior da Região, uma parcela importante das que permanecem são predominantemente isolados agrícolas, envelhecidos, com uma actividade agrícola direccionada para a auto-subsistência, arredada da economia mercantil, em que para os respectivos orçamentos familiares são importantes os rendimentos provenientes das pensões da segurança social. Por sua vez, persiste o exercício da actividade agrícola a tempo parcial conjugado, principalmente com a actividade, a tempo inteiro, na indústria e na construção e obras públicas, gerando-se, deste modo, situações de pluri-actividade e de pluri-rendimento. Situações que são relevantes para a economia doméstica, compensando os baixos salários praticados ou, em períodos de crise de emprego, como os que

<sup>33</sup> Para uma análise da evolução recente da competitividade e da coesão económica e social ao nível das regiões portuguesas consulte-se Mateus (coord.) (2005).

<sup>34</sup> Consulte-se o Quadro C, em Anexo.



ocorreram entre 1976 e 1986 e de 1994 a 1997, possibilitando o não agravamento extremo da debilidade financeira das famílias<sup>35</sup>.

A par disto, um conjunto de processos, plurais e complexos, com uma expressão territorial diferenciada intra-região, vem sustentando uma diversificação das actividades económicas no espaço rural. O incremento da produção vitivinícola, em particular no Minho-Lima (vinhos verdes) e no Douro (vinho do Porto), da bovinicultura e produção leiteira, na Região do Entre Douro-e-Minho, a que poderemos acrescentar, embora nem sempre apresentando uma regularidade ao longo dos últimos vinte anos, a produção hortícola e a silvicultura. Esta reestruturação da actividade económica da agricultura, no sentido da especialização territorial da produção, tem passado, por sua vez, pela fixação de novos agricultores, mais jovens e qualificados, que apostam em empresas agrícolas, de dimensão reduzida, capitalizadas, direccionadas para a economia mercantil e integrando redes de comercialização que colocam, em parte, os seus produtos nas superfícies comerciais, de venda a retalho, localizadas preferencialmente no Grande Porto<sup>36</sup>. Interligado com tais actividades, o espaço agro-rural que se encontra mais próximo dos territórios urbanizados vem sendo utilizado para a implementação de habitação, recorrentemente com uma forte densidade populacional, ou então de estabelecimentos industriais, no seguimento do processo de industrialização difusa que caracteriza a Região, e de serviços. Parcialmente compensando a quebra da actividade agrícola mais tradicional, em termos de emprego e riqueza produzida, vem ocorrendo a localização, nas zonas rurais, de actividades de cultura, de turismo, de lazer, frequentemente não separadas da agricultura, bem como a expansão da produção de produtos artesanais, de natureza diversa, mas fortemente imbricados e valorizantes das identidades territoriais. A Região Norte concentrava, em 2001, 34,0% do total do emprego agrícola do país, destacando-se das restantes NUTS II.

---

<sup>35</sup> Sobre as dinâmicas de mudança do sector agro-florestal na Região Norte, consulte-se: Amorim (1997); Mendes (1999); Lima (2000); Amorim (2004).

<sup>36</sup> Provavelmente esse movimento é uma consequência da inserção de Portugal na União Europeia com a correspondente transferência de fundos financeiros para o desenvolvimento rural, não obstante as limitações impostas pelos vários modelos de Política Agrícola Comum implementados.



Quadro 15  
Distribuição percentual da população empregada por sectores de actividade

	1981		1991		2001	
	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal
Primário						
Total	19,8	19,7	10,6	10,8	4,8	5,0
Homens	18,3	19,6	11,0	11,7	5,6	6,0
Mulheres	22,5	20,0	10,0	9,4	3,7	3,7
Secundário						
Total	47,6	38,7	49,4	37,9	45,8	35,1
Homens	52,1	43,9	52,4	43,3	52,0	43,8
Mulheres	39,3	28,5	45,1	29,7	37,7	24,1
Terciário						
Total	32,6	41,6	40,0	51,3	49,5	59,9
Homens	29,5	36,5	36,6	45,0	42,4	50,2
Mulheres	38,2	51,4	44,9	60,9	58,6	72,2
% do emprego feminino						
Primário	40,4	34,6	38,8	34,9	33,8	32,9
Secundário	29,4	25,1	37,6	31,4	35,8	30,2
Terciário	41,7	42,1	46,2	47,4	51,6	53,2

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Em vinte anos, o emprego no sector Secundário na Região Norte evoluiu com flutuações<sup>37</sup>. Entre 1981 e 1991 cresceu 18,1%, muito superior ao valor verificado para o país, que foi de 5,6%, o que conjugado com os fluxos de saída e de entrada registados nos outros dois sectores de actividade, traduziu-se no aumento da sua posição relativa para cerca de cinquenta por cento do total da população empregada da Região. Crescimento que foi bastante desigual entre géneros - uma variação de 4,5% para os homens e de 50,6% para as mulheres. A intensificação do processo de feminização do mercado de trabalho concorreu decisivamente para a expansão do emprego no sector<sup>38</sup>, conduzindo ao aumento da proporção de mulheres no sector para 36,7%, em 1991 (dez anos antes situava-se nos 29,4%). Em 2001, mais uma vez, o volume do emprego teve um crescimento moderado comparativamente ao passado (2,2%) e diferencial conforme o género (-2,6% para as mulheres e 5,0% para os homens). Em parte como consequência disto, o peso do sector Secundário no total do emprego regional quedou-se nos 45,8%. A evolução apontada para o sector na Região, nos anos noventa, reflecte, em parte, o desenvolvimento da desindustrialização - falência de empresas, reestruturação industrial e deslocalização para outros contextos geográficos, europeus ou não - que será intensificado nos anos iniciais do século XXI, como veremos mais à frente, e atingindo predominantemente o têxtil, o vestuário e o calçado que estão sujeitos a uma forte concorrência por parte dos países

<sup>37</sup> Consulte-se o Quadro C, em Anexo.

<sup>38</sup> Note-se que o emprego feminino contribui para 82,4% da criação líquida de emprego no sector Secundário nos anos oitenta.



industriais emergentes, no âmbito mais amplo da actual fase de globalização económica e financeira<sup>39</sup>.

O Secundário concentrava, em 2001, 46,4% do total da mão-de-obra do sector a nível nacional<sup>40</sup>. No conjunto do sector, destaca-se a indústria transformadora, em especial o têxtil, o vestuário, o calçado, o mobiliário e a cortiça, que têm uma importante vocação exportadora e se encontram localizados preferencialmente no espaço ocidental da Região (com uma menor representatividade na cidade do Porto, fortemente terciarizada). Sectores com uma tradição pesada no tecido industrial da Região e que marcaram, ao longo dos anos, o seu padrão de especialização produtiva.

Por sua vez, não obstante as transformações nelas ocorridas não extensivamente nos anos noventa, são actividades económicas em que predominam limitados níveis remuneratórios, uma mão-de-obra com baixas qualificações académicas e profissionais, processos de produção de trabalho-intensivo, formas de organização, de liderança e de mobilização da tecnologia obstaculizadoras da inovação e do acréscimo dos factores imateriais geradores de ganhos de competitividade. A Região apresenta um défice de actividades industriais com uma maior intensidade tecnológica, criadoras de emprego qualificado e de produtos de valor acrescentado. A par desta situação, é constatável a criação, no passado recente, de estabelecimentos industriais, alguns deles integrando os sectores industriais historicamente tradicionais - o têxtil, o vestuário e o calçado - que tendem parcialmente a colmatar aquele défice e provavelmente a contribuir para uma alteração sustentada de alguns dos eixos do padrão de especialização produtiva industrial.

Nos anos oitenta, o volume do emprego no sector Terciário na Região Norte aumentou 39,5%, passando o seu peso no total do emprego de 32,6% para 40,0%. Na década seguinte, observa-se um crescimento ligeiramente mais reduzido na ordem dos 36,3%, concentrando, em 2001, 49,5% do emprego regional. Valor que se mantinha inferior (-10,4 p.p.) ao do peso do sector a nível nacional (Quadro 15)<sup>41</sup>. A intensificação da terciarização - outro dos importantes processos de recomposição sócio-económica da Região - está intimamente articulada com a feminização do mercado de trabalho. De 1981 a 1991, o emprego feminino no sector cresceu 54,3% (o masculino ficou pelos 28,8%) - contribuindo para 57,4% da variação do volume total do emprego terciário -, registando, no decénio seguinte, uma variação positiva de 52,2%, o que correspondeu, neste caso, a que 66,4% do aumento verificado no sector resultasse da incorporação de mulheres. Na sequência deste padrão de evolução, o peso da mão-de-obra

<sup>39</sup> Para uma análise mais circunstanciada da indústria na Região Norte, consulte-se, entre outros, os seguintes autores: Figueiredo (1993); Africano (1998); Costa e Silva (1999).

<sup>40</sup> Em 1981, o emprego do Secundário da Região Norte absorvia 52,4% do total do emprego do sector a nível nacional, aumentando para 47,4% ao fim de dez anos.

<sup>41</sup> Consulte-se o Quadro C, em Anexo.



feminina passou de 41,7%, em 1981, para 51,6%, em 2001, mantendo-se um pouco abaixo da média nacional.

No âmbito mais global da recomposição da economia portuguesa nas duas últimas décadas do século XX, o processo de terciarização emerge como uma das tendências pesadas de mudança social. Para tal processo concorreram um conjunto de factores com temporalidades e consequências diferenciadas na evolução do volume de emprego terciário da Região. Um deles consubstancia-se na expansão e na diversificação das áreas, das acções e dos organismos do Estado, ao nível regional ou local, por vezes no sentido do desenvolvimento territorial das estruturas de um Estado-providência, embora marcado, ao longo do tempo, pela insuficiência e fragmentação (Mozzicafredo, 1998). O crescimento dos denominados serviços públicos revelou-se fundamental para o aumento da oferta de emprego, conferindo ao Estado um papel central, em determinados momentos e contextos geográficos, como seja o caso das zonas mais do interior com uma fraca capacidade de oferta de emprego pelo sector privado, na configuração das dinâmicas do mercado de trabalho.

Por outro lado, a ampliação dos serviços prestados às empresas e aos particulares emerge como outro dos factores explicativos do avolumar do terciário no tecido sócio-económico da Região Norte, em especial após a adesão à Comunidade Económica Europeia, em 1986. Daquele conjunto agregado de serviços, ressaltam, entre outros aspectos, a implementação de unidades comerciais de venda a retalho de grande dimensão (centros comerciais e hipermercados), primeiramente na cidade do Porto e na sua área circundante, para posteriormente se começarem a fixar em outras zonas da Região, o que induziu uma quebra no emprego e na actividade económica do denominado comércio tradicional, bem como a afirmação da hotelaria e da restauração no plano da oferta de emprego, não obstante marcada pela sazonalidade<sup>42</sup>.

Note-se que, apesar do incremento da terciarização no tecido sócio-económico da Região, nesta estava concentrado unicamente 29,4% do total do emprego do sector Terciário do país (em 1981 era de 27,1%). Subsiste, presumivelmente, espaço económico para o crescimento de actividades económicas terciárias, desejavelmente as que se baseiam em I&D e em produtos e em serviços de alto valor acrescentado, o que não tem acontecido até ao momento, de modo notório.

As alterações apontadas quanto ao volume do emprego regional traduziram-se, de modo descoincidente, no indicador situação na profissão. A leitura da informação incluída no Quadro 16 possibilita-nos enunciar os principais eixos de ruptura ou de continuidade ao nível da estrutura socioprofissional da Região Norte e do país. Em primeiro lugar, o significativo

---

<sup>42</sup> Sobre as dinâmicas do Terciário na Região Norte consulte-se, entre outros, Mota (1997), Delfim e Terraseca (1998), Fernandes (1998), Fontes (2000).



acréscimo dos padrões em termos de volume - uma variação de 127,4% entre 1981 e 1991 e de 60,3% na década seguinte<sup>43</sup> - e de peso - quase triplicaram.

Estamos perante um dos traços importantes de recomposição da estrutura socioprofissional da Região Norte. Movimento de sentido idêntico verificou-se no país, quebrando-se uma tendência de redução da categoria que vinha ocorrendo nos anos sessenta e setenta (Almeida *et al*, 1996). Nos anos oitenta, o crescimento do volume de padrões foi mais intenso do que no período posterior, o que poderá estar relacionado com a referida indução da expansão do tecido empresarial decorrente da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, ocorrendo uma quebra no ritmo de crescimento nos anos noventa, provavelmente pela imposição de regras mais restritivas no acesso às condições de financiamento para a criação e manutenção das empresas, mas também por um certo esgotamento do volume dos potenciais interessados na passagem à condição de empresário.

Se decomusermos a categoria por género, constata-se um crescimento mais acentuado das mulheres (com uma intensidade forte nos anos oitenta, 330,5%, para depois vir a quebrar substancialmente entre 1991 e 2001 para 80,9%) que, em vinte anos, duplicaram a sua proporção no seio dos padrões e, simultaneamente, reforçaram fortemente a sua posição no total do emprego regional (em 2001 representavam 7,8% enquanto em 1981 se ficavam pelos modestos 1,5%).

A expansão do número de empresas, principalmente de pequena e média dimensão, de natureza familiar e nos sectores Primário e Terciário, emerge como um dos principais factores explicativos do trajecto evolutivo da categoria.

Por outro lado, essa expansão encontra-se associada ao processo mais global de adesão do país à então Comunidade Económica Europeia, em 1986, que possibilitou a aplicação de medidas administrativas e financeiras incentivadoras da expansão e renovação do tecido empresarial<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> Consulte-se o Quadro D, em Anexo.

<sup>44</sup> Para uma análise mais específica do tecido empresarial consulte-se o texto de Cristina Parente na presente monografia e, ainda, as seguintes análises: Oliveira (1996, 1997 e 1998); Pinho (2002).



Quadro 16  
Distribuição percentual da população empregada por situação na profissão para a Região Norte e Portugal

	1981		1991		2001	
	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal
Patrão						
Total	3,6	3,4	7,2	6,4	10,5	10,3
Homens	4,7	4,3	8,7	7,7	12,6	12,3
Mulheres	1,5	1,6	5,0	4,5	7,8	7,8
Trabalhador por conta própria						
Total	16,1	16,5	12,2	13,5	6,2	6,3
Homens	17,0	17,2	13,2	14,9	6,8	7,1
Mulheres	14,5	15,0	10,9	11,4	5,5	5,3
Trabalhador familiar não remunerado						
Total	4,3	2,6	2,6	2,0	0,9	0,8
Homens	2,8	1,7	1,6	1,2	0,5	0,4
Mulheres	7,1	4,4	3,9	3,2	1,4	1,2
Trabalhador por conta de outrem						
Total	75,4	76,7	76,8	76,7	81,5	81,6
Homens	74,9	75,9	75,5	74,9	79,3	79,2
Mulheres	76,2	78,2	78,8	79,5	84,3	84,5
% de mulheres						
Patrões	15,2	15,8	28,8	28,0	32,4	33,4
Trabalhador por conta própria	31,0	30,9	36,7	33,8	38,4	37,1
Trabalhador familiar não remunerado	57,9	57,9	62,3	64,5	66,1	68,3
Trabalhador por conta de outrem	35,9	34,7	42,2	41,5	45,0	45,7

a) São indicadas as principais situações na profissão, sendo as percentagens referentes ao total do emprego.  
Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

O assalariamento regista uma tendência de subida ao longo dos três momentos censitários, mantendo-se, em termos absolutos e relativos, como o tipo predominante de relações de emprego no seio do mundo laboral da Região Norte e do país (Quadro 16)<sup>45</sup>. O avanço da categoria foi fortemente tributário do incremento da feminização do mercado de trabalho - o assalariamento feminino contribui para 81,7% do crescimento verificado no total do emprego, entre 1981 e 1991 e para 61,7% do respeitante aos anos noventa. Uma das consequências deste movimento traduz-se na aproximação das proporções respeitantes a cada um dos géneros no seio do contingente de assalariados, verificando-se, igualmente, uma maior taxa de assalariamento feminino.

Categoria constituída maioritariamente por homens e por uma pluralidade de situações profissionais - desde o profissional liberal altamente qualificado em termos académicos e profissionais, ao isolado agrícola, ao comerciante, ambos recorrendo ao trabalho de alguns dos membros do seu agregado familiar, como condição imprescindível, para a viabilização da actividade, ao trabalhador independente que presta serviços técnicos específicos a particulares

<sup>45</sup> Consulte-se o Quadro D, em Anexo.





ou a empresas ou ainda a situações de assalariamento oculto - os trabalhadores por conta própria (igualmente reconhecidos por trabalhadores independentes ou isolados) são de difícil caracterização sociológica<sup>46</sup>. A sua evolução apresenta um declínio acentuado, em termos absolutos e relativos, mais expressivo nos anos noventa (Quadro 16)<sup>47</sup>. Em 2001, representavam 6,2% do total do emprego regional quando vinte anos antes ascendiam aos 16,1%. Por sua vez, e como assinalámos em outro texto (Gonçalves, 2003), se a evolução da categoria profissional dos trabalhadores por conta própria poderá ser resultante de estratégias de (re)inserção no mercado de trabalho, desenvolvidas pelos sujeitos no sentido quer da afirmação da sua autonomia e individualização no mercado de trabalho, concretizando uma rejeição ao assalariamento, para o que concorreu, por sua vez, a difusão nos anos noventa de financiamentos estatais e comunitários, quer da superação do desemprego ou da inactividade, igualmente expressa a emergência e desenvolvimento de situações de assalariamento oculto ou de falsos trabalhadores independentes<sup>48</sup> nas organizações, públicas e privadas como uma prática, por vezes recorrente, de gestão da mão-de-obra, de flexibilização dos custos do trabalho e precarização laboral.

Nos vinte anos em análise, os trabalhadores familiares não remunerados transformam-se numa categoria com um peso residual no seio da estrutura socioprofissional da Região e do país (Quadro 16)<sup>49</sup>. Categoria maioritariamente feminina, para a sua evolução contribuiu, entre outros aspectos, a queda dos não remunerados agrícolas, arrastados pela saída dos isolados agrícolas, a que podemos acrescentar aqueles que trabalhavam com outros membros do agregado familiar em pequenas actividades comerciais, que se tornaram inviáveis economicamente por força da reestruturação empresarial ocorrida no sector Terciário. Provavelmente uma parcela significativa desta mão-de-obra foi mobilizada pela indústria transformadora ou passou para a condição de inactivo, principalmente por via do alargamento das condições de acesso ao regime de pensões da Segurança Social. É de admitir, igualmente, que transitassem para a situação de patrões, principalmente no caso das mulheres ao nível do sector Primário, acompanhando, assim, idêntica trajectória protagonizada pelos respectivos maridos.

Se decompuermos a população empregada em cada um dos sectores de actividade pelas várias categorias socioprofissionais (Quadro 17), observa-se que os patrões apresentam em todos eles aumentos, em valor absoluto e relativo, embora significativamente diferenciados.

---

<sup>46</sup> Sobre o trabalho independente consulte-se Freire (1995).

<sup>47</sup> Consulte-se igualmente o Quadro D, em Anexo.

<sup>48</sup> Trabalhadores que “executam funções tipicamente de assalariados, mas que detêm perante a organização, pública ou privada, em que estão inseridos uma relação jurídica baseada num contrato de prestação de serviços ou então nos amplamente difundidos recibos verdes” (Gonçalves, 2003, p. 10). Sobre esta questão veja-se Lopes e Fiolhais (1998).

<sup>49</sup> Consulte-se o Quadro D, em Anexo.



Pela importância das alterações verificadas, destacamos o avanço dos padrões no sector primário, resultante provavelmente, em parte, da incorporação de isolados agrícolas, o que já se tinha registado nos anos setenta, embora de modo menos intenso (Ferrão, 1989), mas também da instalação de novas empresas, como apontámos anteriormente. Este avanço, conjugado com a retracção das outras categorias, conduziu a que a estrutura socioprofissional caracterizadora do sector Primário na Região Norte deixasse de estar polarizada em torno dos Trabalhadores por conta própria e dos Trabalhadores por conta de outrem. Igualmente é de destacar o movimento expansionista da categoria no Secundário e no Terciário que conduziu à duplicação, em cada um dos sectores, do seu valor relativo. Acrescente-se que existe uma alteração na distribuição percentual dos padrões por cada um dos sectores de actividade. Se em 1981 a esmagadora maioria dos padrões se concentrava no Secundário (46,8%) e nos Serviços (47,7%), em 2001 existe uma repartição menos desigualitária entre os sectores, alcançada por via da quebra do peso dos padrões no Secundário (com um peso de 38,8% no total da categoria), do aumento do respeitante aos do Primário (com 12,2%) e da consolidação da posição dos categorizados no Terciário (com 49,1%).

Quadro 17

Distribuição percentual da população empregada por sector de actividade e situação na profissão para a Região Norte

	1981	1991	2001	Var. % 1981/91	Var. % 1991/01
Primário					
Patrão	1,0	7,6	26,9	360,4	74,9
Trabalhador por conta própria	47,8	49,0	24,7	-37,9	-75,0
Trabalhador familiar não remunerado	18,8	13,6	9,3	-56,1	-66,1
Trabalhador por conta de outrem	32,1	29,3	38,3	-44,5	-35,3
Secundário					
Patrão	3,6	5,7	8,9	89,8	59,5
Trabalhador por conta própria	5,8	5,4	4,1	9,9	-23,5
Trabalhador familiar não remunerado	0,6	0,6	0,2	3,8	-56,1
Trabalhador por conta de outrem	89,6	87,9	82,9	15,9	0,5
Terciário					
Patrão	5,3	9,0	10,4	137,2	58,3
Trabalhador por conta própria	11,8	10,9	6,5	29,0	-19,1
Trabalhador familiar não remunerado	0,9	2,1	0,7	238,3	-53,8
Trabalhador por conta de outrem	81,0	75,7	81,0	30,4	45,8

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Os assalariados são amplamente majoritários no Secundário (onde se manifestou, por força da desindustrialização, um crescimento quase nulo nos anos noventa) e no Terciário, o qual vem mobilizando fortemente a mão-de-obra na Região Norte e a nível nacional. Por sua vez, quanto à distribuição da categoria pelos sectores, ao nível desta região, em 2001, o volume



de assalariados no Primário era residual (2,2%), dividindo-se o contingente sobran­te pelo Terciário (49,2%) e pelo Secundário (48,6%)<sup>50</sup>.

Para a redução acima assinalada dos trabalhadores por conta própria foi fundamental a forte contracção dos isolados do sector Primário, parcialmente compensada nos anos oitenta por acréscimos nos outros sectores de actividade, mas reforçada na década posterior - em 2001, os isolados do Terciário e do Secundário tinham pesos limitados no total do emprego de cada um dos sectores, 6,5% e 4,1% respectivamente. Note-se que nos anos oitenta, na Região mas igualmente a nível nacional, o decréscimo das isoladas agrícolas é bastante baixo, prolongando-se, deste modo, uma tendência já patente na década de setenta (Rodrigues, 1985; Ferrão, 1985) da sua permanência nas explorações agrícolas, enquanto os homens transitavam para empregos industriais e de serviços em zonas urbanas, ingressando na condição de assalariado. Tal processo de substituição, por vezes fundamental para a economia do agregado doméstico, reduz-se nos anos oitenta, por via de um substancial aumento do fluxo de saída das mulheres da categoria (uma variação de -41,1%). Embora expressando ritmos e temporalidades não totalmente coincidentes, a conjugação entre os processos de desruralização, de desindustrialização e de terciarização, ao longo dos últimos vinte anos na Região Norte, teve consequências quantitativas opostas no perfil de distribuição dos trabalhadores por conta própria pelos sectores de actividade. O peso do Primário apresenta uma forte quebra - de 58,9% para 18,9% - aumentando o do Secundário - de 17,2% para 29,7% - e o do Terciário - de 24,0% para 51,5%. Claramente um importante processo de recomposição da categoria no sentido da prevalência dos que trabalham em actividades de serviços. É de admitir, contudo, que a tendência de terciarização dos isolados tem subjacente uma reestruturação das próprias actividades, no sentido, por um lado, da queda da importância absoluta e relativa do comerciante, envelhecido, de cariz mais tradicional, principalmente inserido em contextos densamente urbanizados, sem recursos, culturais e económicos, para suportar a concorrência das novas formas de venda a retalho, como por exemplo os supermercados, os hipermercados ou as grandes superfícies comerciais, e da emergência e da consolidação de novas actividades de serviços, mais exigentes em termos de qualificações académicas, muitas vezes ligadas às tecnologias de informação e comunicação ou à consultoria (Machado e Costa, 1998).

Após uma análise dos principais indicadores sobre o emprego para a Região Norte, iremos avançar com a identificação dos eixos de mudança ou de continuidade do emprego ao nível das suas sub-regiões<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup> Em 1981, o Secundário concentrava a maioria dos assalariados (56,5%) da região, registando o Terciário um valor significativamente distanciado (35,1%).

<sup>51</sup> Importa sublinhar que as dinâmicas que tomam a actividade, o emprego e o desemprego a um nível territorial mais fino, como é o das NUTS III, são particularmente configuradas por um conjunto complexo e plural de factores dos quais destacámos os seguintes: a evolução do nível e da composição - sexual e



O Grande Porto concentrava uma parte importante do emprego total da Região Norte nos três momentos censitários considerados (Quadro 18). Posição que se reforçou ligeiramente ao longo do tempo. Embora significativamente distanciadas, encontramos o Ave e o Tâmega - que igualmente viram reforçada a sua posição -, a que podemos acrescentar, tendo em conta o ano de 2001, o Cávado. São sub-regiões que se caracterizam pela subida da população empregada, embora com ritmos de crescimento diferenciados ao longo dos vinte anos<sup>52</sup>. No conjunto das dinâmicas do mercado de trabalho, principalmente dos fluxos entre o emprego e a inactividade, o Alto Trás-os-Montes, o Douro e o Minho-Lima perderam população empregada, de uma forma bastante acentuada a primeira nos anos oitenta, reduzindo, em cerca de dois p.p. as suas posições na repartição territorial do emprego regional. Panorama idêntico caracteriza a distribuição relativa do emprego feminino na Região. O Grande Porto apresenta uma forte posição de concentração da mão-de-obra feminina para o que concorre, em particular, o facto de uma parcela significativa do sector Terciário da Região, maioritariamente feminino, estar nele localizado.

Quadro 18  
Distribuição percentual do emprego total e do emprego feminino por NUTS III da Região Norte

	1981		1991		2001	
	Emprego Total	Emprego Feminino	Emprego Total	Emprego Feminino	Emprego Total	Emprego Feminino
Alto Trás-os-Montes	6,6	4,2	5,2	4,1	4,6	3,9
Ave	13,7	15,7	14,8	16,2	15,1	15,9
Cávado	9,3	10,0	10,3	11,0	11,0	11,4
Douro	6,4	4,6	5,4	4,2	4,8	4,1
Entre Douro e Vouga	7,8	8,1	8,0	8,2	8,1	8,1
Grande Porto	35,5	37,6	35,8	37,1	36,0	37,9
Minho-Lima	7,4	8,9	6,5	6,9	5,9	5,7
Tâmega	13,3	10,8	14,1	12,3	14,5	13,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

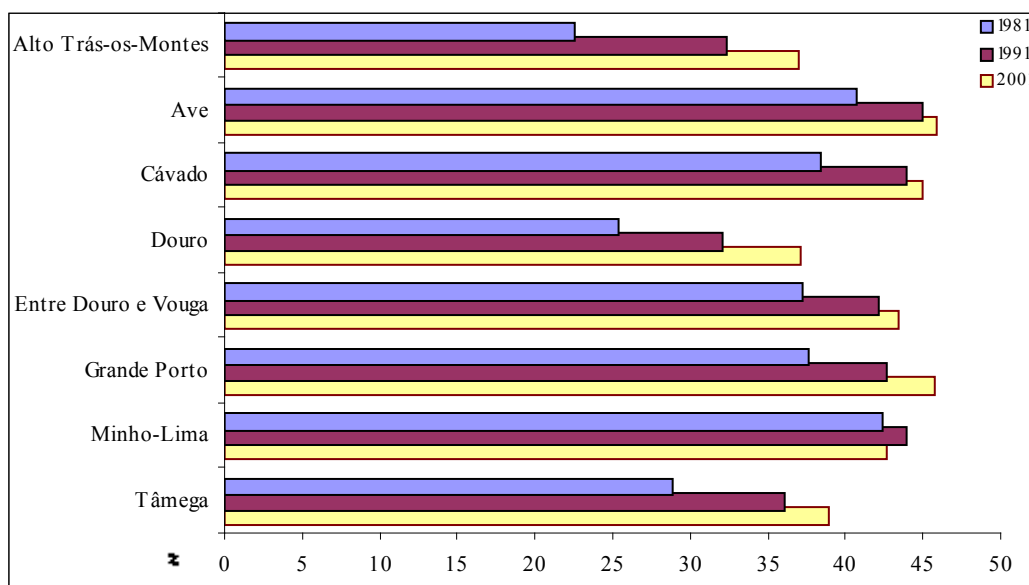
etária, habilitacional e qualificacional, profissional e de rendimentos - da população activa e do emprego; a intensidade e natureza dos fluxos de entrada e saída nos diversos estados do mercado de trabalho; a maior ou menor intensidade dos processos de mobilidade geográfica intra e inter-regiões; o perfil de especialização produtiva e o grau de dinamismo e eficiência das actividades económicas; as estratégias de gestão da mão-de-obra por parte das organizações económicas, públicas e privadas; os fluxos populacionais e os intercâmbios de conhecimentos, em termos de investigação e desenvolvimento, entre o sistema de ensino-formação e o sistema produtivo; a maior ou menor receptividade cultural à inovação e à mudança sócio-cultural com reflexos directos nas esferas do trabalho e da economia; a natureza organizacional e os objectivos dos actores institucionais que intervêm, directa ou indirectamente, no mercado de trabalho; as modalidades das políticas estatais de emprego, direccionadas para o desenvolvimento regional e os correspondentes montantes financeiros implicados (Gonçalves 2002, 2003 e 2005).

<sup>52</sup> Consulte-se o Quadro E, em Anexo.



Para a generalidade das NUTS III da Região Norte, o processo de feminização do mercado de trabalho apresenta um importante incremento nos anos oitenta - com substanciais variações positivas no Tâmega, no Cávado, no Ave e em Entre Douro e Vouga<sup>53</sup> -, por vezes de sentido contrário ao dos homens (a saída destes corporiza, principalmente, a transição para a condição de reformado/pensionista), o caso do Alto Trás-os-Montes, do Douro e do Minho-Lima, vindo a decrescer o seu ritmo entre 1991 e 2001. Regista-se que em todas as sub-regiões a proporção de mulheres aumentou no volume total do emprego (Gráfico 1). Tal como acontece em relação a outros indicadores, existem discrepâncias inter-regionais. A feminização do emprego é menos expressiva quantitativamente nas sub-regiões onde a agricultura predomina no tecido económico - o caso do Alto Trás-os-Montes e do Douro, embora seja de acentuar a tendência de subida - e atinge, quase metade do volume do emprego, em 2001, no Ave e no Grande Porto.

Gráfico 1  
Proporção de mulheres no emprego de cada NUTS III da Região Norte



Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Como evoluiu ao longo do período em análise a estrutura sectorial do emprego de cada uma das NUTS III da Região Norte? Dos dados do Quadro 19<sup>54</sup> sobressaem algumas tendências principais. Em primeiro lugar, a perda acentuada da população empregada no Primário, para homens e mulheres, emerge como um dos processos comuns a todas as sub-regiões, sendo de destacar que na década de oitenta ou de noventa ou em ambas, frequentemente, as variações negativas rondam os cinquenta p.p. (com excepção do Grande Porto). Em segundo, e a par desta

<sup>53</sup> Consulte-se o Quadro C, em Anexo.

<sup>54</sup> Veja-se igualmente o Quadro C, em Anexo.



desruralização com importantes consequências no tecido económico e social e nos tradicionais modos de vida das populações ligadas à actividade agrícola, vocacionadas para a subsistência dos respectivos agregados familiares, o processo de terciarização da economia expandiu-se igualmente em todas as sub-regiões, com ritmos diferentes entre elas, conforme as décadas e o género<sup>55</sup>. Por sua vez, o trajecto do emprego do Secundário nas sub-regiões, não obstante registar flutuações em termos de grandeza da variação e de sentido, caracteriza-se quer pelo crescimento generalizado nos anos oitenta (com excepção das sub-regiões mais rurais), para o que foi decisivo, recorde-se, a feminização do mercado de trabalho, quer por uma evolução mais complexa, porque desigual territorialmente e marcada pela desindustrialização, na década seguinte, que ficou marcada pela redução ou estagnação que afectou algumas das NUTS III tradicionalmente industriais, o caso do Grande Porto e do Ave.

Quadro 19

Distribuição percentual da população empregada por sectores de actividade para as NUTS III da Região Norte

	Alto Trás-os-Montes			Ave			Cávado			Douro		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Primário												
Total	54,9	39,7	19,6	10,2	4,2	2,0	21,3	10,0	4,0	49,2	35,0	20,9
Homens	56,2	44,3	24,0	9,2	4,7	2,4	17,1	9,3	4,3	49,7	38,0	24,0
Mulheres	50,4	30,4	12,2	11,6	3,5	1,6	28,0	11,0	3,7	47,8	28,7	15,6
Secundário												
Total	18,9	17,0	23,1	69,9	71,2	63,4	48,0	52,7	49,8	20,8	21,3	23,2
Homens	22,4	22,7	31,4	71,2	70,4	65,4	54,7	54,8	54,5	25,6	27,5	32,2
Mulheres	6,7	5,3	8,9	68,1	72,3	60,9	37,1	50,1	44,0	6,8	8,1	8,0
Terciário												
Total	26,3	43,2	57,3	19,9	24,6	34,6	30,7	37,3	46,2	30,1	43,7	55,9
Homens	21,4	33,1	44,7	19,5	24,9	32,1	28,2	36,0	41,2	24,8	34,5	43,8
Mulheres	43,0	64,3	78,9	20,3	24,2	37,5	34,9	38,9	52,3	45,4	63,3	76,4
	Entre Douro e Vouga			Grande Porto			Minho-Lima			Tâmega		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Primário												
Total	14,0	6,1	2,6	3,9	2,4	1,7	46,4	28,7	9,5	28,4	12,5	5,0
Homens	9,2	4,7	2,5	4,3	3,0	2,1	30,9	20,9	8,5	22,6	11,4	5,1
Mulheres	21,9	8,0	2,8	3,2	1,7	1,1	67,2	38,6	10,9	42,4	14,6	4,8
Secundário												
Total	64,6	65,9	60,9	48,7	44,2	35,2	29,2	33,0	40,7	48,6	58,1	58,9
Homens	70,4	69,8	66,8	52,6	47,8	42,9	43,8	44,1	49,9	56,9	61,4	64,8
Mulheres	54,8	60,6	53,2	42,4	39,4	26,2	9,4	18,8	28,4	28,3	52,4	49,6
Terciário												
Total	21,4	28,0	36,5	47,4	53,3	63,1	24,4	38,3	49,8	23,1	29,3	36,1
Homens	20,4	25,6	30,7	43,2	49,2	55,1	25,2	34,9	41,6	20,5	27,3	30,1
Mulheres	23,3	31,4	44,1	54,4	58,9	72,6	23,4	42,6	60,7	29,2	33,0	45,7

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

<sup>55</sup> Saliente-se, mais uma vez, que algumas das variações percentuais explicitadas terão de ser relativizadas, na medida em que tomam por ponto de partida valores baixos.



Em vinte anos assiste-se a um processo complexo de reestruturação das estruturas sectoriais de emprego nas sub-regiões (Quadro 18). No Alto Trás-os-Montes e no Douro, o Primário perdeu a sua posição predominante (embora presente, em 2001, valores mais elevados comparativamente às outras sub-regiões) em favor do Terciário (com valores muito superiores à média da Região, situação que poderá ser o resultado da importância que o emprego estatal tem na oferta de emprego), assistindo-se, igualmente, a um acréscimo, limitado, da importância relativa do Secundário. Na reestruturação da estrutura sectorial do emprego do Grande Porto, o Terciário passou a ocupar a posição maioritária e, simultaneamente, o Secundário reduziu o seu peso na sequência do incremento do processo de desindustrialização. No Minho-Lima predomina o Terciário, quando em 1981 essa posição era ocupada pelo Primário, tendo também subsistido um importante acréscimo do Secundário. Por sua vez, no Tâmega este último sector consolidou a sua posição, tornando-se maioritário e o emprego terciário passou a ter um valor relativo mais expressivo. No Cávado, o Secundário concentrava, em 2001, quase cinquenta por cento do emprego, tendo decaído face ao ano anterior, aproximando-se assim do valor do Terciário que se expandiu fortemente em vinte anos. Concomitantemente a estes trajectos parciais de diversificação do emprego, encontramos outras sub-regiões, como o Ave e o Entre Douro e Vouga, em que o Secundário manteve ao longo do período a sua ampla posição maioritária (representando cerca de sessenta por cento do emprego), marcando, assim, de forma clara os respectivos padrões de especialização produtiva.

Na continuação do apontado acima, observa-se uma redistribuição do peso dos sectores de actividade pelas NUTS III da Região Norte ao longo dos anos (Quadro 20). O Primário, em 2001, estava principalmente concentrado em dois espaços - Douro e Alto Trás-os-Montes, que representavam 40,3% do total do emprego do sector -, tendo-se verificado, comparativamente a 1981, o seu acréscimo, acompanhado da redução do peso do Minho-Lima e do Tâmega. O Ave, o Tâmega e o Grande Porto concentravam, naquele ano, 67,2% do total do emprego do Secundário. Um dos aspectos mais significativos na alteração da distribuição territorial deste sector encontra-se na redução da sua proporção naquela última sub-região, como já tínhamos apontado. No Terciário é patente, para os três momentos censitários, a forte concentração do emprego no Grande Porto (embora em perda de importância relativa), muito superior aos valores das restantes sub-regiões.



Quadro 20  
Distribuição percentual da população empregada por sectores de actividade para as NUTS III da Região Norte

	Primário			Secundário			Terciário		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Alto Trás-os-Montes	18,3	19,7	19,0	2,6	1,8	2,3	5,3	5,7	5,3
Ave	7,1	5,8	6,5	20,2	21,3	20,8	8,4	9,1	10,5
Cávado	9,9	9,7	9,3	9,3	11,0	12,0	8,7	9,6	10,3
Douro	15,9	17,7	21,3	2,8	2,3	2,5	5,9	5,9	5,5
Entre Douro e Vouga	5,5	4,6	4,4	10,5	10,7	10,8	5,1	5,6	6,0
Grande Porto	6,9	8,2	12,5	36,4	32,0	27,7	51,6	47,7	45,9
Minho-Lima	17,4	17,5	11,7	4,6	4,3	5,2	5,6	6,2	5,9
Tâmega	19,1	16,7	15,3	13,6	16,5	18,7	9,4	10,3	10,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

A partir dos dados do Recenseamento Populacional de 2001, optámos por elaborar uma análise mais fina da distribuição do emprego pelos sectores de actividade na Região Norte. O seu perfil de especialização produtiva assenta no forte peso das Indústrias Transformadoras, mas igualmente na importância relativa do Comércio e da Construção. Em conjunto, estes sectores representavam 61,6% do total do volume de emprego regional.

Comparativamente ao perfil da distribuição para o país, o predomínio do emprego industrial, acompanhado de um peso mais reduzido em algumas das actividades dos serviços às empresas e aos particulares, o caso, por exemplo, dos Transportes, Armazenagem e Comunicações, das Actividades Financeiras e Imobiliárias da Administração Pública, Defesa e Segurança Social são elementos específicos à Região.





Quadro 21  
Distribuição percentual da população empregada por ramos de actividade económica e proporção de mulheres

	Região Norte				Portugal			
	HM	H	M	% de M	HM	H	M	% de M
A. Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	4,5	5,2	3,6	35,2	4,6	5,4	3,7	34,8
B. Pesca	0,2	0,4	0,0	8,2	0,3	0,6	0,1	7,7
C. Indústrias Extractivas	0,4	0,7	0,1	6,3	0,4	0,6	0,1	9,2
D. Indústrias Transformadoras	31,8	29,1	35,4	48,4	21,7	21,9	21,5	43,6
E. Electricidade, Gás e Água	0,6	1,0	0,2	12,1	0,7	1,1	0,2	14,2
F. Construção	12,9	21,3	2,0	6,8	12,3	20,1	2,3	8,2
G. Comércio	16,0	16,9	14,7	40,2	16,5	16,9	15,9	42,6
H. Alojamento e Restauração	4,1	3,4	5,1	53,8	5,5	4,2	7,2	57,3
I. Transportes, Armazenagem e Comunicações	3,1	4,4	1,5	20,8	4,5	6,1	2,5	24,3
J. Actividades Financeiras	1,5	1,6	1,3	37,1	2,1	2,2	1,9	40,4
K. Actividades Imobiliárias	4,3	3,8	4,8	49,3	5,8	4,9	6,9	52,5
L. Administração Pública, Defesa e Segurança Social	5,2	5,9	4,2	35,4	7,9	8,7	6,9	38,5
M. Educação	6,5	2,9	11,1	74,9	7,0	3,0	12,0	75,7
N. Saúde e Acção Social	4,6	1,7	8,2	78,4	5,6	2,1	10,1	79,2
O. Outras Actividades	2,0	1,5	2,7	57,5	2,5	1,8	3,4	59,6

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Para ambos os géneros, a Indústria Transformadora e o Comércio concentram uma parcela importante do emprego, a que acresce para os homens a Construção e para as mulheres a Educação. Cerca de cinquenta por cento do emprego industrial na Região é ocupado por mulheres (quase cinco p.p. acima da média nacional), decorrente da presença extensiva, em algumas zonas como o Ave e o Cávado, das indústrias do têxtil e do vestuário intensamente mobilizadoras de mão-de-obra feminina. Por sua vez, a taxa de feminização para a esmagadora maioria dos restantes ramos é sempre inferior aos valores médios nacionais.

A Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura apresenta um peso baixo no total do emprego da Região, concentrando, no entanto, uma parcela relevante (34,7%) do emprego agrícola nacional (Quadro 22). Em conjunto, as três principais sub-regiões de cariz mais agrícola - Minho-Lima, Douro e Alto Trás-os-Montes - totalizavam 54% do total do emprego do sector; a par disto, estes espaços territoriais agregam uma parcela, ainda significativa no seu conjunto, do emprego dos serviços não comerciais da Região<sup>56</sup>. O Norte reúne volumes relevantes do emprego nacional de ramos como a Construção (37,5%) - o Grande Porto (27,3%) e o Tâmega (22,4%) detêm cerca de metade do emprego regional do ramo -, o Comércio (34,5%) - com o Grande Porto (43,4%) a ter uma posição predominante, o que decorre, em parte, do volume de emprego, em particular feminino, mobilizado pelas grandes superfícies

<sup>56</sup> Ramos L a N.



comerciais e hipermercados - e a Educação (32,9%) - mais uma vez aquela sub-região (40,6%) domina por força da importância, absoluta e relativa, da sua população residente. Acrescente-se a relevância económica do Grande Porto na Região pela absorção da maioria do emprego dos ramos dos serviços comerciais<sup>57</sup> (52,9%) e uma parcela importante dos não comerciais (33,3%).

Quadro 22  
Indicadores sobre o emprego por ramos de actividade para 2001

	Região Norte a)	Distribuição percentual (em linha)							
		Alto Trás-os-Montes	Ave	Cávado	Douro	Entre Douro e Vouga	Grande Porto	Minho-Lima	Tâmega
A. Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	34,7	20,0	6,7	9,7	22,4	4,6	9,0	11,6	16,0
B. Pesca	24,6	0,7	0,8	2,7	0,8	0,5	79,2	14,9	0,5
C. Indústrias Extractivas	38,5	9,5	9,0	8,6	5,8	4,0	6,9	9,1	47,0
D. Indústrias Transformadoras	52,2	1,2	24,6	11,8	1,1	12,7	27,8	3,9	16,9
E. Electricidade, Gás e Água	29,8	4,9	11,2	11,2	5,7	4,6	43,5	5,6	13,2
F. Construção	37,5	4,7	12,4	12,4	5,5	6,9	27,3	8,4	22,4
G. Comércio	34,5	4,2	12,6	10,7	4,3	7,3	43,4	5,4	12,1
H. Alojamento e Restauração	26,7	6,1	11,6	10,0	6,1	5,5	43,1	7,2	10,4
I. Transportes, Armazenagem e Comunicações	25,0	3,4	9,0	7,4	4,5	5,3	54,3	5,0	11,2
J. Actividades Financeiras	25,5	4,1	7,7	7,2	4,5	5,3	59,7	4,5	6,9
K. Actividades Imobiliárias	26,3	2,6	9,3	8,8	3,0	5,8	58,9	4,0	7,4
L. Administração Pública, Defesa e Segurança Social	23,4	10,3	7,8	10,3	9,1	4,4	37,6	8,2	12,4
M. Educação	32,9	7,1	10,6	12,6	7,3	5,7	40,6	6,6	9,5
N. Saúde e Acção Social	28,9	6,4	9,7	9,8	5,9	5,6	49,1	5,8	7,6
O. Outras Actividades	28,9	4,3	11,6	10,7	4,5	6,0	48,7	5,5	8,7

a) Proporção do emprego de cada ramo de actividade na Região Norte.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*.

Em 2001, a Região representava 52,2% do emprego nacional da Indústria Transformadora, encontrando-se, em termos intra-regionais, concentrada principalmente no Grande Porto (27,8%), no Ave (24,6%) e no Tâmega (16,9%). A importante presença da actividade económica industrial no Norte, relativamente ao total nacional, está bem expressa no valor elevado do índice de localização do emprego das Indústrias Transformadoras (1,47), a que podemos associar o respeitante às Indústrias Extractivas (1,08), embora neste caso existam especificidades geográficas a ter presente (Quadro 10). Também se destaca o índice respeitante à Construção (1,05). Em sectores actualmente fundamentais para a performance da actividade económica, como sejam as Actividades Financeiras, os Transportes, Armazenagem e Comunicações e o Alojamento e Restauração, a Região detém baixos índices de localização.

<sup>57</sup> Ramos G a K.



Quadro 23  
Índices de localização do emprego dos ramos de actividade em 2001 a)

	Região Norte	Alto Trás-os-Montes	Ave	Cávado	Douro	Entre Douro e Vouga	Grande Porto	Minho-Lima	Tâmega
A. Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	0,97	4,22	0,44	0,86	4,49	0,56	1,92	0,24	1,08
B. Pesca	0,69	0,10	0,04	0,17	0,11	0,04	1,73	1,50	0,02
C. Indústrias Extractivas	1,08	2,23	0,64	0,84	1,29	0,52	1,68	0,21	3,49
D. Indústrias Transformadoras	1,47	0,39	2,40	1,58	0,34	2,28	0,96	1,13	1,70
E. Electricidade, Gás e Água	0,84	0,90	0,63	0,86	0,99	0,47	0,80	1,01	0,76
F. Construção	1,05	1,06	0,87	1,19	1,19	0,89	1,51	0,80	1,63
G. Comércio	0,97	0,88	0,81	0,94	0,85	0,87	0,89	1,17	0,81
H. Alojamento e Restauração	0,75	0,99	0,57	0,68	0,94	0,51	0,92	0,90	0,54
I. Transportes, Armazenagem e Comunicações	0,70	0,52	0,42	0,47	0,65	0,46	0,60	1,06	0,54
J. Actividades Financeiras	0,72	0,64	0,37	0,47	0,67	0,47	0,56	1,19	0,34
K. Actividades Imobiliárias	0,74	0,42	0,46	0,59	0,45	0,53	0,51	1,21	0,38
L. Administração Pública, Defesa e Segurança Social	0,66	1,46	0,34	0,61	1,23	0,35	0,92	0,69	0,56
M. Educação	0,92	1,41	0,65	1,06	1,40	0,65	1,05	1,04	0,60
N. Saúde e Acção Social	0,81	1,13	0,52	0,72	0,99	0,56	0,80	1,11	0,42
O. Outras Actividades	0,81	0,76	0,63	0,79	0,75	0,59	0,76	1,10	0,49

a) Índices de localização da Região Norte face a Portugal e das NUTS III face à Região Norte.  
Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*.

Se atendermos aos índices de localização do emprego de cada uma das sub-regiões relativamente à Região Norte, constatam-se importantes diferenças. O Douro e o Alto Trás-os-Montes estão fortemente especializados no emprego agrícola, com índices cerca de quatro vezes superiores ao da Região, o que se verifica também para o Minho-Lima, embora com um valor mais baixo, a que acresce para esta NUT III a pesca. O Ave e o Entre Douro e Vouga encontram-se fortemente especializados na Indústria Transformadora, apresentando o Tâmega e o Cávado uma notória importância deste sector, mas com índices mais próximos da unidade. Por último, o Grande Porto caracteriza-se por uma relativa dispersão do seu padrão de especialização produtiva em torno, principalmente, da Pesca, da Indústria Transformadora, do Comércio, das Actividades Imobiliárias e das Actividades Financeiras.

Uma análise mais fina das Indústrias Transformadoras na Região Norte (Quadro 24), aponta para a importante concentração do respectivo volume do emprego (50,8%) em três ramos - Têxteis, Vestuário e Couro e Calçado - os quais marcam fortemente o padrão de especialização produtiva industrial regional. Se a estes agregarmos os contingentes dos empregados nos ramos da Madeira e Cortiça, dos Produtos Metálicos e, ainda, do Mobiliário, atingimos o expressivo valor de 73,2% do total do emprego industrial regional. Por sua vez, são ramos que concentram na Região uma ampla parcela do respectivo emprego nacional, com especial destaque para o Couro e Calçado (87,1%), Têxteis (78,9%) e Vestuário (75,0%). Este padrão de estrutura



produtiva industrial, com uma limitada diversificação sectorial, tem uma inserção intra-regional desigual. Os Têxteis estão fortemente concentrados no Ave (com destaque para os concelhos de Guimarães com 20,3% e de Famalicão com 13,1% do total do emprego regional do ramo). Esta sub-região absorve uma parcela importante do Vestuário (concelho de Guimarães com 10,6%), como acontece com o Grande Porto (concelhos de Vila Nova de Gaia e de Vila do Conde, ambos com 3,5%). Por sua vez, o Couro e Calçado localizava-se predominantemente no Tâmega (concelho de Felgueiras com 20,7%) e Entre Douro e Vouga (concelhos de Santa Maria da Feira com 17,3% e Oliveira de Azeméis com 13,9%). O ramo da Madeira e Cortiça concentra-se nesta última sub-região (concelho de Santa Maria da Feira com 31,3%) e no Grande Porto (concelho de Vila Nova de Gaia com 7,1%). Uma parte relevante do emprego do regional do ramo dos Produtos Metálicos está localizada igualmente no Grande Porto (concelho de Vila Nova de Gaia com 12,1% e de Matosinhos com 5,9%). Finalmente o Tâmega (concelhos de Paredes com 25,8% e de Paços de Ferreira com 18,6%) agrega a maioria do emprego do Mobiliário da Região Norte.

Quadro 24

Indicadores sobre o emprego de alguns dos ramos de actividade da Indústria Transformadora para 2001

	Região Norte a)	Distribuição percentual (em linha)							
		Alto Trás-os-Montes	Ave	Cávado	Douro	Entre Douro e Vouga	Grande Porto	Minho-Lima	Tâmega
Têxteis	79,8	0,2	51,8	17,9	0,1	1,8	17,3	2,2	8,6
Vestuário	75,0	0,2	34,0	17,2	0,3	2,7	22,4	3,3	19,9
Couro e Calçado	87,1	0,5	16,1	2,7	0,0	38,7	11,4	2,3	28,4
Madeira e Cortiça	50,4	2,1	8,0	7,7	2,0	36,2	23,9	5,9	14,3
Produtos Metálicos	42,8	2,3	16,9	10,4	1,6	16,4	38,5	3,7	10,1
Mobiliário.	60,9	0,7	6,5	5,5	0,6	6,9	26,3	2,3	51,2

a) Proporção do emprego de cada ramo de actividade na Região Norte.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*.

Em complemento ao indicado, os dados do Quadro abaixo permitem concluir que o Minho-Lima, o Douro e o Alto Trás-os-Montes não evidenciam índices de localização relevantes face aos sectores industriais considerados. A sub-região de Entre Douro e Vouga tem uma elevada especialização no Couro e Calçado e na Madeira e Cortiça, o Ave nos Têxteis e no Vestuário, enquanto o Tâmega se distingue pela especialização não só deste último ramo como também da Madeira e Cortiça. Consequência da perda de emprego industrial nos anos noventa, o Grande Porto unicamente apresenta uma moderada especialização no ramo dos Produtos Metálicos.



Quadro 25  
Índices de localização do emprego de alguns dos ramos de actividade da Indústria Transformadora para 2001 a)

	Região Norte	Alto Trás-os-Montes	Ave	Cávado	Douro	Entre Douro e Vouga	Grande Porto	Minho-Lima	Tâmega
Têxteis	2,24	0,05	3,44	1,62	0,02	0,22	0,48	0,38	0,59
Vestuário	2,11	0,05	2,26	1,57	0,06	0,33	0,62	0,56	1,37
Couro e Calçado	2,45	0,10	1,07	0,24	0,01	4,75	0,32	0,39	1,96
Madeira e Cortiça	1,41	0,45	0,53	0,70	0,41	4,44	0,66	1,01	0,98
Produtos Metálicos	1,20	0,50	1,12	0,95	0,34	2,01	1,07	0,64	0,70
Mobiliário.	1,71	0,15	0,43	0,50	0,13	0,84	0,73	0,40	3,53

a) Índices de localização da Região Norte face a Portugal e das NUTS III face à Região Norte.  
Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*.

Para a análise que temos vindo a desenvolver sobre os ramos de actividade económica, afigura-se-nos relevante avançar com alguns dados que possibilitem uma informação do posicionamento da Região Norte quanto a agregações de sectores que são marcados, entre outros aspectos, pela intensidade da Investigação e Desenvolvimento e pela inovação dos seus produtos. Em termos do peso relativo das três agregações consideradas face ao total do emprego, em 2001, somente os Serviços Intensivos em Conhecimento<sup>58</sup> assumem um maior destaque na Região, o mesmo verificando-se para o contexto nacional (Quadro 26). Entretanto, a Região apresenta unicamente quanto às Indústrias de Média e Alta Tecnologia<sup>59</sup> um índice de localização significativo de alguma especialização. O Grande Porto ganha destaque na medida em que concentrava uma parcela importante do emprego de cada uma das agregações - 53,1% das Tecnologias da Informação e Comunicação<sup>60</sup>, 47,9% das Indústrias de Média e Alta

<sup>58</sup> De acordo com a classificação da OCDE agrega os seguintes ramos: Transportes por Água; Transportes Aéreos; Correios e Telecomunicações; Intermediação Financeira, excepto Seguros e Fundos de Pensões; Seguros, Fundos de Pensões e de Outras Actividades Complementares de Segurança Social; Actividades Auxiliares de Intermediação Financeira; Actividades Imobiliárias; Aluguer de Máquinas e de Equipamentos sem Pessoal e de Bens Pessoais e Domésticos; Actividades Informáticas e Conexas; Investigação e Desenvolvimento; Educação; Saúde e Acção Social; Actividades Recreativas, Culturais e Desportivas.

<sup>59</sup> De acordo com a classificação da OCDE, agrega os seguintes ramos: Fabricação de produtos Químicos; Fabricação de Máquinas e de Equipamentos, n.e.; Fabricação de Máquinas de Escritório e de Equipamento para o Tratamento Automático da Informação; Fabricação de Máquinas e Aparelhos Eléctricos, n.e.; Fabricação de Equipamento e de Aparelhos de Rádio, Televisão e Comunicação; Fabricação de Aparelhos e Instrumentos Médico-Cirúrgicos, Ortopédicos, de Precisão, de Óptica e de Relojoaria; Fabricação de Veículos Automóveis, Reboques e Semi-Reboques; Fabricação e reparação de material circulante para os caminhos-de-ferro; Fabricação de aeronaves e de veículos espaciais; Fabricação de motociclos e bicicletas; Fabricação de outro material de transporte, n.e.

<sup>60</sup> De acordo com a classificação da OCDE, agrega os seguintes ramos: Fabricação de máquinas de escritório e equipamento para tratamento informático; Fabricação de fios e cabos isolados; Fabricação de componentes electrónicos; Fabricação de aparelhos emissores de rádio e de televisão e aparelhos de telefonia e telegrafia sem fios; Fabricação de aparelhos receptores e material de rádio e televisão; Fabricação de equipamento e controlo de processos industriais; Comércio por grosso de máquinas e de equipamento; Telecomunicações; Aluguer de máquinas e de equipamentos; Actividades Informáticas e Conexas.



Tecnologia e 48,2% dos Serviços Intensivos em Conhecimento - e regista uma visível especialização nessas mesmas agregações.

Quadro 26  
Indicadores sobre os ramos de actividade em 2001

	% no Emprego Total			Índices de localização		
	Portugal	Região Norte	Grande Porto	Região Norte a)	Grande Porto b)	Grande Porto c)
Tecnologias da Informação e Comunicação	2,0	1,6	2,4	0,80	1,18	1,48
Indústrias de Média e Alta Tecnologia	3,7	3,9	5,1	1,04	1,39	1,33
Serviços Intensivos em Conhecimento	18,5	14,9	20,1	0,81	1,09	1,34

a) Região Norte face a Portugal. b) Grande Porto face a Portugal. c) Grande Porto face à Região Norte.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*.

Importantes processos de recomposição marcaram nos anos oitenta e noventa as estruturas socioprofissionais das NUTS III da Região Norte (Quadro 27). Em estrita articulação com a redistribuição do emprego pelos sectores de actividade, configurando, por vezes, alterações substantivas no perfil de especialização produtiva, com as dinâmicas económicas, observa-se um conjunto de tendências comuns às sub-regiões: acréscimo acentuado e contínuo do peso dos Padrões, muito amplo no Alto Trás-os-Montes e no Douro, decorrente, em parte, da expansão dos padrões agrícolas, como abordámos acima; expansão do assalariamento, igualmente mais expressivo naquelas sub-regiões, com excepção do Grande Porto, que apresenta um trajecto com flutuações, e do Ave em que estagnou; declínio dos valores relativos dos trabalhadores independentes e dos Familiares não remunerados, com uma posição relativa residual, em 2001. Por sua vez, o Alto Trás-os-Montes destaca-se pela maior expressão quantitativa do conjunto das categorias não assalariadas (32,7% em 2001), o que está intimamente relacionado, entre outros aspectos, com a natureza e funções do respectivo espaço agro-rural. Por razões idênticas, nas outras duas sub-regiões com um maior peso da actividade agrícola - Douro e Minho-Lima - a proporção dos assalariados ronda os setenta e cinco por cento, abaixo da fasquia dos cerca de oitenta por cento que caracteriza os territórios mais industrializados e terciarizados.



Quadro 27

Distribuição percentual da população empregada por situação na profissão por NUTS III da Região Norte

	Alto Trás-os-Montes			Ave			Cávado			Douro		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Patrões	2,2	8,8	15,0	2,8	5,6	9,8	3,2	7,3	11,6	2,3	7,2	11,9
Trabalhadores por conta própria	37,7	33,0	14,0	10,0	7,7	4,9	17,4	12,3	5,9	23,9	20,4	9,0
Familiares não remunerados	10,2	8,4	3,7	2,5	1,2	0,5	5,2	3,0	0,9	3,9	4,1	1,7
Trabalhadores por conta de outrem	49,3	47,9	65,9	84,3	84,7	84,2	73,5	76,1	80,6	69,3	66,5	76,4
	Entre Douro e Vouga			Grande Porto			Minho-Lima			Tâmega		
	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Patrões	4,5	7,5	11,0	4,7	7,6	9,7	3,2	8,5	12,6	2,8	6,6	9,5
Trabalhadores por conta Própria	16,0	11,3	6,6	7,8	7,7	4,9	32,1	23,9	9,6	20,4	12,7	6,3
Familiares não remunerados	3,5	2,5	0,8	0,9	0,9	0,5	13,1	6,9	2,1	7,5	3,1	0,9
Trabalhadores por conta de outrem	75,5	77,9	81,0	85,9	82,6	84,0	51,1	59,4	74,7	68,9	76,7	82,7

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Os anos noventa foram marcados pela reconfiguração da estrutura ocupacional ao nível da Região Norte e do país. Para isso contribuíram decisivamente aspectos como a redistribuição do peso do emprego pelos sectores de actividade económica na Região, o incremento da escolarização da população residente e a transformação da estrutura socioprofissional. Acrescente-se que aquela recomposição se entrecruza, de modo complexo e plurifacetado, por um lado com os amplos processos de reconfiguração da inserção espacial da população - o caso do reforço da litoralização, da desertificação produtiva e humana de vários territórios, com particular relevo para o interior e da urbanização - e, por outro lado, com as dinâmicas demográficas, em especial os movimentos migratórios. Tomando em consideração os dados do Quadro 28<sup>61</sup>, um primeiro elemento analítico ressalta - a quase duplicação do peso, na estrutura ocupacional, do grupo profissional dos Dirigentes, verificando-se tendência idêntica para os Profissionais intelectuais e científicos. A expansão destes, ao nível da Região e do país, resultou da conjugação de vários processos sociais, nem sempre simultâneos no tempo e com tensões e contradições entre si. No caso do primeiro grupo, onde predominam os directores e os quadros

<sup>61</sup> Cada um dos Recenseamentos Populacionais que temos vindo a utilizar referentes respectivamente aos anos de 1981, 1991 e 2001 usam diferentes classificações de profissões. Face a isto e tendo em conta a natureza e estrutura dessas classificações optámos por elaborar um exercício comparativo unicamente entre os dois últimos anos, excluindo o ano de 1981 pelas fortes descoincidências que apresenta em relação aos outros momentos censitários, e construindo para o efeito uma classificação específica de grandes grupos profissionais, que tomou em consideração a proposta de Cardoso e Costa (2005). Deste modo, os dados apresentados devem ser usados com alguma cautela metodológica e são meramente ilustrativos das grandes tendências de recomposição profissional do mundo laboral.



superiores de empresas, uma parcela maioritária dos quais são simultaneamente patrões, a expansão do volume de empresas constitui um dos importantes factores explicativos para o seu crescimento. Os profissionais intelectuais e científicos, em geral, bem como a parcela assalariada dos Dirigentes, ampliaram-se por força da modernização organizacional e tecnológica de alguns dos segmentos do tecido empresarial, na consequência de um aumento da competitividade, do investimento estrangeiro, da internacionalização dos mercados, da terciarização, entre outros aspectos. Modernização fortemente mobilizadora de novos conhecimentos científico-técnicos formais e complexos, obtidos no quadro de uma formação escolar estruturada e longa e de uma formação profissional, que gerou empregos de cariz mais técnico ou com funções de enquadramento ao nível das estruturas organizacionais. Concomitantemente a este processo, assistiu-se quer à modernização de sectores da burocracia estatal, pautada por uma mobilização da tecnicidade e das actividades de gestão e processamento da informação, quer à expansão e diversificação das áreas e das acções do Estado, que também concorreram para o aumento dos empregos estatais para profissionais, em particular com formações académicas nas áreas da educação, saúde, serviços sociais e direito. Todo este movimento de ampliação dos Dirigentes e em particular dos Profissionais intelectuais e científicos, não deixou de ser fortemente influenciado pelo aumento de diplomados pelo sistema de ensino superior (universidades e politécnicos) e o seu consequente afluxo ao mercado de trabalho no decorrer dos últimos quinze anos, traduzindo-se, por sua vez, no acréscimo dos níveis de escolaridade da população activa. É de salientar que o peso relativo desta última categoria na Região Norte permanece abaixo do respeitante a Portugal, o que denota uma fragilidade daquela quanto à existência de população empregada com elevadas qualificações académicas e profissionais.

Quadro 28  
Distribuição percentual da população empregada por grupos profissionais e por sexo

	1991						2001					
	Região Norte			Portugal			Região Norte			Portugal		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Dirigentes	5,9	2,3	4,4	5,6	2,4	4,3	8,8	4,9	7,1	8,7	4,9	7,0
Profissionais intelectuais e científicos	3,7	5,0	4,2	4,8	6,9	5,6	5,4	9,2	7,1	6,6	11,0	8,6
Técnicos intermédios	4,8	7,9	6,1	5,9	9,9	7,5	8,0	8,6	8,3	9,1	10,2	9,6
Administrativos	7,7	9,9	8,6	8,5	14,0	10,7	7,2	12,2	9,3	7,7	15,3	11,1
Trabalhadores dos serviços	10,3	11,4	10,8	12,0	15,8	13,6	9,5	15,7	12,2	10,7	18,7	14,3
Trabalhadores agrícolas, da floresta e da pesca	9,5	8,8	9,2	9,6	7,3	8,6	5,0	3,1	4,1	5,0	2,9	4,1
Operários	47,6	34,4	42,2	41,3	20,2	32,8	48,1	26,5	38,7	42,7	14,8	30,3
Trabalhadores não qualificados	10,4	20,3	14,5	12,2	23,6	16,8	8,2	19,7	13,2	9,4	22,3	15,1

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.





Igualmente ocorreu uma tendência de acréscimo do peso dos Técnicos intermédios no seio da estrutura ocupacional, não tão expressiva como a verificada para os dois primeiros grupos profissionais, que poderá ser explicada igualmente pelos processos acima apontados de modernização tecnológica e organizacional das organizações, públicas e privadas. A par disto, sedimentou-se a posição do grupo dos Administrativos - integrado principalmente por empregados de escritório - e dos Trabalhadores dos serviços - onde predominam os empregados dos serviços pessoais e domésticos e os vendedores - o que se prende com o processo de terciarização da actividade económica na Região, permanecendo os correspondentes valores inferiores aos nacionais. Na sequência principalmente da quebra da actividade industrial, os Operários decresceram, em termos relativos (passando de 42,2%, em 1991, para 38,7%, em 2001), de modo mais expressivo no Norte do que a nível nacional, mantendo-se todavia como a grupo polarizador. Em dez anos, os Trabalhadores agrícolas, da floresta e da pesca reduziram o seu valor relativo em cerca de cinquenta por cento, no país e na Região, atingindo em 2001 uma posição residual. É uma tendência que vem marcando, desde os anos sessenta, de forma decisiva a estrutura ocupacional da Região e que, como apontámos, enquadra-se no processo mais vasto de recomposição do seu tecido sócio-económico. A quota de Trabalhadores não qualificados (agrega os indivíduos com ocupações pouco qualificadas da agricultura, da indústria e dos serviços) mantém-se ainda importante, configurando-se como um sinal explícito da debilidade qualificacional da estrutura ocupacional apresentando, todavia, nos dois anos, valores inferiores à média nacional.

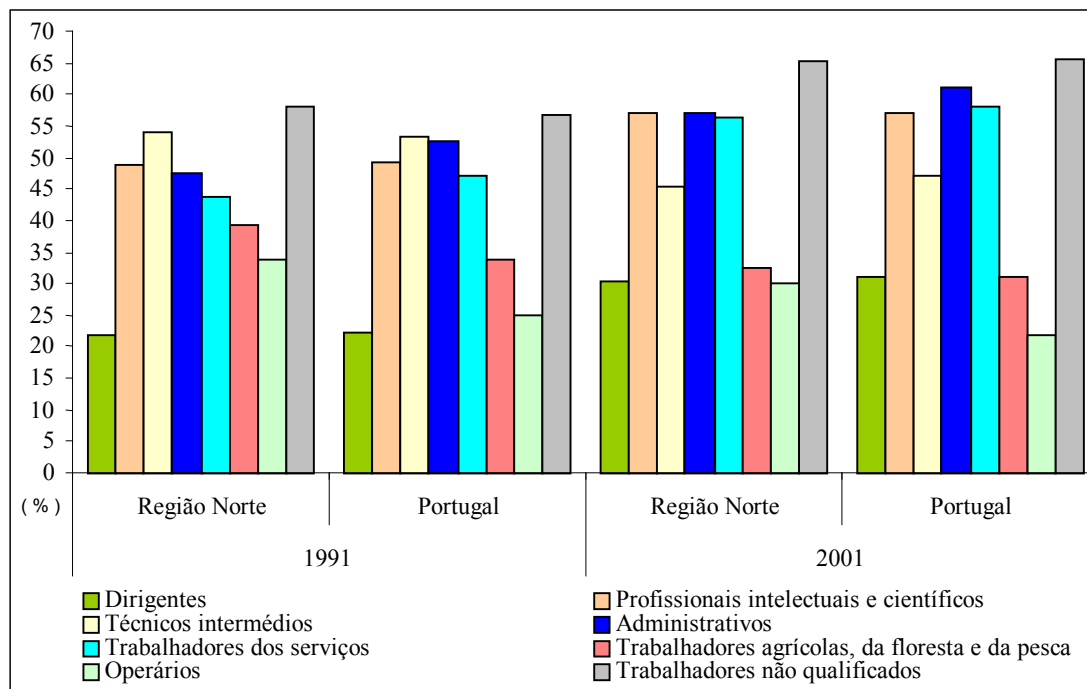
Um outro olhar, tomando em consideração o género, poderá ser lançado sobre as tendências apontadas da estrutura ocupacional (Gráfico 2). Evidenciam-se, em primeiro lugar, os fortes crescimentos da taxa de feminização nos Dirigentes e nos Profissionais intelectuais e científicos<sup>62</sup>, tanto para país como para a Região. No caso deste último grupo, o emprego feminino acabou por superar o masculino, em 2001 - dado histórico relevante. A diminuição dos Operários fez-se sentir de modo diferenciado, conforme o género. Para aquele ano ampliou-se o peso dos homens e decresceu ligeiramente a respectiva taxa de feminização. No entanto, admitimos que, no caso da Região Norte, tal facto resulta do processo de desindustrialização que se verificou nos anos noventa do século passado, por ter sido feito à custa do encerramento de empresas e da retracção do volume de assalariados, em contextos de redefinição técnica ou organizacional, onde predominavam operárias, como sejam as empresas têxteis, de vestuário e de calçado (fortemente caracterizadoras da paisagem industrial dos territórios da Região onde a indústria transformadora tem uma maior presença).

---

<sup>62</sup> Sublinhe-se que as mulheres são responsáveis por 66,7% do crescimento que se verificou nas Profissionais intelectuais e científicos na Região Norte, entre 1991 e 2001, e por 67,7% no respeitante a Portugal.



Gráfico 2  
Percentagem de mulheres por grupos profissionais para a Região Norte e para Portugal



Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Registam-se aumentos das proporções das mulheres nos grupos dos Administrativos e dos Trabalhadores dos serviços acompanhadas, embora com menor relevância quantitativa, do decréscimo do volume de homens. No conjunto dos Trabalhadores agrícolas, da floresta e da pesca, as mulheres foram proporcionalmente mais penalizadas no intenso movimento de declínio que afectou o grupo. Tradicionalmente, incluem-se neste grupo ocupações - agricultores, criadores de animais, trabalhadores da pesca, por exemplo - maioritariamente ocupadas por homens, o que persiste na actualidade. Todavia, importa sublinhar que a desvalorização do papel económico e profissional das mulheres no quadro das actividades do mundo agro-rural e das relações de género, induz a uma sua sub-representação estatística no seio daquelas ocupações<sup>63</sup>. Por último, a ampliação da taxa de feminização dos Trabalhadores não qualificados poderá ser interpretada como uma tendência socialmente penalizante das mulheres e contrastante com a sua intensa participação nos grupos ocupacionais mais qualificados.

Decorrente do seu perfil de especialização produtiva, nos dois anos considerados, a Região Norte encontrava-se, relativamente ao país, mais especializada em termos de ocupações

<sup>63</sup> Aquando do preenchimento dos formulários do Recenseamento, recorrentemente feito pelo cônjuge em relação aos membros do seu agregado familiar, a mulher é frequentemente assinalada como doméstica e não como activa. Consulte-se Rocha (1984).



nos Operários e nos Trabalhadores agrícolas, da floresta e da pesca. A importância do tecido empresarial da Região poderá ser dos factores explicativos para a especialização igualmente no grupo dos Dirigentes. A este indicador acresce complementarmente um outro relevante - a Região concentrava, embora apresentando uma redução de 1991 para 2001, uma parcela substancial do volume nacional dos membros daqueles três grupos profissionais, principalmente dos Operários.

Quadro 29  
Indicadores sobre os grupos profissionais na Região Norte

	Região Norte/Portugal (%)		Índice de Localização Região Norte/Portugal	
	1991	2001	1991	2001
Dirigentes	37,2	36,1	1,02	1,01
Profissionais intelectuais e científicos	27,5	29,5	0,75	0,83
Técnicos intermédios	29,7	30,8	0,81	0,86
Administrativos	29,4	30,2	0,81	0,84
Trabalhadores dos serviços	29,0	30,5	0,79	0,85
Trabalhadores agrícolas, da floresta e da pesca	38,9	36,4	1,07	1,02
Operários	46,9	45,6	1,29	1,28
Trabalhadores não qualificados	31,5	31,2	0,86	0,87

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População.

A análise da estrutura ocupacional de cada uma das NUTS III da Região Norte possibilita-nos destacar alguns pontos relevantes (Quadro 30). Subsistem notórias diferenças entre as sub-regiões, o que seria esperado, atendendo às particularidades quer dos respectivos perfis de especialização produtiva, quer das dinâmicas económicas, mais localizadas territorialmente, que se desenvolveram nos anos noventa. Diferenças, por exemplo, quanto ao maior ou menor peso dos grupos profissionais mais qualificados em termos académicos ou dos grupos com actividades ligadas à produção industrial e agrícola. Por outro lado, detecta-se uma certa diversidade nos padrões de mudança nas estruturas ocupacionais, no sentido da amplitude da ruptura face ao passado próximo. Nas sub-regiões do Alto Trás-os-Montes, do Douro e do Minho-Lima constata-se uma importante recomposição social, resultante da conjugação entre a quebra acentuada do peso das ocupações agrícolas e o aumento do valor relativo dos Operários, do Pessoal dos serviços e dos grupos mais qualificados (Dirigentes, Profissões intelectuais e científicas). O Grande Porto apresenta igualmente uma notória alteração da sua estrutura profissional para o que contribuiu, em especial, o aumento do Trabalhadores dos serviços, dos Dirigentes, das Profissionais intelectuais e científicos e a diminuição do peso dos Operários - na sequência da desindustrialização -, que se traduziu, por conseguinte, no avanço relativo das ocupações ligadas ao terciário. Subsiste um importante traço de continuidade face ao passado na configuração, entre 1991 e 2001, dos perfis das estruturas ocupacionais das sub-regiões do Ave,



do Cávado, de Entre o Douro e Vouga, e do Tâmega, na sequência da manutenção da forte posição relativa do operariado, não obstante o seu declínio ou estagnação nos anos noventa.

Quadro 30  
Distribuição percentual dos grupos profissionais para as NUTS III da Região Norte

	Alto Trás-os-Montes		Ave		Cávado		Douro	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Dirigentes	3,2	6,3	4,0	7,1	4,3	7,0	2,9	5,8
Profissionais intelectuais e científicos	3,9	8,0	2,0	4,1	4,3	7,1	3,7	7,5
Técnicos intermédios	6,1	7,6	4,6	6,6	5,6	7,6	5,8	7,2
Administrativos	5,5	7,9	6,9	8,1	6,6	7,8	6,4	8,2
Trabalhadores dos serviços	11,5	15,1	7,7	9,3	10,1	11,6	11,4	13,7
Trabalhadores agrícolas, da floresta e da pesca	35,8	19,4	3,7	1,9	9,1	3,7	22,5	13,3
Operários	16,6	21,9	56,8	50,7	44,3	42,5	20,0	22,1
Trabalhadores não qualificados	17,5	13,8	14,3	12,1	15,9	12,5	27,4	22,1
	Entre o Douro e o Vouga		Grande Porto		Minho-Lima		Tâmega	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Dirigentes	5,1	7,3	5,3	7,9	3,7	6,6	3,4	6,0
Profissionais intelectuais e científicos	2,3	4,4	7,0	10,5	3,2	6,6	1,4	2,9
Técnicos intermédios	4,8	7,3	8,5	11,3	4,8	7,0	3,3	4,7
Administrativos	6,7	8,0	13,3	12,5	5,5	7,5	4,5	6,3
Trabalhadores dos serviços	8,3	9,5	13,6	14,3	11,0	13,6	8,3	9,8
Trabalhadores agrícolas, da floresta e da pesca	5,7	2,2	2,2	1,4	27,2	9,1	11,8	4,7
Operários	57,3	50,0	37,0	28,7	30,4	36,4	53,2	53,3
Trabalhadores não qualificados	9,7	11,2	13,1	13,4	14,2	13,4	14,1	12,4

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Um outro olhar pode ser lançado sobre as diferenças entre sub-regiões se tivermos em conta os resultados dos índices de localização apresentados no Quadro 31. Em 2001, o Grande Porto apresentava uma importante especialização nos grupos profissionais ligados às actividades de serviços, em especial os que detinham uma qualificação académica mais elevada, o caso dos Profissionais intelectuais e científicos (concentrava 53,5% e 49,0% do total de cada um dos grupos, respectivamente), reflectindo, deste modo, a menor importância que actualmente o sector Primário e o Secundário têm no seu tecido sócio-económico<sup>64</sup>. O Alto

<sup>64</sup> Em 1991, o Grande Porto concentrava 31,5% do total dos Operários da Região Norte, decrescendo para 26,7% (o valor mais elevado comparativamente às outras sub-regiões) em 2001. Por sua vez, nesta sub-região trabalhavam, no último ano, 49,0% dos Administrativos, 42,2% dos Trabalhadores dos Serviços e 36,4% dos Trabalhadores não qualificados da Região Norte. Valores que decorrem não só do facto de nesta sub-região se concentrar uma parcela significativa da população empregada da Região (35,8% em 1991 e 36,0% em 2001), mas também da existência de uma distribuição territorial assimétrica dos grupos profissionais, em particular daqueles que mais directamente contribuem para uma melhoria da qualidade de vida das populações, o caso de segmentos dos Profissionais intelectuais e científicos, dos Técnicos intermédios e ainda dos Trabalhadores dos serviços.



Trás-os-Montes e o Douro identificam-se por um grau elevado de especialização nos Trabalhadores agrícolas, da floresta e da pesca (o que correspondia a 21,5% e 15,5% respectivamente do emprego regional do grupo) e pelos valores significativos quer nas Profissões Intelectuais e Científicas, para o que concorre provavelmente a localização nessas sub-regiões de sectores da administração pública - ensino e saúde, por exemplo - que mobilizam uma parcela significativa do respectivo volume total do emprego, quer no Pessoal dos serviços. O Alto Trás-os-Montes distingue-se ainda das outras sub-regiões pela elevada especialização nos Trabalhadores não qualificados (1,68). Por sua vez, o Tâmega, o Entre Douro e o Vouga e o Ave detêm índices elevados para o grupo dos Operários<sup>65</sup>. Para a primeira sub-região acresce uma especialização nos Trabalhadores agrícolas, da floresta e da pesca, enquanto nas outras duas os Dirigentes ocupam uma posição relevante, o que expressa a importância da densidade do tecido empresarial nelas existente. Por último, o Minho-Lima, em 2001, estava especializado nos Trabalhadores agrícolas, da floresta e da pesca e no Pessoal dos serviços.

Quadro 31  
Índice de localização dos grupos profissionais das NUTS III da Região Norte para 2001 a)

	Alto Trás-os-Montes	Ave	Cávado	Douro	Entre o Douro e o Vouga	Grande Porto	Minho-Lima	Tâmega
Dirigentes	0,92	1,04	1,03	0,85	1,07	1,16	0,97	0,89
Profissionais intelectuais e científicas	1,13	0,58	1,01	1,06	0,62	1,49	0,93	0,41
Técnicos intermédios	0,92	0,80	0,92	0,87	0,89	1,36	0,84	0,57
Administrativos	0,84	0,87	0,84	0,88	0,86	1,34	0,80	0,67
Trabalhadores dos serviços	1,24	0,77	0,96	1,12	0,78	1,17	1,12	0,80
Trabalhadores agrícolas, da floresta e da pesca	4,68	0,46	0,90	3,21	0,54	0,35	2,19	1,13
Operários	0,57	1,31	1,10	0,57	1,29	0,74	0,94	1,38
Trabalhadores não qualificados	1,04	0,92	0,95	1,68	0,85	1,01	1,01	0,94

a) Das NUTS III face à Região Norte.

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Antes de finalizarmos o presente ponto justifica-se, em nosso entender, a apresentação de um exercício sobre a recomposição da estrutura das classes sociais na década de noventa do século passado<sup>66</sup>. É um exercício exploratório e de natureza indicativa das principais tendências

<sup>65</sup> Em 2001, o Ave concentrava 19,8% dos Operários e o Tâmega 20,0%.

<sup>66</sup> Nas considerações que iremos avançar utilizaremos a tipologia classificatória das classes sociais de Costa (1999). Para além deste trabalho, a análise sociológica das classes sociais em Portugal conta presentemente com outras análises que se constituem numa referência sobre o tema: Ferrão (1982 e 1985); Almeida *et al* (1994); Magalhães (1994); Machado e Costa (1998); Estanque (1997); Estanque e Mendes (1998); Costa (1998); Queiroz (1999), entre outros.



para o qual se mobilizaram as informações estatísticas dos Recenseamentos Populacionais<sup>67</sup>, que necessariamente, por conformidade à estrutura expositiva e argumentativa usada, iremos reutilizar e complementar algumas considerações avançadas anteriormente, em particular quando analisámos a população empregada ventilada pelo indicador situação na profissão.

Constata-se, em primeiro lugar, a importante redução da proporção dos agricultores independentes acompanhada a um ritmo mais moderado do decréscimo da categoria dos assalariados agrícolas na Região Norte. A transformação por que passou a actividade agrícola é complexa e plurifacetada, albergando no seu interior movimentos contraditórios e tensões que dificilmente poderão ser captadas pelos Recenseamentos Populacionais ou outros instrumentos de notação estatística. A redução daquelas fracções de classe, no passado recente, tem um marco histórico importante no abandono dos campos pelos homens durante nos sessenta, no contexto dos importantes fluxos migratórios externos para a Europa central. Movimento que prosseguiu na década seguinte, a um ritmo mais lento, e direccionado geograficamente para o litoral do país, em especial para Lisboa e Porto. São décadas em que a saída dos homens, maioritariamente da condição de camponês, é acompanhada por uma feminização da actividade agrícola. Abandono que prosseguiu nos últimos vinte anos do século passado. Não se deixa de referenciar, na sequência do que apontámos acima, que nos anos noventa ocorreram processos de mobilidade de activos agrícolas com a condição de trabalhadores independentes para a de padrões para o que concorreu o fornecimento de ajudas financeiras e técnicas estatais e comunitárias<sup>68</sup>.

Quadro 32  
Estrutura de classes sociais (indicador socio-profissional)

	1991		2001	
	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	9,5%	9,0%	13,4%	13,6%
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	9,1%	11,7%	13,7%	16,2%
Trabalhadores Independentes	7,1%	8,0%	5,0%	5,1%
Agricultores Independentes	6,6%	6,2%	1,7%	1,4%
Empregados Executantes	21,4%	27,1%	25,6%	31,7%
Operários Industriais	43,2%	34,3%	38,7%	30,3%
Assalariados Agrícolas	3,1%	3,7%	2,0%	1,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: INE, *Recenseamentos Populacionais*.

<sup>67</sup> O atributo indicativo do exercício decorre principalmente das especificidades conceptuais e metodológicas que caracterizam os dados dos Recenseamentos Populacionais, por um lado, e da sua parcial não adequação aos quadros teóricos eleitos para a análise da estrutura das classes sociais, por outro.

<sup>68</sup> Só um estudo mais fino baseado nos Recenseamentos Agrícolas dos anos noventa nos poderá fornecer elementos de análise que permitam um esclarecimento da questão. Importa igualmente não esquecer que aquando da resposta ao inquérito do Recenseamento Populacional de 2001, possa ter existido por parte dos inquiridos uma reacção de prestígio que se materializou numa auto-classificação socialmente mais prestigiante como é a de empresário.



Observa-se um aumento importante dos Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais. O crescimento do tecido empresarial, em parte indissociável da presença do país no seio da União Europeia e da predominância das pequenas e médias empresas, e das posições de liderança nas empresas, a par da ampliação do mercado dos serviços profissionais poderão ser avançados como factores explicativos de tal recomposição quantitativa. A diferença do peso percentual da categoria entre a Região Norte e o país bastante reduzida. A importância histórica da Região como sede das actividades empresariais - na indústria, mas mais recentemente também em alguns segmentos do terciário ligado à comercialização - influencia tal facto. Embora com as devidas cautelas analíticas decorrentes da natureza dos dados censitários, eventualmente poderá ser significativo que nos anos noventa o volume daqueles que se auto-classificam como patrões (de acordo com os critérios dos Recenseamentos Populacionais) na Região evoluiu de 108.444 para 174.199 indivíduos (uma variação de 60,6%).

Se atendermos ao crescimento da importância relativa da categoria dos Profissionais Técnicos e de Enquadramento, reconhecemos um dos principais processos de transformação da estrutura de classes no sentido da sua modernização. O peso desta categoria na Região Norte é inferior relativamente ao do país. Tal tendência, bem como a referente à aos Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais, tem sido induzida, recorde-se, por vários processos referenciados acima: a modernização organizacional e tecnológica de alguns dos segmentos do tecido empresarial que implicou a mobilização de mão-de-obra com um nível elevado de qualificações académicas, estatutariamente assumidos como profissionais; a modernização organizacional e tecnológica da administração pública e o incremento e diversificação das áreas e das acções do Estado; por sua vez, do lado da procura de emprego, assiste-se à crescente produção pelo sistema de ensino superior de diplomados e o seu conseqüente afluxo ao mercado de trabalho no decorrer dos anos noventa. A par disto, a ampliação da categoria está densamente associada à terciarização da actividade económica e à intensificação da urbanização com as suas múltiplas nuances. Estamos perante uma “nova classe média” (Machado e Costa, 1998; Estanque e Mendes, 1998), com uma forte presença feminina, que detem um papel significativo na (re)produção e difusão de novos estilos de vida e de padrões culturais, em particular de matriz urbana, fortemente valorizadores da meritocracia escolar e profissional, mas também das práticas distintivas na esfera do consumo de bens e serviços.

A tendência pesada de terciarização que verificamos na Região Norte vem induzido o aumento dos empregados executantes. Em termos da estrutura, contudo, o peso percentual dos empregados executantes no Norte mantem-se significativamente abaixo do correspondente valor nacional. Por sua vez, a proporção dos operários industriais decresceu. Para tal contribui, em parte, os processos de desindustrialização associados e o crescimento dos valores absolutos de



outras categoriais. Sublinhe-se, todavia, que operariado mantinha, em 2001, uma nítida relevância na estrutura de classes da Região (38,7%) superior à do país (30,3%).

Situação distinta tinha ocorrido entre 1990<sup>69</sup> e 1994, período durante o qual a Região Norte apresentou um crescimento médio anual do PIB de 11,5%, ligeiramente superior ao do País (10,4%) e, apenas, ultrapassado pelo da Região Autónoma da Madeira (12,4%).

Um último apontamento de natureza conclusiva. Dos processos de transformação que enformaram a evolução do emprego no Norte importa destacar dois. Em primeiro lugar, e na sequência da integração crescente das mulheres no seio da população activa apontada no ponto anterior, o emprego feminino cresceu amplamente, em termos absolutos e relativos. Intimamente associado à feminização do mercado de trabalho e, em segundo lugar, destaca-se uma tendência pesada de recomposição da estrutura sectorial do emprego, que se materializou na expansão da desruralização, da desindustrialização e no incremento da terciarização. Naqueles dois processos, a Região Norte acompanhou globalmente as tendências nacionais, registando, todavia, algumas especificidades, que se traduzem em factos como, por um lado, a manutenção da importância, em termos do volume total do emprego regional, de alguns dos sectores da indústria transformadora - em particular, têxteis, vestuário -, o que vem na continuidade histórica de uma tradição industrial distintiva face a outros espaços regionais do país e, por outro, a mobilização de um contingente de população empregada no Terciário abaixo da média nacional, em termos relativos.

Nos anos noventa, registaram-se alterações relevantes na estrutura socioprofissional na Região Norte - aumento dos padrões, manutenção da posição dominante do assalariamento, queda do trabalho familiar e do trabalho por conta própria - concomitantemente à recomposição da estrutura ocupacional da Região, principalmente com a diminuição do peso das profissões ligadas à agricultura e dos operários e o aumento dos Profissionais intelectuais e científicos, dos técnicos intermédios e das ocupações mais directamente ligadas aos serviços. É uma nítida tendência de modernização do padrão ocupacional da Região Norte, conquanto face à média nacional detenha um menor peso das ocupações administrativas e de serviços, como igualmente das profissões com maiores recursos em termos académicos - aspecto menos favorável para a Região face ao país.

---

<sup>69</sup> Apenas em 1996 foi publicada uma nova série do PIB com início em 1990 referente à globalidade do território português incluindo, pela primeira vez, as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.





### 3. Evoluções recentes do emprego e desemprego na Região Norte

Após termos dado conta das notórias recomposições sociais que caracterizaram a população inactiva, activa e empregada da Região Norte nas décadas de oitenta e noventa, mobilizando a informação dos Recenseamentos Populacionais, o presente ponto pretende desenvolver uma leitura, em parte complementar da anterior, sobre as plurais dinâmicas do mercado de trabalho naquele espaço geográfico entre 1998 e 2005<sup>70</sup>. Tomámos como base empírica os dados do Inquérito ao Emprego e acessoriamente os do desemprego registado do IEFP<sup>71</sup>. É patente, na actualidade, um deficit de informação estatística, que não se verifica tão extensivamente face a períodos anteriores, o que impossibilita uma análise fina e, por isso mesmo, menos densa, do nosso objecto de estudo<sup>72</sup>. É um óbice importante que seria a todos os títulos necessário superar como condição para a produção de análises heurísticamente mais sustentadas e validadas cientificamente. Em termos nacionais os últimos sete anos destacam-se por mudanças importantes, fundamentalmente de natureza conjuntural, ao nível do mercado de trabalho. Genericamente entre 1998 e 2000, a economia portuguesa apresentou um trajecto de expansão com um crescimento do produto interno bruto (PIB) superior à média da União Europeia (UE) - mais precisamente de 4,8% em 1998, em 1999 e 2000, de 3,8% e 3,9% respectivamente -, encetando um processo de desaceleração em 2001. Neste ano o produto não ultrapassou os 2,0%. Ampliou-se a participação da população na actividade económica, para o que contribui a manutenção da tendência de femininização do mercado de trabalho – a taxa de emprego evoluiu de 66,7% em 1998 para 68,9% em 2001, bem como se reduziu o desemprego – neste ano, a taxa de desemprego atingia os 4,0%, cerca de metade da média da UE (a 25 países). A produtividade manteve um valor estável, embora mais baixo comparativamente à generalidade dos outros países europeus, verificando-se uma expansão dos rendimentos e uma sua aproximação aos valores médios da UE. Concomitantemente, as formas flexíveis de emprego, alicerçadas na precariedade e na insegurança, registaram uma evolução no sentido da

<sup>70</sup> Para uma análise sobre o emprego e o desemprego na Região Norte no passado recente, mobilizando preferencialmente os dados do Inquérito ao Emprego do INE e os dos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, consulte-se, entre outros: Torres (1995, 1996 e 1999); Pereira (1993); Saleiro e Torres (1996); Castro e Gonzalez (1999); Varejão (2000); Varejão e Carneiro (2000); Gonçalves (2003); Varejão (coord.) (2003); Varejão (2005); INE (2004).

<sup>71</sup> Em 2002 foram introduzidas alterações em termos da extrapolação dos dados, passando os mesmos a serem estimados relativamente aos resultados finais do Recenseamento Populacional de 2001. Deste modo, no caso da Região Norte não é possível construir uma série de dados para o arco temporal de 1998 a 2005. A solução encontrada passa pela divisão desse período em dois: 1998 a 2001; 2002 a 2005.

<sup>72</sup> Referimo-nos, fundamentalmente, aos dados do Inquérito ao Emprego para as NUTS III da Região Norte que deixaram de ser disponibilizados em 2002, interrompendo uma série que vinha desde 1995. Por sua vez, verifica-se que outras dimensões sobre o emprego e o desemprego deixaram de ter uma tradução estatística, quebrando-se, deste modo, séries existentes nos anos noventa.



sua sedimentação no tecido laboral, não obstante alguma flutuação<sup>73</sup>. Precisamente a partir de 1998, aplica-se em Portugal a Estratégia Europeia para o Emprego, traduzida nos Planos Nacionais de Emprego, que consubstancia uma nova geração de políticas de emprego e de formação no espaço da União, debatidas e sujeitas a escrutínio dos governos nacionais, principalmente desde o início dos anos noventa<sup>74</sup>. A territorialização dessas políticas, com a formação das Redes Regionais para o Emprego, dos Planos Regionais de Emprego e dos Pactos Territoriais para o Emprego, abriu, em termos institucionais, uma fase inovadora na intervenção, directa e indirecta, do Estado e de outros agentes no funcionamento do mercado de trabalho<sup>75</sup>. Não obstante estes traços positivos da evolução das dinâmicas do mercado de trabalho, o Plano Nacional de Emprego de 2001, insiste na importância que tinham para a configuração dos possíveis trajectos futuros da sociedade portuguesa, no novo milénio, as debilidades estruturais do sistema de emprego (MTS, 2001). Estão neste caso: os níveis baixos de educação e de formação profissional, com especial incidência nos adultos mais velhos; a existência de grupos com dificuldades acrescidas de (re)inserção no mercado de trabalho, o caso, em particular, dos jovens, das mulheres e dos trabalhadores mais idosos; o elevado peso do desemprego de longa duração; a prevalência de actividades económicas tradicionais intensivas, assentes na mobilização de mão-de-obra pouco qualificada e auferindo baixos salários, a que se associa um tecido empresarial débil em termos de organização, de capacidade de adaptação e de inovação; o fraco nível de produtividade média comparativamente aos outros países da UE; as assimetrias regionais em termos do tecido produtivo e da qualificação da população empregada; a utilização expedita de formas flexíveis de emprego; a persistência de desajustamentos entre as características qualificativas da mão-de-obra e a oferta de emprego pelos empregadores.

A partir de 2002, a economia portuguesa entra numa fase de desaceleração e deixa de convergir com a UE. O PIB regista ligeiras variações positivas de 0,8% em 2002, 1,5% em 2004, 0,9% no ano seguinte e uma quebra em 2003 de 0,8%. Em consequência desta conjuntura económica difícil, a taxa de emprego decresceu neste último ano para 68,0%, reduzindo-se ainda mais nos dois anos seguintes - 67,8% em 2004 e 67,5% em 2005 -, enquanto o desemprego aumentou de forma rápida e ampla, atingindo a respectiva taxa o valor de 7,6%,

---

<sup>73</sup> Sobre a flexibilidade, emprego e precariedade em Portugal, consulte-se: Vaz (1997); Rosa (coord.) (2000); Cerdeira (coord.) (2000); Santana e Centeno (coord.) (2001); Kovács (2002 e 2005); Rebelo (2004); Correia (2004); Dias (2005); Dornelas (coord.) (2006). Para um debate de natureza mais teórica sobre o tema, veja-se: Beck (2000); Paugam (2002); Cingolani (2005); Dubet (2006).

<sup>74</sup> Subsiste actualmente uma profusa bibliografia sobre as reconfigurações do trabalho e do emprego da UE, bem como em relação às políticas de emprego e formação accionadas, da qual destacamos: Auer e Gazier (2002); Schimd e Gazier (ed) (2002); IRES (2000); Morley, Ward e Watt (2005); Horthy (2006).

<sup>75</sup> Sobre a aplicação da Estratégia Europeia do Emprego em Portugal consulte-se, entre outros, os Planos Nacionais de Emprego (desde 1998 a 2005) e os seguintes textos de natureza mais avaliativa: Santos e Evaristo (coord.) (2003); Figueiredo (coord.) (2003); Capucha (coord.) (2003). Ver igualmente DEPP/MTSS (2002). Saliente-se que não existem disponíveis estudos avaliativos dos impactos, em termos de emprego, dos instrumentos territorializados acima apontados.



quase o dobro da referente a 2001. Em simultâneo, manteve-se a tendência de crescimento da população activa, embora a um ritmo mais lento do que no período anterior. A produtividade do trabalho apresenta uma evolução desfavorável, acentuando a divergência do país face à média da UE, bem como as remunerações. A segmentação do mercado de trabalho permanece como um dos eixos importantes de recomposição social da mão-de-obra, no quadro mais amplo da transformação das relações laborais, que vêm ocorrendo mais intensamente no passado recente (Dornelas, 2006), observando-se, igualmente, a presença do trabalho informal ocupado principalmente por trabalhadores imigrantes. Os traços gerais e esquemáticos acima apontados sobre as dinâmicas do mercado de trabalho, no período em análise, servem-nos de ponto de partida, mas também de enquadramento geral, para a análise que desenvolveremos de seguida. Em 2005, a Região Norte tinha 1.770,3 mil indivíduos classificados como inactivos para efeitos estatístico-administrativos, o que representava 47,3% do total da população residente<sup>76</sup> (em 2002 era de 48,5%). Nos últimos quatro anos, o seu volume variou -1,2%, contra -1,9% entre 1998 e 2001<sup>77</sup>. Em termos absolutos e relativos, com excepção dos reformados/pensionistas que se ampliaram, as restantes categorias de inactivos apresentam um movimento inverso (Quadro 33). Saliente-se que são as domésticas que registam taxas de variação negativas mais elevadas (-6,3% naquele último período e -2,1% entre 2002 e 2005). Embora estejamos perante um arco temporal não longo, parece-nos plausível admitir que permanece a tendência global apontada, quando equacionamos as transformações inter-censos, de um esvaziamento da categoria das domésticas, por via da sua transição para a condição de activas, engrossando os fluxos de entrada no mercado de trabalho e de procura de emprego, ou então para a de reformados/pensionistas. O número de inactivos por cada 100 empregados baixou ligeiramente, na Região, nos anos mais recentes, mantendo-se, contudo, superior à média nacional.

---

<sup>76</sup> Valor semelhante à média nacional que é de 47,3% e que, em 2001, se situava nos 48,5%.

<sup>77</sup> Consulte-se o Quadro F, em Anexo.



Quadro 33  
Distribuição percentual da população inactiva por categorias

	1998	2001	2002 a)	2005 a)
Região Norte				
Estudante	35,4	34,8	33,6	33,4
Doméstica	14,9	13,4	13,3	12,2
Reformada	27,1	29,1	31,0	32,8
Outros Inactivos	22,7	22,7	22,1	21,6
Inactivos por 100 empregados	102,7	94,6	99,4	98,5
Portugal				
Estudante	35,8	35,6	34,5	34,7
Doméstica	14,9	14,2	14,3	14,2
Reformada	24,0	24,9	27,3	27,8
Outros Inactivos	25,4	25,3	23,9	23,3
Inactivos por 100 empregados	102,6	94,9	97,1	98,0

a) Estimativas aferidas aos resultados definitivos do Recenseamento Populacional de 2001.

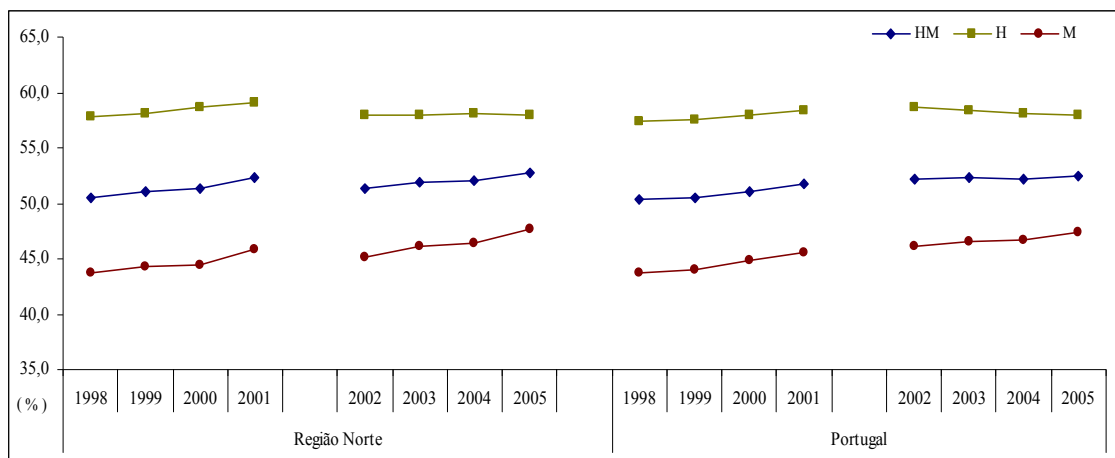
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

Na Região, regista-se um acréscimo sustentado da população activa - de 5,1% entre 1998 e 2001 e de 4,1% de 2002 a 2005<sup>78</sup> -, concentrando, no último ano, 35,6% do total nacional da categoria populacional. Esta evolução reflecte principalmente o incremento continuado da participação feminina no mercado de trabalho, de 6,3% no primeiro período e de 5,8 no período seguinte<sup>79</sup>, quer em termos de fluxos de ingresso, quer de prolongamento da sua presença. Com efeito, a proporção das mulheres na população activa ampliou-se, passando de 45,4% em 2002 para 46,6% em 2005, bem como a taxa de actividade feminina aumentou 1,9 p.p., registando neste ano o valor de 47,7%, enquanto a taxa de actividade masculina se manteve estagnada. A conjugação entre esta tendência estrutural e o envelhecimento da estrutura etária da população, por intermédio, em especial, da diminuição do contingente de jovens (menos de 15 anos de idade), induziram a subida continuada da taxa de actividade ao longo dos anos, que se situava, em 2005, em 52,7% ligeiramente superior à média nacional<sup>80</sup>. A confluência, nos últimos três anos, entre o aumento dos activos e o reduzido ou inexistente crescimento positivo do emprego resultou, em termos de fluxos no seio do mercado de trabalho, no incremento do desemprego.

<sup>78</sup> Veja-se o Quadro G, em Anexo.

<sup>79</sup> Em termos relativos, a participação feminina contribuiu em 55,8% para o aumento verificado nos activos, entre 1998 e 2001, e para 76,6% no período posterior.

<sup>80</sup> Precisamente uma das características distintivas da Região Norte face à média nacional encontra-se no facto de recorrentemente a taxa de actividade total apresentar valores mais elevados.

Gráfico 3  
Taxa de Actividade

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

No plano da estrutura etária dos activos, o grupo mais jovem (dos 15 aos 24 anos) reduziu o seu contingente, de modo mais expressivo nas mulheres do que nos homens, e concomitantemente os outros grupos expandiram-se, apresentando sempre o contingente feminino as variações positivas mais fortes<sup>81</sup>. Estamos provavelmente perante um processo, assinalado anteriormente, de prolongamento da presença dos jovens no sistema de ensino com o consequente ingresso mais tardio no mercado de trabalho comparativamente às gerações anteriores. Por sua vez, o peso do grupo dos 45 e mais anos apresenta um trajecto ascensional para ambos os géneros, quer na Região, quer no país, assistindo-se igualmente ao reforço da posição relativa dos outros dois grupos com idades imediatamente inferiores. No passado recente, assiste-se a uma sedimentação da tendência de envelhecimento da população activa.

Quadro 34  
Distribuição percentual da população activa por grupos etários

	1998			2001			2002 a)			2005 a)		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
<b>Região Norte</b>												
15 aos 24 anos	18,0	20,0	18,9	16,8	16,1	16,4	15,6	15,3	15,4	12,5	12,0	12,3
25 aos 34 anos	27,0	29,2	28,0	27,6	30,7	29,0	25,9	28,7	27,2	26,2	28,3	27,2
35 aos 44 anos	23,1	22,9	23,0	23,4	23,8	23,6	24,6	25,1	24,8	25,0	25,5	25,2
45 e mais anos	31,9	27,8	30,1	32,2	29,4	31,0	34,0	30,9	32,6	36,2	34,3	35,3
<b>Portugal</b>												
15 aos 24 anos	15,1	15,8	15,4	14,4	13,5	14,0	13,7	12,7	13,2	10,6	9,7	10,2
25 aos 34 anos	25,5	27,1	26,2	25,9	27,6	26,7	24,8	26,7	25,7	26,1	27,6	26,8
35 aos 44 anos	23,1	23,9	23,5	23,1	24,0	23,5	23,8	24,6	24,2	24,6	25,4	25,0
45 e mais anos	36,4	33,2	35,0	36,5	34,9	35,8	37,8	36,0	37,0	38,7	37,3	38,1

a) Estimativas aferidas aos resultados definitivos do Recenseamento Populacional de 2001.

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

<sup>81</sup> Consulte-se o Quadro G, em Anexo.



Uma análise mais pormenorizada das taxas de actividade por grupo etário e sexo, possibilita-nos retirar algumas conclusões. As taxas de actividade totais dos grupos etários com 25 e mais anos têm vindo a aumentar quer na Região, quer no país, reflectindo o acréscimo da taxa de participação feminina (a dos homens decresce ou permanece estagnada). Deste modo, o diferencial entre as taxas masculinas e as femininas vem reduzindo-se, mesmo para o grupo dos 45 e mais anos em que, devido ao efeito geracional, existe uma menor presença de mulheres no respectivo segmento de activos (mais relevante na Região do que no país).

Existe um declínio da taxa de actividade juvenil, na sequência do referenciado aumento da frequência escolar desta categoria. As taxas de actividade juvenil femininas são recorrentemente inferiores às masculinas, o que poderá estar relacionada com uma permanência mais prolongada no sistema escolar por parte das jovens. A Região Norte apresenta taxas de actividade juvenis superiores à média nacional para ambos os géneros (em 2005, estava concentrado naquele espaço geográfico 32,4% dos jovens e 34,4% das jovens dos respectivos totais nacionais)<sup>82</sup>. Como observámos aquando da análise dos dados dos Recenseamentos Populacionais, determinados factores contribuem provavelmente para o abandono precoce da escola com a conseqüente inserção no mercado de trabalho: natureza da dinâmica económica e perfil do tecido produtivo; insucesso escolar continuado; insuficiência de recursos económicos dos agregados familiares para suportarem um prolongamento temporal da presença na escola; menor valorização das habilitações académicas no processo de inserção no mercado de trabalho; e, ainda, a inexistência de uma oferta de ensino ampla e acessível, vocacionada para um ensino de cariz profissionalizante.

Quadro 35  
Taxas de Actividade

	1998			2001			2002 a)			2005 a)		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Região Norte												
15 aos 24 anos	57,4	52,5	54,9	58,8	47,7	53,4	55,3	46,6	51,0	51,6	44,5	48,1
25 aos 34 anos	91,5	79,6	85,5	92,2	85,0	88,6	92,7	84,0	88,3	92,6	86,7	89,6
35 aos 44 anos	94,4	72,5	83,2	93,8	76,0	84,7	94,4	76,8	85,4	91,9	79,0	85,3
45 e mais anos	60,7	34,4	46,1	60,7	37,0	47,7	58,0	36,4	46,2	58,2	40,2	48,4
Portugal												
15 aos 24 anos	50,7	44,5	47,6	53,0	42,8	47,9	52,3	42,2	47,3	46,9	38,9	43,0
25 aos 34 anos	92,9	80,5	86,7	92,5	83,0	87,8	92,6	84,0	88,3	92,6	86,7	89,7
35 aos 44 anos	95,3	77,3	86,1	95,0	79,5	87,1	94,9	79,5	87,0	94,3	83,0	88,5
45 e mais anos	59,0	36,2	46,5	59,6	38,8	48,2	58,4	39,0	47,8	57,6	40,3	48,2

a) Estimativas aferidas aos resultados definitivos do Recenseamento Populacional de 2001.

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

<sup>82</sup> Para uma análise sobre os jovens e o mercado de trabalho no contexto da actual sociedade portuguesa consulte-se Pais (2001) e Guerreiro e Pegado (2006).



Uma das possíveis consequências futuras do não prosseguimento dos estudos pelos jovens encontra-se no avolumar da população activa com baixas habilitações escolares, o que funciona, em conjunto com outros aspectos, como um obstáculo a uma redução substantiva do défice de escolarização que caracteriza a Região Norte, em especial algumas das áreas contíguas ao Grande Porto, como é o caso, por exemplo, do Tâmega e do Ave. Importa, todavia, reconhecer que, no passado recente, o nível de escolaridade média dos activos aumentou. Para isso contribui fundamentalmente a redução, em valores absolutos e relativos<sup>83</sup>, dos indivíduos sem instrução e com o 1º e 2º ciclos do Ensino Básico, acompanhada da expansão dos outros níveis de escolaridade, em especial do ensino superior. Neste último caso, entre 2002 e 2005 registou-se uma variação positiva de 38,9%. Sublinhe-se que, neste último ano, 77,7% dos activos tinha um nível de habilitações não superior à escolaridade obrigatória, acima do valor nacional que se situava nos 72,7%. Se é patente, portanto, uma tendência continuada de melhoria dos níveis de habilitações da população activa da Região, consequência directa da intensificação da promoção do sistema de ensino no passado recente, o que conduz, por sua vez, à existência de uma procura de emprego mais qualificada, persiste, igualmente, a manutenção de um défice importante de escolarização, acumulado ao longo dos tempos, o qual é mais gravoso do que o respeitante ao contexto nacional (que não prima propriamente por um elevado padrão qualificacional). O défice de habilitações académicas e profissionais reduz a capacidade de inserção laboral dos indivíduos, no sentido da mobilidade vertical ou de mudança de empresa ou mesmo da saída da situação de desemprego. Existem segmentos populacionais mais vulneráveis a esta situação como as mulheres, a população empregada mais idosa que maioritariamente apresenta baixos níveis de habilitações académicas e de qualificações profissionais e os jovens, em particular aqueles que abandonaram precocemente a escola.

---

<sup>83</sup> Consulte-se o Quadro G, em Anexo.



Quadro 36  
Distribuição percentual da população activa por níveis de escolaridade

	1999	2001	2002 a)	2005 a)
Região Norte				
Sem instrução	9,8	8,4	7,5	6,2
Ensino Básico – 1º ciclo	37,5	34,6	35,2	32,3
Ensino Básico – 2º ciclo	25,2	25,4	25,2	23,5
Ensino Básico – 3º ciclo	11,8	13,3	13,8	15,7
Secundário	9,0	10,7	10,5	11,8
Superior	6,7	7,6	7,8	10,5
Portugal				
Sem instrução	9,8	8,7	7,9	5,7
Ensino Básico – 1º ciclo	35,0	33,5	33,4	29,2
Ensino Básico – 2º ciclo	20,4	20,4	20,2	19,5
Ensino Básico – 3º ciclo	13,8	15,3	16,1	17,8
Secundário	11,7	12,4	12,6	14,5
Superior	9,3	9,7	9,8	13,2

a) Estimativas aferidas aos resultados definitivos do Recenseamento Populacional de 2001.

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

Entre 1998 e 2001, o segmento de empregados expandiu-se na Região (uma variação de 6,4% para os homens 5,1% e para as mulheres 8,1%)<sup>84</sup>, tendo as mulheres contribuído em 55,4% para a criação líquida de empregos durante aquele período. A partir de 2002 o emprego regista um trajecto marcado pela perda de postos de trabalho. Em 2003, essa perda foi da ordem dos 8,5 mil (uma variação de -0,5%), registando-se nos anos seguintes uma evolução marcada pela quase estagnação - entre 2002 e 2005 regista-se uma variação de -0,2%. Em consequência deste andamento da população empregada, a taxa de emprego (15 aos 64 anos) da Região apresenta um comportamento negativo naquele período (-1,2 p.p.; valor superior ao verificado em termos do país), registando valores inferiores à média nacional<sup>85</sup>. Em termos de género, a redução ocorreu de modo diferenciado. Enquanto os homens registam uma quebra de 18,2 mil empregos, as mulheres ampliam a sua participação em 13,8 mil empregos, o que sedimenta a posição relativa destas no total do emprego regional (45,8% em 2005 contra 44,9% em 2002).

O emprego jovem decresce ao longo do arco temporal em análise<sup>86</sup>, reduzindo-se o seu peso relativo no total do emprego (Quadro 37), o que acompanha o trajecto do grupo etário no conjunto da população residente e da população activa, traduzindo, assim, quer a redução do fluxo de ingresso dos jovens no mercado de trabalho, em consequência do prolongamento da sua escolarização, quer, como veremos à frente, uma exposição acrescida ao desemprego (neste

<sup>84</sup> Veja-se o Quadro H, em Anexo.

<sup>85</sup> Valor superior à meta de 67,0% estabelecida na Cimeira da UE de Estocolmo para o ano de 2005. Com efeito, Portugal apresenta, face aos restantes países, taxas de actividade e de emprego mais elevadas em relação aos homens, às mulheres e aos trabalhadores mais velhos.

<sup>86</sup> Consulte-se o Quadro H, em Anexo.





sentido apontam os dados referentes à importante variação negativa ocorrida entre 2002 e 2005, na ordem dos 22,6% para a Região e de 24,8% para o país). Para os outros grupos observam-se aumentos dos respectivos contingentes, com uma maior expressão no dos 45 e mais anos, para os dois períodos considerados, reforçando as suas posições relativas no seio da estrutura etária da população empregada da Região.

Quadro 37  
Indicadores sobre o emprego

	1998	2001	2002 a)	2005 a)
Região Norte				
Emprego Total	1.715,6	1.825,5	1.802,3	1.797,9
Taxa de Emprego (15 aos 64 anos)	b)	69,0	68,3	65,9
% de Mulheres	44,1	44,8	44,9	45,8
Grupos Etários (%)				
15 aos 24 anos	18,2	16,0	14,6	11,3
25 aos 44 anos	51,1	52,7	52,1	52,4
45 e mais anos	30,7	31,3	33,3	36,2
Portugal				
Emprego Total	4.843,8	5.111,7	5.106,5	5.122,6
Taxa de Emprego (15 aos 64 anos)	b)	68,9	68,7	67,5
% de Mulheres	44,4	45,0	45,2	46,0
Grupos Etários (%)				
15 aos 24 anos	14,6	13,2	12,3	9,2
25 aos 44 anos	49,8	50,5	49,9	51,7
45 e mais anos	35,7	36,3	37,7	39,1

a) Estimativas aferidas aos resultados definitivos do Recenseamento Populacional de 2001. b) Sem informação.  
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*. MTSS (2005).

No que concerne à decomposição sectorial da variação do emprego na Região Norte é manifesto, em primeiro lugar, um trajecto por parte do Primário, com algumas flutuações - decréscimo, em ambos os géneros, entre 1998 e 2001, seguido de um importante crescimento, nos anos posteriores, que poderá ser meramente conjuntural<sup>87</sup>. A respectiva taxa de feminização reduziu-se 1,9 p.p. nos últimos quatro anos. Em 2005, representava 12,8% do total do emprego regional, ligeiramente superior ao valor médio do indicador para o país (11,8%), e concentrava 38,1% do emprego do sector, a nível nacional.

<sup>87</sup> Veja-se o Quadro H, em Anexo.



Quadro 38  
Distribuição percentual da população empregada e proporção de mulheres por sectores de actividade

	1998		2001		2002 a)		2005 a)	
	%	% M.	%	% M.	%	% M.	%	% M.
Região Norte								
Primário	13,9	52,6	12,3	53,1	11,4	54,1	12,8	52,2
Secundário	47,8	35,8	44,1	35,3	43,3	34,4	39,6	33,6
Terciário	38,3	51,5	43,6	52,0	45,3	52,7	47,5	54,3
Portugal								
Primário	13,5	49,9	12,6	50,7	12,4	50,1	11,8	50,2
Secundário	35,8	30,7	34,4	30,1	33,8	29,0	30,6	28,0
Terciário	50,7	52,9	53,0	53,7	53,8	54,3	57,6	54,7

a) Estimativas aferidas aos resultados definitivos do Recenseamento Populacional de 2001.

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

O Secundário apresenta uma perda líquida de empregos, mais ampla nos anos recentes (menos 8,6 mil empregos com uma variação de -8,6%)<sup>88</sup>. Decompondo esta evolução de acordo com o género, conclui-se que as mulheres são as principais perdedoras - decrescem 3,1%, entre 1998 e 2001, e 10,8% no período seguinte, enquanto os homens registam variações negativas de 1,4% e 7,4% para os mesmos períodos, respectivamente. Entre 2002 e 2005, o peso relativo do sector diminui em 3,7 p.p. (Quadro 38) – indiciador de uma tendência de alteração no padrão de especialização produtiva; no entanto, neste último ano, a Região continuava a concentrar uma parcela significativa (45,5%) do total do emprego do Secundário nacional. A quebra do contingente feminino está intimamente associada ao declínio do emprego na indústria do têxtil e do calçado onde ocupa uma posição predominante<sup>89</sup>. Sublinhe-se que, em 2005, na Região Norte, a Indústria do Têxtil e do Couro concentrava 13,1% do total do emprego regional - com um importante índice de localização face ao país de 1,45 - e 81,4% do total do emprego do sector a nível nacional. Por outro lado, o emprego no sector da Construção, no Norte, apresenta um crescimento negativo nos últimos quatro anos, após ter contribuído, no período antecedente, de modo importante, para a expansão do volume da população empregada.

Na Região e no país é observável o avanço, em termos absolutos e relativos, do segmento dos empregados do Terciário. Em ambos os períodos, este sector contribuiu positivamente para a criação de emprego, em especial feminino<sup>90</sup>. Entre 1998 a 2001, as mulheres aumentaram 22,2% para, no período seguinte, continuarem a evoluir positivamente, mas a um ritmo mais moderado, da ordem dos 7,7%, o que reforçou a sua proporção no emprego total em 1,6 p.p. (Quadro 38). A capacidade de criação de empregos no Terciário

<sup>88</sup> Veja-se o Quadro H, em Anexo.

<sup>89</sup> Saliente-se que entre 1998 e 2001, a Indústria Têxtil e do Calçado reduziu o seu volume de emprego em 9,9%. Entre 2002 e 2005, a Indústria do Têxtil e do Couro (de acordo com a nova nomenclatura da Classificação das Actividades Económicas) perdeu 21,0 mil empregos (uma variação de -8,2%).

<sup>90</sup> Veja-se o Quadro H, em Anexo.



concorreu para a limitação da perda de empregos no passado mais recente. Acrescente-se que o Norte é cada vez mais um espaço em que predomina o emprego do Terciário - 47,5% do total do emprego em 2005 contra 45,3% em 2002 - mantendo, todavia, face à média nacional, um diferencial ainda expressivo, cerca de -10 p.p, naquele último ano<sup>91</sup>. Para este ano, na Região estava concentrado 29,0% do emprego do sector a nível nacional. O incremento da terciarização na Região tem ocorrido, especialmente por intermédio do crescimento do Comércio a Retalho, do Ensino e da Saúde e Serviços Sociais<sup>92</sup>. Assim, o ramo reforçou, de modo substancial, o seu peso relativo na estrutura sectorial do emprego, o que igualmente se verificou para a globalidade dos Serviços Comerciais. A Administração Pública, Defesa e Segurança Social depois de ter registado uma expansão de efectivos entre 1998 e 2001 com uma variação de 17,2%, nos anos seguintes apresenta uma queda da ordem dos 5,7%.

Quadro 39

Distribuição percentual da população empregada por alguns dos ramos de actividade do Terciário a)

	1998	2001	2002 b)	2005 b)
Região Norte				
Serviços Comerciais	27,3	30,8	31,7	32,4
Comércio a Retalho	7,6	8,9	8,9	14,7
Hotéis e Restaurantes	3,3	3,9	3,9	4,1
Serviços Não Comerciais	11,0	12,8	13,7	15,1
Administração Pública, Defesa e Seg. Social	3,0	3,3	3,9	3,7
Ensino	5,3	5,3	5,3	6,2
Saúde e Serviços Sociais	2,7	4,1	4,5	5,3
Portugal				
Serviços Comerciais	34,6	36,1	36,7	38,3
Comércio a Retalho	9,1	9,2	9,1	15,1
Hotéis e Restaurantes	5,2	5,1	5,2	5,4
Serviços Não Comerciais	16,1	16,9	17,1	19,3
Administração Pública, Defesa e Seg. Social	6,1	6,2	6,5	6,8
Ensino	5,8	5,6	5,6	6,1
Saúde e Serviços Sociais	4,2	5,1	5,0	6,4

a) Em relação ao emprego total. b) Estimativas aferidas aos resultados definitivos do Recenseamento Populacional de 2001.

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

Em síntese, está em curso na Região Norte um processo de reestruturação do seu padrão de especialização produtiva, que encontra no incremento da terciarização e na desindustrialização eixos importantes, enquanto as actividades agrícolas mantêm um peso não displicente ao nível do emprego regional. Desindustrialização que se faz sentir de modo mais notório nos sectores do têxtil, do vestuário e do calçado, fortemente expostos à concorrência pelos países industriais emergentes que se especializaram na produção de bens de baixo custo.

<sup>91</sup> Em 2005, o Norte concentrava 29,0% do emprego nacional do Terciário.

<sup>92</sup> Consulte-se o Quadro H, em Anexo.



O facto de subsistir na Região e naqueles sectores, em particular, uma parcela ampla de empresas que assentam em salários reduzidos, numa mão-de-obra com baixas qualificações académicas e profissionais, em actividades de baixo valor acrescentado, em processos de produção de trabalho-intensivo, em formas de organização, de liderança e de mobilização da tecnologia obstaculizadoras da inovação e do acréscimo dos factores imateriais geradores de ganhos de competitividade, torna essas mesmas empresas vulneráveis aos intensos processos de globalização económica que actualmente se desenvolvem e que impulsionam a desindustrialização. O contexto de fraca performance económica que se regista nos últimos anos veio agravar tal situação, induzindo um ritmo mais acelerado de destruição de empregos industriais. Por outro lado, o traço distintivo da Região Norte face à média nacional encontra-se principalmente na forte presença do Secundário, abrangendo quase metade do emprego em 2005, e simultaneamente numa menor mobilização de mão-de-obra pelo Terciário.

No período de 1998 a 2001, o crescimento do emprego na Região Norte foi principalmente sustentado pelo avolumar dos contingentes dos grupos profissionais dos Profissionais intelectuais e científicos, dos Trabalhadores dos serviços e dos Trabalhadores não qualificados<sup>93</sup>. Com fortes variações positivas, em especial o primeiro da ordem dos 36,6%, estes grupos reforçaram as suas posições relativas no seio da estrutura ocupacional regional. Os Operários reduzem, embora de modo limitado, o seu volume e o seu peso (Quadro 40). Nos últimos quatro anos, e no âmbito de uma diminuição do emprego, os Profissionais intelectuais e científicos mantêm a tendência de crescimento, com um ritmo mais moderado, a que se junta a expansão dos Trabalhadores agrícolas, da floresta e da pesca e dos Dirigentes, com uma inusitada e forte variação, que deve ser lida com alguma reserva. Os principais contributos negativos para o andamento do emprego provêm dos Operários, que têm uma variação de -15,7%, dos Trabalhadores dos serviços com -11,2% e dos Trabalhadores não qualificados com -9,1%. Assim, os traços mais relevantes de uma certa recomposição da estrutura ocupacional da Região Norte, em termos de valores absolutos e relativos, materializam-se, por um lado, no crescimento dos grupos profissionais mais qualificados nos planos académico e profissional, com excepção dos Técnicos intermédios - ao contrário do que acontece em termos nacionais - acompanhado pelo dos Trabalhadores agrícolas, da floresta e da pesca e, por outro lado, na quebra dos Operários. Grupo que continua a concentrar uma parcela importante da população empregada na Região com um valor relativo superior à média nacional. Este é um dos elementos distintivos entre a estrutura ocupacional do Norte face à do país, a que acresce a menor importância relativa dos Profissionais intelectuais e científicos, dos Técnicos intermédios e das profissões do sector dos serviços.

---

<sup>93</sup> Consulte-se o Quadro I, em Anexo. Retomamos a classificação em grupos profissionais usada no ponto anterior deste texto.



Quadro 40  
Distribuição percentual dos grupos profissionais a)

	1998	2001	2002 b)	2005 b)
Região Norte				
Dirigentes	6,7	6,4	7,2	12,6
Profissionais intelectuais e científicos	4,4	5,6	5,5	6,5
Técnicos intermédios	7,4	6,1	5,9	6,1
Administrativos	7,4	8,0	9,0	8,2
Trabalhadores dos serviços	9,4	11,4	12,0	10,7
Trabalhadores agrícolas, da floresta e da pesca	11,5	11,4	10,8	12,3
Operários	43,1	39,4	39,0	32,9
Trabalhadores não qualificados	10,1	11,5	11,4	10,4
Portugal				
Dirigentes	7,3	6,8	7,3	9,1
Profissionais intelectuais e científicos	6,2	7,1	6,8	8,6
Técnicos intermédios	7,5	7,4	7,4	8,6
Administrativos	9,1	9,7	9,6	9,9
Trabalhadores dos serviços	13,2	13,5	13,6	13,6
Trabalhadores agrícolas, da floresta e da pesca	11,6	11,5	11,3	10,9
Operários	31,4	29,9	29,9	26,7
Trabalhadores não qualificados	12,8	13,4	13,6	12,1

a) Em relação ao emprego total. b) Estimativas aferidas aos resultados definitivos do Recenseamento Populacional de 2001.

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

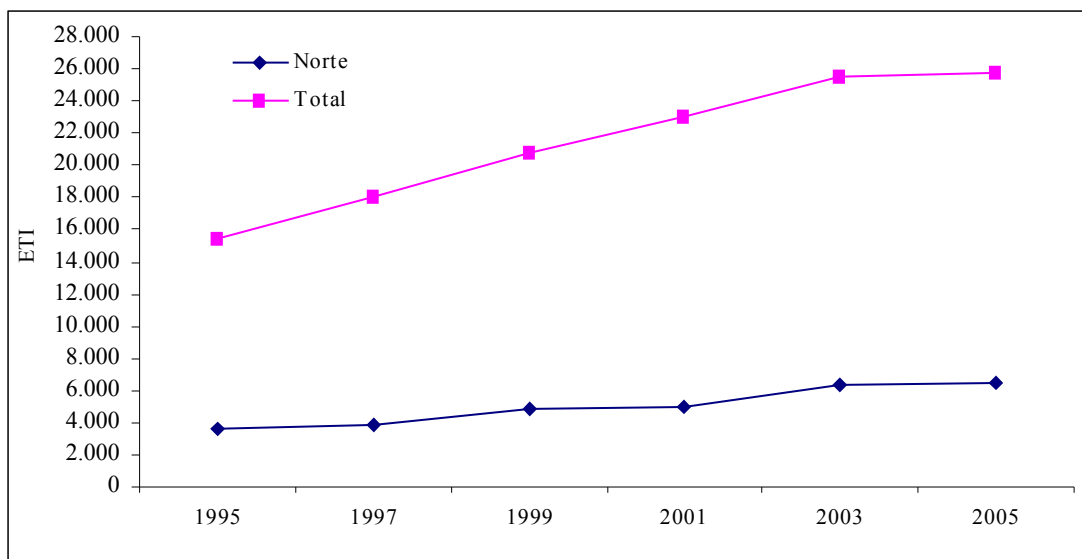
Unicamente em complemento da análise sobre a qualidade do emprego, tomando em conta o grupo profissional, não deixa de ser pertinente atendermos a alguns dos dados dos Inquéritos ao Potencial Científico e Tecnológico sobre a Investigação e Desenvolvimento (I&D). Entre 1995 e 2005 os recursos humanos em I&D<sup>94</sup> - medidos em Equivalente a Tempo Integral (ETI) - na Região Norte registaram uma variação significativa (80,5%), superior ao total nacional (53,6%).

Naquele último ano, a Região concentrava 24,9% do total dos recursos humanos a nível nacional, uma ligeira subida face aos 23% de dez anos antes.

<sup>94</sup> Os recursos humanos incluem: Investigadores; Pessoal técnico em actividades de I&D; Outro pessoal de apoio às actividades de I&D.



Gráfico 4  
Recursos humanos em Investigação e Desenvolvimento (ETI)



Fonte: Inquéritos ao Potencial Científico e Tecnológico. GPEARL.

O crescimento dos recursos humanos na Região verificou-se em todos os sectores de execução com notório destaque, em termos relativos, para as Empresas (140,3%) e as Instituições sem Fins Lucrativos (IPSFL) (94,5%). O Estado ficou-se pelos 6,1%, enquanto o Ensino Superior alcançou os 68,0%. Tais variações não conduziram a uma alteração radical da estrutura dos recursos humanos. É no Ensino Superior que se concentra quase metade dos recursos humanos, o que igualmente se verifica para o país.

Quadro 41

Estrutura dos recursos humanos em ETI por sectores de execução para a Região Norte

Ano		Estado	Empresas	Ensino Superior	IPSFL	Total
1995	ETI	390,6	725,7	1.854,2	588,8	3.559,3
	%	11,0	20,4	52,1	16,5	100,0
1997	ETI	392,1	549,7	2.156,8	728,2	3.826,8
	%	10,2	14,4	56,4	19,0	100,0
1999	ETI	547,3	1.136,8	2.313,9	856,6	4.854,6
	%	11,3	23,4	47,7	17,6	100,0
2001	ETI	438,8	1.077,6	2.433,5	1.011,8	4.961,8
	%	8,8	21,7	49,0	20,4	100,0
2003	ETI	398,2	1.684,0	2.978,0	1.254,4	6.314,5
	%	6,3	26,7	47,2	19,9	100,0
2005	ETI	414,1	1.743,5	3.115,2	1.145,4	6.418,1
	%	6,5	27,2	48,5	17,8	100,0

Fonte: Inquéritos ao Potencial Científico e Tecnológico. GPEARL.



A importância relativa dos recursos humanos em I&D nas Empresas na Região Norte decresceu entre 1995 e 2005. Facto que indica uma certa vulnerabilidade e perda de importância face às outras regiões e que, em parte, está associada aos processos de recomposição do tecido empresarial apontados em capítulo anterior. Contrariamente a tal evolução encontra-se a valorização relativa do sector das IPSFL, registando o Ensino Superior uma ligeira quebra.

Quadro 42  
Estrutura dos recursos humanos em ETI por sectores de execução (%)

	Empresas		Estado		Ensino Superior		IPSFL	
	1995	2005	1995	2005	1995	2005	1995	2005
Norte	38	29	8	9	29	27	25	34
Centro	17	21	5	7	19	21	20	16
Lisboa	42	45	74	74	42	42	52	46

Fonte: Inquéritos ao Potencial Científico e Tecnológico. GPEARL.

Para o período em análise, escasseiam os dados sobre as formas flexíveis de emprego ao nível da Região Norte. Entre 2004 e 2005, o emprego a tempo parcial aumentou 3,0%, enquanto o emprego a tempo inteiro manteve-se estagnado, o que acentuou ligeiramente o peso relativo do primeiro no emprego total, avançando de 9,7% para 10,0% (Quadro 41). Constituído maioritariamente por mulheres, o emprego a tempo parcial regista, nos anos considerados, um valor ligeiramente inferior ao do país. Nomeadamente factores de natureza sócio-cultural, em que prevalece a imputação às mulheres do desempenho do papel tradicional no agregado familiar e a subalternização do emprego feminino ao masculino, a que se associa a maior vulnerabilidade daquelas à precariedade laboral<sup>95</sup>, explicam a maior mobilização das mulheres para esta forma de emprego<sup>96</sup>. Em 2005, representavam 6,9% do total do emprego, apresentando os homens um valor inferior em cerca de metade. Por sua vez, o volume do emprego com contrato não permanente, na Região, cresceu 1,2%, nos últimos dois anos, enquanto o correspondente ao contrato permanente permanece estável. Deste modo, naquele ano, 19,8% dos assalariados tinham um contrato não permanente - valor ligeiramente superior à média nacional -, contra 16,7% no ano anterior.

<sup>95</sup> Importa não esquecer que os empregos a tempo parcial têm recorrentemente uma duração contratual limitada.

<sup>96</sup> Saliente-se que ao contrário de outros países europeus, em Portugal, a feminização do mercado de trabalho ocorre principalmente pela incorporação das mulheres em empregos a tempo inteiro. Sobre esta questão veja-se Marauni (2002).

Quadro 43  
Indicadores sobre as formas flexíveis de emprego

	2004	2005
Região Norte		
Duração do Emprego		
Empregados a Tempo Parcial (%)	9,7	10,0
Mulheres em Tempo Parcial (%)	67,9	68,8
Tempo Parcial a)		
Homens	5,7	5,8
Mulheres	14,5	15,0
Tempo Parcial b)		
Homens	3,1	3,1
Mulheres	6,6	6,9
Trabalhadores por conta de outrem com contrato não permanente (%)	16,7	19,8
Portugal		
Duração do Emprego		
Empregados a Tempo Parcial (%)	11,3	11,2
Mulheres em Tempo Parcial (%)	65,8	66,5
Tempo Parcial a)		
Homens	7,1	7,0
Mulheres	16,3	16,2
Tempo Parcial b)		
Homens	3,9	7,0
Mulheres	7,4	7,5
Trabalhadores por conta de outrem com contrato não permanente (%)	16,9	19,5

a) Em percentagem do emprego total de cada sexo. b) Em percentagem do emprego total.

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

Se tivermos em conta que, nos inícios dos anos noventa, o peso dos trabalhadores a tempo parcial e com um contrato não permanente era respectivamente de 4,5% e 9,3% ao nível da Região Norte, podemos apontar<sup>97</sup> que permeando as recomposições que caracterizaram a evolução da população inactiva, activa e empregada da Região Norte naquele período, que abordámos nos seus aspectos principais nos pontos anteriores, se observa o incremento da individualização, flexibilização e precariedade da mão-de-obra. Mais propriamente, ampliou-se o volume e o peso relativo das formas flexíveis de emprego antes apontadas<sup>98</sup> (em ruptura com as formas típicas da relação salarial fordista) que, provavelmente, afectam mais as mulheres e os jovens com baixas qualificações escolares e profissionais, o que concorre para a segmentação do mercado de trabalho e para a (re)produção de situações de desigualdade social. Formas que, por outro lado, são instrumentos de flexibilização quantitativa do emprego, em termos do seu volume, custos e tempo de trabalho, os quais são considerados, pelos defensores das teses neo-liberais de desregulamentação do mercado de trabalho, como fundamentais, senão mesmo

<sup>97</sup> Embora com as devidas cautelas metodológicas decorrentes da inexistência de uma série temporal homogénea face àqueles indicadores.

<sup>98</sup> A estas formas flexíveis de emprego teremos que agregar os falsos independentes, o trabalho temporário, o trabalho informal ou clandestino (mobilizando nos últimos anos população imigrante), em que se integra o trabalho infantil (ainda com alguma expressão em zonas da Região Norte).



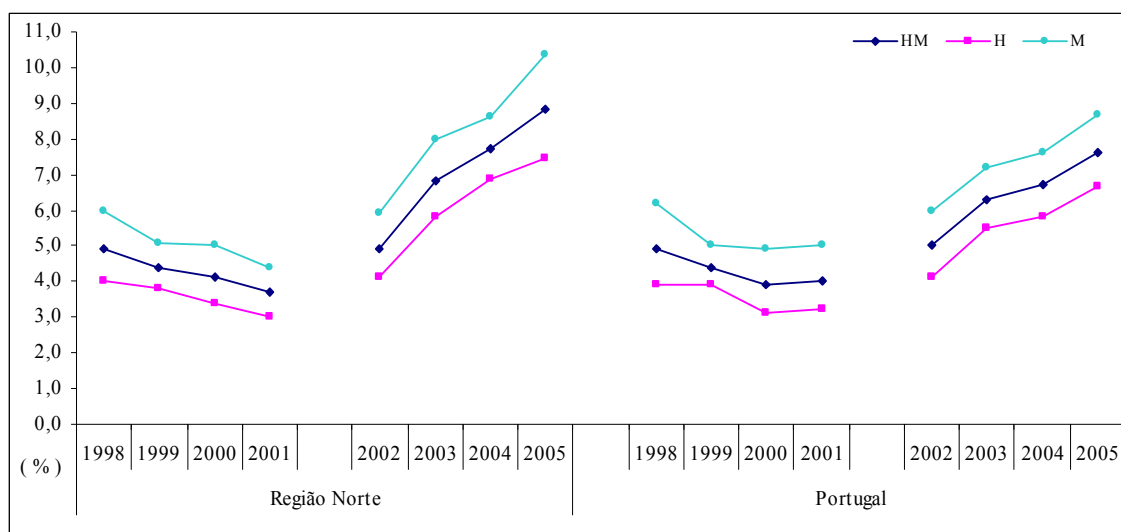


cruciais, para o crescimento e para a manutenção da competitividade das empresas, no contexto de globalização e internacionalização das trocas comerciais (Gonçalves, 2003).

Para a Região Norte, o volume do desemprego diminuiu continuamente entre 1998 e 2001 (uma variação de -20,9%), não se verificando, ao nível nacional, um trajecto idêntico, pela inversão da tendência de descida neste último ano<sup>99</sup>. No contingente feminino, o desemprego reduziu-se em 20,9%, no mesmo período, registando o contingente masculino uma quebra ligeiramente menos intensa na ordem dos -21,1%. Assim, observa-se que a taxa de desemprego passou de 4,9% em 1998 (4,0% para os homens e 6,0% para as mulheres) para 3,7% em 2001 (3,0% e 4,4%, respectivamente para os homens e para as mulheres). Em 2002, inicia-se um trajecto de forte crescimento do desemprego na Região, mais intenso do que a nível nacional. Entre este ano e 2005, o número de desempregados aumentou 87,5% (o que correspondeu a mais 81,2 mil indivíduos), sendo as mulheres as mais penalizadas com uma variação de 89,1%, (mais 44,9 mil desempregadas) comparativamente aos homens com 85,6% (mais 34,3 mil desempregados). Em termos mais específicos, o desemprego sofreu uma forte aceleração em 2003 com um acréscimo de 40,9%, ocorrendo nos dois anos seguintes aumentos relativos mais restritos, de 13,7% e 17,0% respectivamente. A taxa de desemprego evoluiu de 4,9% em 2002 para 8,8% em 2005. Nesses mesmos anos, para as mulheres, a taxa passou de 5,9% para 10,4%, enquanto a dos homens avançou, mais lentamente, de 4,1% para 7,5%. Por sua vez, a proporção de mulheres no desemprego total, naquele último ano, era de 54,8%. Dados que evidenciam empiricamente a maior vulnerabilidade das mulheres face ao desemprego, na medida em que ocupam, comparativamente aos homens, maioritariamente postos de trabalho pouco qualificados e contratualmente precários, que são objecto privilegiado de supressão em contextos de crise económica e de limitação dos custos salariais das organizações.

---

<sup>99</sup> Para uma análise sobre o desemprego em Portugal no passado recente, consulte-se Gonçalves (2005). O presente texto é tributário das considerações de ordem teórica e metodológicas explanadas naquele artigo sobre a questão do desemprego, para as quais se remete o leitor, na medida em que, por razões de economia de texto, não serão aqui novamente explicitadas.

Gráfico 5  
Taxa de Desemprego

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

A Região Norte apresenta, nos últimos três anos, taxas de desemprego total e para cada um dos géneros superiores à média nacional. Algumas das vulnerabilidades económicas deste espaço geográfico - como, por exemplo, o padrão de especialização produtiva, em parte dependente de actividades que sofrem uma forte concorrência de economias estrangeiras, a competitividade empresarial assente principalmente em salários reduzidos, a parcela importante do tecido empresarial debilmente inovador e concorrencial, os níveis baixos de escolarização e de qualificação profissional da população activa - reforçadas pela quebra da performance económica global do país têm induzido o avolumar mais rápido e extenso do contingente de desempregados. O fechamento do mercado de emprego estatal, por razões de contenção orçamental, tornou ainda mais difícil a (re)inserção laboral dos desempregados.

Decompondo a evolução do desemprego na Região, nos últimos quatro anos, por grupos etários, regista-se o importante incremento relativo do grupo dos 25 aos 44 anos (93,6%) e dos 45 e mais anos (168,5%)<sup>100</sup>. Comparativamente a estes, o grupo mais jovem (dos 15 aos 24 anos) expandiu-se de modo menos intenso (40,7%). Em consequência destes movimentos, a estrutura etária do desemprego alterou-se no sentido do seu envelhecimento, em que se destaca o aumento do peso relativo do grupo mais velho em 7,8 p.p. de 2002 a 2005 (Quadro 42). A taxa de desemprego deste grupo quase triplicou, entre 2002 e 2005, embora apresentasse um valor baixo à partida, observando-se igualmente um importante incremento da taxa do grupo dos 25 aos 44 anos. É de salientar que a par da diminuição do peso relativo do desemprego juvenil no desemprego total, associada à queda dos volumes de jovens empregados e activos -

<sup>100</sup> Veja-se o Quadro L, em Anexo.



expressão de uma escolarização mais prolongada, recorde-se -, avançou o desemprego juvenil na Região, atingindo a respectiva taxa o valor de 15,8% em 2005, quase o dobro da taxa de desemprego total. A maior vulnerabilidade dos jovens ao desemprego manifesta-se, de modo acrescido, em contextos temporais de rarefacção do emprego, demonstrando não só as suas dificuldades para se manterem ou inserirem no emprego, mas também a natureza desigual e selectiva do desemprego. Embora seja de relativizar parcialmente a importância do desemprego no seio dos jovens, na medida em que só uma parcela dos mesmos está inserida no mercado de trabalho, é de destacar que o rácio de desemprego dos jovens<sup>101</sup>, na Região, vem aumentando ao longo dos últimos anos, registando em 2005, o valor de 7,6%<sup>102</sup>.

Quadro 44  
Desemprego por grupos etários a)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Região Norte</b>								
Taxa de Desemprego								
15 aos 24 anos	8,8	7,2	8,1	6,5	10,0	13,6	15,3	15,8
25 aos 44 anos	4,7	4,3	3,6	3,5	4,8	6,7	7,4	8,8
45 e mais anos	2,8	2,8	2,9	2,5	2,7	4,2	5,1	6,4
% no Desemprego Total								
15 aos 24 anos	33,9	30,1	32,6	29,3	31,5	27,0	25,8	22,1
25 aos 44 anos	48,7	50,5	45,5	49,9	50,8	52,0	51,2	52,4
45 e mais anos	17,4	19,4	21,8	20,8	17,8	20,9	22,9	25,5
<b>Portugal</b>								
Taxa de Desemprego								
15 aos 24 anos	10,4	8,8	8,6	9,4	11,6	14,5	15,3	16,1
25 aos 44 anos	4,7	4,3	3,7	3,7	4,9	6,4	6,4	7,7
45 e mais anos	3,0	2,9	2,7	2,6	3,0	3,6	4,5	5,2
% no Desemprego Total								
15 aos 24 anos	29,9	27,3	28,3	29,8	28,7	26,1	24,4	21,5
25 aos 44 anos	48,1	49,3	46,9	46,2	49,3	52,2	50,0	52,4
45 e mais anos	22,0	23,4	24,8	24,0	22,0	21,7	25,5	26,1

a) Os valores respeitantes aos anos de 2002 a 2005 para a Região Norte são aferidos aos resultados definitivos do Recenseamento Populacional de 2001.

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

Em termos da categoria de procura de emprego ocorre, entre 1998 e 2001 na Região Norte, a consolidação do peso maioritário dos desempregados que procuram um novo emprego, embora com algumas flutuações entre os vários anos. No período seguinte, assiste-se ao forte aumento daquela categoria de desempregados (uma variação de 93,5%), enquanto que os que procuram o primeiro emprego, vivenciando o desemprego de inserção, fundamentalmente jovens em processo de transição entre o sistema educativo e o sistema económico, aumentam

<sup>101</sup> O rácio de desemprego dos jovens (15 aos 14 anos) expressa a proporção de jovens desempregados no total da população do mesmo grupo etário.

<sup>102</sup> Em 2002 esse rácio era de 5,1%, evoluindo para 6,8% e 7,5% nos dois anos seguintes, respectivamente.



mais moderadamente na ordem dos 62,0%, apresentando, por sua vez, uma queda do seu peso relativo. Note-se que 88,0% do crescimento do desemprego resultou da incorporação de indivíduos à procura de novo emprego. Para além das dificuldades de inserção laboral dos jovens pela não criação de novos empregos em quantidade, o conjunto dos movimentos apontados indicam, predominantemente, a expansão de situações de entrada em desemprego, como o fim dos contratos de trabalho de duração limitada, os despedimentos individuais ou colectivos, ocorridos no âmbito do encerramento e da reorganização tecnológica e produtiva das empresas, que conduziram ao amplo avolumar dos que procuram uma reinserção laboral.

Quadro 45  
Categoria de procura de emprego e duração do desemprego

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Região Norte								
Categoria de procura de emprego (%)								
1º emprego	19,6	15,8	13,9	17,6	17,0	15,5	15,0	14,7
Novo Emprego	80,4	84,2	86,1	82,4	82,7	84,5	85,1	85,3
Duração do Desemprego (%)								
Menos de 1 ano	56,3	57,0	54,5	57,0	60,6	61,5	50,8	45,5
1º ano e mais	43,7	43,0	45,5	43,0	39,4	38,5	49,2	54,5
Taxa de DLD	2,1	1,9	1,9	1,6	1,9	2,6	3,8	4,8
% do DLD no desemprego total	47,3	47,0	45,4	42,2	38,9	38,3	49,1	54,1
Portugal								
Categoria de procura de emprego (%)								
1º emprego	17,8	14,9	13,3	16,2	15,2	13,5	13,5	13,9
Novo Emprego	82,2	85,1	86,7	83,8	84,8	86,5	86,5	86,1
Duração do Desemprego (%)								
Menos de 1 ano	54,4	58,7	56,3	59,4	62,4	62,1	53,6	49,7
1º ano e mais	45,6	41,3	43,7	40,6	37,6	37,9	46,4	50,3
Taxa de DLD	2,3	1,8	1,7	1,6	1,9	2,4	3,1	3,8
% do DLD no desemprego total	45,6	41,3	43,7	40,0	37,2	37,8	46,3	49,9

a) Os valores respeitantes aos anos de 2002 a 2005 para a Região Norte são aferidos aos resultados definitivos do Recenseamento Populacional de 2001.

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

Um último ponto importa analisar - a duração do desemprego. Entre 1998 e 2001 predominam, em termos relativos para a Região Norte e para o país, os desempregados que permanecem nessa situação há menos de 1 ano. Por sua vez, todos os indicadores sobre o desemprego de longa duração (DLD) - duração do desemprego superior a um ano e mais - evoluíram de modo favorável. A situação inverte-se entre 2002 e 2005. Resultante do acréscimo continuado e persistente do desemprego, bem como das dificuldades de (re)inserção no emprego, aquela última categoria de desempregados expandiu-se fortemente (uma variação de 160,9%, o equivalente a mais 58,1 mil indivíduos) ao nível da Região<sup>103</sup>. A taxa de DLD mais

<sup>103</sup> Os desempregados de longa duração contribuíram em 71,6% para o aumento do total do desemprego nos últimos quatro anos.



que duplicou apresentando, em 2005, o valor de 4,8%, ampliando-se, igualmente, a proporção dos desempregados de longa duração de 38,9%, em 2002, para 54,1% em 2005. Os valores apresentados traduzem explicitamente a crise do emprego que vem subsistindo na Região. Por sua vez, são valores mais elevados do que os correspondentes a nível nacional. Para este último ano, a taxa de DLD da Região apresenta um diferencial de +1,0 p.p. e o peso relativo dos desempregados de longa duração de +4,2 p.p., relativamente às médias nacionais<sup>104</sup>. Como apontámos em outros textos (Gonçalves, 2003 e 2005), o DLD é socialmente selectivo, atingindo, com maior incidência, os jovens à procura do primeiro emprego, as mulheres, os que apresentam baixas qualificações académicas e profissionais e uma idade avançada para os padrões de selecção e recrutamento da mão-de-obra pelos empregadores. A inexistência de dados mais detalhados sobre o DLD não nos permite analisar essa selectividade, embora seja plausível admitir a sua existência ao nível da Região. Por sua vez, o alongamento da duração do desemprego, fortemente associado àqueles segmentos de desempregados, faz acrescer as dificuldades dos sujeitos em (re)inserir-se profissionalmente, potenciando as situações de pobreza e exclusão social (Demazière, 2006; Capucha, 2005).

Em 2005, encontravam-se registados como desempregados nos Centros de Emprego do IEFP da Região Norte 216.027 indivíduos. Desde 2001, esse contingente aumentou 72,9%. O ritmo de crescimento do emprego foi mais intenso em 2002 e 2003 com uma variação de 20,1% e 25,2%, respectivamente, subsistindo uma quebra nos anos seguintes (2004, 9,2% e 2005, 5,3%). A proporção de desempregados há um ano e mais aumentou nos anos mais recentes, o que resulta do alongamento do tempo de permanência no desemprego, decorrente da intensificação deste fenómeno num curto espaço de tempo. Esta categoria de desempregados registou uma variação de 88,9%, entre 2001 e 2005, significativamente superior à respeitante aos desempregados com menos de um ano que se situou nos 60,5%. Por sua vez, e ilustrativo da evolução menos favorável do desemprego na Região, regista-se que a respectiva proporção dos desempregados há um ano e mais tem sido sempre superior ao correspondente valor nacional, para além de concentrar, em 2005, uma parcela significativa do total nacional de desempregados registados na ordem dos 46,1%<sup>105</sup>.

---

<sup>104</sup> Recorde-se que em relação à taxa de desemprego global de 2005, a Região apresentava um valor superior em 1,2 p.p. face ao país.

<sup>105</sup> Sublinhe-se que em 2001 essa proporção era de 39,5%, sofrendo desde essa data um aumento continuado.



Quadro 46  
Indicadores sobre o desemprego registado na Região Norte

	2001	2002	2003	2004	2005
Região Norte					
Total	124.942	150.017	187.895	205.115	216.027
Tempo de Inscrição (%)					
Menos de 1 ano	56,3	59,9	55,7	52,1	52,3
1 ano e mais	43,7	40,1	44,3	47,9	47,7
Nível de escolaridade (%)					
Nenhum	7,9	6,7	6,0	5,5	5,2
Básico – 1º ciclo	40,1	38,1	37,7	38,6	38,4
Básico – 2º ciclo	20,3	21,5	21,9	22,5	22,1
Básico – 3º ciclo	12,9	13,5	13,7	13,9	14,0
Secundário	12,9	13,7	13,4	13,1	13,0
Superior	5,9	6,5	7,2	6,4	7,4
Continente					
Total	316.440	371.413	443.105	457.864	468.115
Tempo de Inscrição (%)					
Menos de 1 ano	60,3	64,0	60,7	57,5	58,4
1 ano e mais	39,7	36,0	39,3	42,5	41,6
Nível de escolaridade (%)					
Nenhum	7,7	6,6	6,0	5,6	5,3
Básico – 1º ciclo	35,3	33,4	32,8	33,5	33,0
Básico – 2º ciclo	19,9	20,4	20,4	21,0	20,6
Básico – 3º ciclo	15,2	15,8	16,0	16,5	16,6
Secundário	14,7	15,9	16,0	15,8	15,7
Superior	7,1	7,9	8,8	7,5	8,8

a) Dado não disponível.

Fonte: IEFP, *Situação do Mercado de Emprego – Relatório Anual*.

Enquanto, na Região, o segmento dos desempregados sem nenhum nível de escolaridade somente cresceu 14,1%, os restantes apresentam robustas variações positivas - o 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, 65,6%, 87,7% e 92,9% respectivamente, o Secundário 73,1% e o Superior 115,7%. Assim, são patentes algumas alterações na distribuição percentual dos desempregados pelos vários níveis de escolaridade, comparando 2002 com 2005, que vão no sentido do reforço das respectivas posições relativas, embora com algumas flutuações, com excepção dos dois níveis mais baixos. O acréscimo do volume e do peso dos desempregados com a posse de um título académico de nível superior, na Região e no país, em que as informações existentes apontam para um importante peso de jovens numa situação de desemprego de inserção, provavelmente resulta principalmente da redução significativa da capacidade empregadora do Estado deste segmento da mão-de-obra mais qualificada, por razões de política orçamental. A isto necessariamente acresce o deficit de criação de empregos em quantidade e qualidade, por parte das entidades empregadoras privadas, que permitam inserir profissionalmente essa mão-de-obra. Aspectos que, conjuntamente, poderão conduzir a uma estagnação do trajecto de qualificação do emprego que vinha ocorrendo na Região, embora a um ritmo mais lento do que se regista a nível nacional.



Em conclusão, e confinando-nos unicamente aos dados analisados nas páginas anteriores, é de salientar que o mercado de trabalho na Região Norte apresenta determinadas fragilidades que se traduzem em obstáculos ao desenvolvimento sócio-económico. Em primeiro lugar, afigura-se-nos importante apontar que a Região diverge dos outros contextos geográficos nacionais, pelo facto de apresentar uma menor capacidade de criação de empregos em períodos de expansão económica e uma maior destruição dos mesmos em momentos de recessão económica<sup>106</sup>. Presentemente, os indicadores sobre o emprego e o desemprego colocam a Região numa posição mais desfavorável no contexto nacional. Provavelmente, o padrão de especialização produtiva da Região, que assenta, entre outros aspectos, numa abertura ampla ao exterior com uma forte componente exportadora, e igualmente na mono especialização produtiva em sectores tradicionais com notórias debilidades em termos de competitividade, de inovação e de organização do sector empresarial, torna o tecido sócio-económico regional mais permeável às fortes dinâmicas da actual fase da globalização. A vocação exportadora da Região é, simultaneamente, uma importante oportunidade, potencialmente incrementadora de uma melhoria da posição da economia regional no contexto da União Europeia, mas um risco se persistirem aquelas debilidades.

A recente crise do emprego afecta intensamente a Região Norte. Caracteriza-se pela estagnação da oferta de postos de trabalho por parte das organizações empregadoras, públicas e privadas, pelo agravamento do desemprego, em particular de grupos populacionais como os jovens, as mulheres e os trabalhadores com idades superiores aos 45 anos, e pelo acréscimo do volume de desempregados de longa duração. Elementos estes que se apresentam como obstáculos, embora provavelmente de natureza conjuntural, à coesão e inclusão sociais na Região. A isto acresce o facto de subsistir um conjunto de desempregados que possuem baixas qualificações académicas e profissionais, embora por vezes detenham longas trajectórias ocupacionais, o que torna problemática a sua integração, com sucesso, em programas de formação profissional com vista à sua actualização, aperfeiçoamento ou reconversão profissionais. Nomeadamente pela rápida expansão e características que assume, o DLD é, no momento presente, uma das notórias debilidades do mercado de trabalho da Região, como já aconteceu em outros períodos dos anos noventa (Gonçalves, 2002). O défice de emprego constitui um dos problemas relevantes ao nível do Norte. Embora a conjuntura económica actual ainda seja adversa, afigura-se-nos que, por exemplo, a par da criação de emprego em sectores produtivos com uma maior intensificação tecnológica, já presentes no tecido sócio-económico da Região, e que importa, de sobremaneira ampliar, deve ser privilegiado a expansão dos sectores de serviços comerciais, de apoio às empresas, e não comerciais, de apoio às pessoas e

---

<sup>106</sup> Conclusão igualmente defendida no Programa Operacional da Região Norte de 2007-2013.



de natureza social<sup>107</sup>, face à potencialidade de crescimento ainda existente. Expansão que deverá ser articulada com as dinâmicas de desenvolvimento regional e local, incrementando as potencialidades existentes. Para isso é fundamental redefinir e relançar a dimensão regional e local das políticas activas de emprego<sup>108</sup>.

Apesar da melhoria verificada no passado recente, persiste na Região uma parcela substancial da população activa com baixas qualificações académicas e profissionais<sup>109</sup>. Situação que expressa principalmente o deficit acumulado, ao longo do tempo, de escolarização da população, mas que não deixa também de estar associada, nas últimas décadas, ao abandono, à saída antecipada e à saída precoce do sistema de ensino por parte das gerações mais jovens. Em paralelo à intensificação do processo de escolarização, nas suas múltiplas vertentes - infra-estruturas, organização, oferta educacional e processos educativos -, é consensual que a formação profissional sustentada e qualificante, direccionada para os que já possuem recursos qualificacionais, mas também para os activos não jovens e com menores recursos académicos e qualificacionais, persiste como uma via forte para a melhoria efectiva, e, portanto, não estritamente nominal e estatística, dos actuais e futuros activos.

A par disto, subsiste a evidência empírica de uma procura não ampla por parte das entidades empresariais de mão-de-obra mais qualificada academicamente que, no passado recente, vem sendo principalmente formada nas instituições de ensino superior sedeadas na Região. Facto que não concorre para um acréscimo do perfil qualificacional dessas organizações. A presente crise de emprego pautada pelo fechamento do mercado de trabalho estatal que, durante anos, teve um papel relevante na absorção de recursos mais qualificados, possibilitando, em simultâneo, a sua localização em espaços da Região Norte distantes do litoral mais urbanizado, tem vindo a agravar tal situação. Torna-se imperioso para a Região a expansão da oferta de empregos qualificados e qualificantes - em termos da natureza do trabalho, das remunerações, das carreiras e das possibilidades de formação profissional, entre outras dimensões - pelas entidades empregadoras privadas e públicas, que possam absorver essa mão-de-obra com elevadas habilitações académicas, evitando-se, deste modo, embora sempre de modo parcial, a sua emigração para outros contextos geográficos ou a sua desclassificação social.

---

<sup>107</sup> Neste caso articulado com o quadro de desenvolvimento da denominada economia social e do Mercado Social de Emprego.

<sup>108</sup> Estão neste caso os seguintes Programas Regionais: Plano Regional para o Emprego para Trás-os-Montes e Alto Douro; Programa de Promoção do Emprego no Distrito do Porto e Plano de Intervenção do Alto Douro.

<sup>109</sup> Vários documentos acentuam fortemente este ponto fraco da Região Norte, referimo-nos, em particular, ao Programa Operacional do Norte de 2000-2006, ao Programa Operacional do Norte de 2007-2013 e aos vários documentos produzidos no âmbito das acções de análise do Norte 2015 (consulte-se [www.norte2015.com.pt](http://www.norte2015.com.pt)) ou CCNR-D (2006).





ANEXO



Quadro A  
Variação percentual das categorias da população inactiva por NUTS III da Região Norte

	Alto Trás-os-Montes		Ave		Cávado		Douro	
	1981/91	1991/01	1981/91	1991/01	1981/91	1991/01	1981/91	1991/01
População Inactiva								
Total	-13,4	-7,6	-1,5	7,6	-1,0	3,7	-9,9	-11,7
Homens	-0,5	-5,2	3,7	10,5	6,6	5,5	-0,2	-8,1
Mulheres	-20,4	-9,1	-5,1	5,5	-5,8	2,6	-15,1	-13,9
Categorias								
Menos de 12 anos	-39,0		-20,8		-21,7		-33,5	
Estudante	10,6	9,0	30,4		37,4		13,1	
Domestica	-45,0	-25,1	-30,9	-16,7	-32,4	-11,5	-39,3	-26,0
Reformado/Pensionista	65,1	23,2	91,9	16,9	93,5	14,1	69,0	6,5
Incapacitado para o trabalho	-60,2	38,7	-88,1	127,6	-86,9	165,4	-74,6	100,7
Outros	156,6	-44,8	156,6	9,2	203,6	-24,1	168,2	-45,4
	Entre o Douro e o Vouga		Grande Porto		Minho-Lima		Tâmega	
	1981/91	1991/01	1981/91	1991/01	1981/91	1991/01	1981/91	1991/01
População Inactiva								
Total	0,4	5,1	-1,4	2,9	-2,7	-1,1	-4,7	0,9
Homens	8,7	8,7	7,0	9,3	4,0	-0,1	1,4	4,3
Mulheres	-4,5	2,8	-6,3	-1,1	-6,7	-1,6	-8,2	-1,2
Categorias								
Menos de 12 anos	-21,2		-23,8		-28,6		-23,6	
Estudante	34,6	-16,0	28,0	-29,1	28,0	-22,6	23,5	-22,3
Domestica	-35,4	-12,5	-36,3	-25,6	-25,9	-6,5	-24,0	-12,6
Reformado/Pensionista	93,2	23,6	122,2	26,6	66,4	12,8	76,4	9,3
Incapacitado para o trabalho	-26,4	-2,5	-74,5	53,7	-78,2	86,1	-75,9	120,5
Outros	136,4	-20,6	85,2	-5,7	123,5	-31,5	175,5	-31,5

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Quadro B  
Variação percentual da população activa por NUTS III da Região Norte

	Alto Trás-os-Montes		Ave		Cávado		Douro	
	1981/91	1991/01	1981/91	1991/01	1981/91	1991/01	1981/91	1991/01
População Activa - HM								
Total	-14,1	-0,4	17,5	12,5	19,5	20,3	-6,6	1,1
Homens	-25,6	-8,1	11,0	10,0	9,0	17,4	-15,9	-7,0
Mulheres	22,6	14,5	26,6	15,6	36,0	23,9	19,2	16,8
	Entre o Douro e o Vouga		Grande Porto		Minho-Lima		Tâmega	
	1981/91	1991/01	1981/91	1991/01	1981/91	1991/01	1981/91	1991/01
População Activa - HM								
Total	13,7	14,4	11,4	13,2	-2,5	1,8	11,8	17,0
Homens	5,7	11,2	3,2	7,1	-6,1	3,4	2,5	10,7
Mulheres	26,8	18,7	24,2	21,1	2,4	-	32,7	27,8

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.



Quadro C  
Variação percentual da população empregada por sector de actividade e sexo

	1981-1991		1991-2001	
	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal
Primário				
Total	-39,3	-41,0	-50,4	-48,0
Homens	-37,7	-41,4	-46,4	-46,4
Mulheres	-41,7	-40,4	-56,8	-51,0
Secundário				
Total	18,1	5,6	2,2	4,4
Homens	4,5	-3,2	5,0	6,1
Mulheres	50,6	31,9	-2,6	0,6
Terciário				
Total	39,5	33,2	36,3	31,4
Homens	28,8	20,9	22,7	17,1
Mulheres	54,4	50,0	52,2	47,3

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.

Quadro D  
Variação percentual da população empregada e por situação na profissão e sexo

	1981-1991		1991-2001	
	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal
Patrão				
Total	127,4	104,0	60,6	44,6
Homens	91,0	74,4	52,5	40,1
Mulheres	330,5	261,7	80,9	53,6
Trabalhador por conta própria				
Total	-13,7	-11,4	-43,7	-89,8
Homens	-19,7	-15,0	-45,2	-99,9
Mulheres	-0,7	-3,3	-41,1	-72,7
Trabalhador familiar não remunerado				
Total	-32,3	-19,3	-60,9	-124,9
Homens	-39,3	-32,0	-64,9	-151,7
Mulheres	-27,2	-10,1	-58,5	-112,4
Trabalhador por conta de outrem				
Total	16,1	7,9	16,9	16,5
Homens	4,6	-3,2	11,2	9,9
Mulheres	36,6	28,9	24,7	24,2

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.



Quadro E  
 Variações dos indicadores sobre a população empregada por NUTS III da Região Norte

	Alto Trás-os-Montes		Ave		Cávado		Douro	
	1981/91	1991/01	1981/91	1991/01	1981/91	1991/01	1981/91	1991/01
População Empregada								
Total	-10,2	-3,0	22,3	12,4	26,4	18,0	-4,7	-0,3
Homens	-21,6	-9,6	13,5	10,5	15,1	15,8	-13,1	-7,7
Mulheres	28,7	10,7	35,2	14,7	44,4	20,7	20,2	15,5
População empregada por Sector de Actividade								
Primário								
Total	-34,7	-52,1	-50,2	-44,9	-40,4	-52,6	-32,1	-40,6
Homens	-38,1	-51,1	-42,1	-42,6	-38,3	-46,4	-33,3	-41,8
Mulheres	-22,0	-55,4	-59,4	-48,7	-42,6	-59,3	-28,5	-37,0
Secundário								
Total	-18,7	31,3	24,7	-0,1	38,8	11,4	-2,1	8,8
Homens	-20,6	25,1	12,5	2,7	14,3	15,3	-6,2	8,1
Mulheres	2,4	86,3	43,2	-3,3	97,8	6,0	41,9	14,0
Terciário								
Total	48,1	28,6	51,5	58,1	53,3	46,2	38,7	27,5
Homens	21,5	22,0	45,0	42,5	45,6	32,4	21,4	17,2
Mulheres	93,6	35,7	60,6	77,8	63,5	62,4	66,1	39,5
	Entre o Douro e Vouga		Grande Porto		Minho-Lima		Tâmega	
	1981/91	1991/01	1981/91	1991/01	1981/91	1991/01	1981/91	1991/01
População Empregada								
Total	17,5	12,1	14,5	10,8	-1,0	-0,1	19,9	13,8
Homens	8,4	9,7	5,2	4,7	-3,6	2,3	7,8	8,8
Mulheres	33,0	15,4	30,0	18,9	2,6	-3,0	49,7	22,8
População empregada por Sector de Actividade								
Primário								
Total	-48,9	-52,2	-28,0	-24,7	-38,7	-66,8	-47,0	-54,6
Homens	-45,0	-42,6	-26,1	-26,2	-34,4	-58,6	-45,7	-50,9
Mulheres	-51,7	-60,0	-32,1	-21,2	-41,4	-72,6	-48,7	-59,8
Secundário								
Total	20,0	3,6	4,0	-11,7	12,0	23,2	43,5	15,3
Homens	7,6	5,2	-3,9	-6,2	-2,6	15,5	16,6	14,9
Mulheres	46,5	1,2	20,1	-20,7	103,6	46,2	175,6	16,0
Terciário								
Total	53,6	46,1	28,9	31,0	55,1	29,9	52,4	40,3
Homens	36,4	31,8	20,6	17,1	33,8	21,9	43,5	20,0
Mulheres	78,7	62,1	39,8	46,6	86,1	38,3	67,7	70,1

Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*.



Quadro F  
Variação percentual da população inactiva por categorias

	1998-2001		2002-2005	
	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal
Total	-1,9	-2,4	-1,2	0,5
Categorias de inactivos				
Estudante	-2,3	-4,1	-0,6	-0,1
Doméstica	-6,3	-11,9	-2,1	-7,9
Reformada	1,7	5,0	0,8	6,7
Outros Inactivos	-2,3	-2,3	-3,8	-2,0

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

Quadro G  
Variação percentual da população activa

	1998-2001		2002-2005	
	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal
População Activa				
Total	5,1	4,5	4,1	2,5
Homens	4,1	3,4	1,7	0,9
Mulheres	6,3	5,8	6,8	4,5
Grupos Etários				
15 aos 24 anos				
Total	-8,7	-5,2	-17,1	-20,7
Homens	-3,2	-1,2	-18,1	-21,4
Mulheres	-14,8	-9,9	-16,1	-19,8
25 aos 34 anos				
Total	8,8	6,4	4,0	7,6
Homens	6,1	5,2	2,9	6,7
Mulheres	11,8	7,7	5,2	8,6
35 aos 44 anos				
Total	7,8	4,6	5,8	6,5
Homens	5,7	3,4	3,7	5,2
Mulheres	10,5	6,0	8,3	8,1
45 e mais anos				
Total	8,2	6,7	12,8	6,2
Homens	5,2	3,6	8,5	4,2
Mulheres	12,3	10,8	18,5	8,7
Níveis de escolaridade				
Sem instrução	-11,1	-8,4	-13,8	-26,6
Ensino Básico – 1º ciclo	-4,3	-0,7	-4,4	-10,2
Ensino Básico – 2º ciclo	4,4	3,6	-2,9	-0,7
Ensino Básico – 3º ciclo	17,0	15,1	18,7	13,5
Secundário	23,7	9,6	16,5	18,4
Superior	18,3	8,6	38,9	37,5

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.



Quadro H  
Variação percentual da população empregada

	1998-2001		2002-2005	
	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal
População Empregada				
Total	6,4	5,5	-0,2	0,3
Homens	5,1	4,0	-1,8	-1,1
Mulheres	8,1	6,8	1,7	2,0
Grupos Etários				
15 aos 24 anos	-6,5	-4,2	-22,6	-24,8
25 aos 44 anos	9,7	6,7	0,4	3,9
45 e mais anos	8,5	7,1	8,5	3,8
Sectores de Actividade				
Primário				
Total	-5,2	-1,7	12,5	-3,9
Homens	-6,1	-3,3	17,1	-4,2
Mulheres	-4,3	0	8,6	-3,6
Secundário				
Total	-2,0	1,3	-8,6	-9,4
Homens	-1,4	2,2	-7,4	-8,0
Mulheres	-3,1	-0,8	-10,8	-12,7
Terciário				
Total	21,0	10,0	4,5	7,4
Homens	19,7	8,0	1,0	6,4
Mulheres	22,2	11,7	7,7	8,2

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

Quadro I  
Variação percentual da população empregada por ramos de actividade

	1998 - 2001		2002 - 2005	
	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal
1 - Agricultura, Silvicultura e Pescas	-5,1	-1,7	12,5	-3,9
2 - Indústria, Construção, Energia e Água	-2,0	1,3	-8,6	-9,4
2.1 - Indústria Transformadora	-7,2	-5,6	-7,2	-7,7
2.1.1 - Indústria Têxtil e Calçado	-9,9	-7,9	a)	a)
2.1.2 - Fabrico de Mobiliário e Reciclagem	5,2	8,3	a)	a)
2.2 - Construção	14,7	12,6	-11,3	-11,0
3 - Serviços	21,0	10,0	4,5	7,4
3.1 - Serviços Comerciais	20,1	9,7	2,0	4,5
3.1.1 Comércio a Retalho	24,3	6,2	64,3	66,9
3.1.2 - Hotéis e Restaurantes	27,5	4,1	5,9	4,0
3.2 - Serviços Não Comerciais	23,2	10,5	10,5	13,6
3.2.1 - Administração Pública, Defesa e Segurança Social	17,2	8,2	-5,7	4,6
3.2.2 - Ensino	6,8	1,9	15,4	10,8
3.2.3 - Saúde e Serviços Sociais	62,3	25,7	18,7	28,4

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.



Quadro J  
Variação percentual da população empregada por grupo profissional

	1998 - 2001		2002 - 2005	
	Região Norte	Portugal	Região Norte	Portugal
Dirigentes	2,5	-1,4	74,7	74,7
Profissionais intelectuais e científicos	36,6	21,3	17,7	17,7
Técnicos intermédios	-11,3	2,3	2,5	2,5
Administrativos	15,1	12,4	2,6	2,6
Trabalhadores dos serviços	29,6	7,9	-11,2	-11,2
Trabalhadores agrícolas, da floresta e da pesca	5,5	5,3	14,3	14,3
Operários	-2,6	-0,4	-15,7	-15,7
Trabalhadores Não Qualificados	20,5	9,7	-9,1	-9,1

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

Quadro L  
Variação percentual dos indicadores sobre o desemprego

	1998/99	1999/00	2000/01	1998/01	2002/03	2003/04	2004/05	2002/05
Região Norte								
Total	-9,5	-4,6	-8,3	-20,9	40,9	13,7	17,0	87,5
Homens	-3,5	-9,9	-9,2	-21,1	42,2	19,4	9,3	85,6
Mulheres	-14,5	0,2	-7,7	-20,9	39,9	8,9	24,1	89,1
Grupos Etários								
15 aos 24 anos	-23,7	8,8	-17,7	-31,8	21,2	8,5	0,0	31,5
25 aos 44 anos	-11,0	-9,4	0,6	-18,9	44,6	11,9	19,7	93,6
45 e mais anos	-3,9	12,9	-12,7	-5,2	66,1	24,5	29,9	168,5
Portugal								
Total	-10,4	-9,0	3,9	-15,2	26,5	6,6	15,7	56,1
Homens	-1,5	-18,0	2,6	-17,2	32,5	7,5	14,6	63,2
Mulheres	-17,3	-0,6	5,0	-13,7	21,7	6,0	16,6	50,3
Grupos Etários								
15 aos 24 anos	-18,2	-5,7	9,5	-15,5	15,2	-0,2	1,6	16,8
25 aos 44 anos	-8,1	-13,5	2,4	-18,6	34,1	2,2	21,3	66,1
45 e mais anos	-4,7	-3,6	0,6	-7,6	24,7	25,4	18,5	85,2

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.



Quadro M  
Variação percentual dos indicadores sobre o desemprego

	1998/99	1999/00	2000/01	2002/03	2003/04	2004/05	2002/05
Região Norte							
Categoria de procura							
1º emprego	-27,2	-15,9	16,0	28,5	9,9	14,8	62,0
Novo emprego	-5,2	-2,5	-12,2	44,1	14,5	17,3	93,5
Tempo de Desemprego							
Menos de 1 ano	-8,7	-8,8	-5,8	44,3	-6,0	4,4	41,6
1 e mais anos	-10,9	0,6	-14,8	38,8	45,7	29,0	160,9
Portugal							
Categoria de procura							
1º emprego	-25,2	-18,8	26,7	12,7	6,3	19,3	42,8
Novo emprego	-7,1	-7,3	0,4	29,1	6,7	15,1	58,5
Tempo de Desemprego							
Menos de 1 ano	-3,4	-12,8	8,0	26,8	-8,0	7,1	25,0
1 e mais anos	-18,7	-3,6	-5,0	28,5	30,6	24,8	109,5

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.





## Bibliografia

AFRICANO, Ana Paula (1998) – Monografia da indústria da Região Norte. *Estatísticas e Estudos Regionais*, nº 5, p. 25-35.

ALMEIDA, Ana Nunes; VIEIRA, Maria Manuel (2006) – *A escola em Portugal*. Lisboa: ICS.

ALMEIDA, João Ferreira (1986) – *Classes sociais no campo*. Lisboa: ICS.

ALMEIDA, João Ferreira [et al.] (1996) – Recomposição social e novos protagonismos. In REIS, António, org. - *Portugal – 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo dos Leitores. p. 307-330.

ALMEIDA, João Ferreira, coord. (1995) – *Introdução à sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta.

AUER, Peter; GAZIER, Bernard, eds. (2002) – *The future of work employment and social protection*. London: OIT.

BANDEIRA, Mário Leston (1996) – *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

BARRETO, António, org. (1996) - *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: ICS.

BECK, Ulrich (2000) – *The Brave New World of Work*. Oxford: Polity Press.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott (1994) - *Reflexive Modernize*. Cambridge: Polity.

BORJAS, George (2005) – *Labor Economics*. Bóston: McGRAW-HILL.

CAPUCHA, Luís (2005) – *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta Editora.

CAPUCHA, Luís, coord. (2003) - *Impacto da estratégia europeia para o emprego em Portugal. Síntese dos estudos de avaliação*. Lisboa: DEPP/MSST.

CARDOSO, Gustavo; COSTA, Firmino da (2004) – *A sociedade em rede em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

CARREIRA, Henrique Medina (1996) – As políticas sociais em Portugal. In BARRETO, António org. - *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: ICS. p. 365-477.

CASTEL, Robert (1995) - *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayard.

CASTELLS, M. (2001) – *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. I, II e III. Lisboa: FCG.

CERDEIRA, Maria, coord. (2000) – *Novas modalidades de emprego*. Lisboa: MTS.

CINGOLANI, Patrick (2005) – *La precarité*. Paris: PUF.



COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (2006) – *NORTE 2015: Competitividade e Desenvolvimento – Uma Visão Estratégica* [Em linha]. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. [Consult. 14 Dez. 2006]. Disponível em <http://www.ccr-norte.pt/regnorte/norte2015.php>.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (2007) – *Programa Operacional do Norte 2007-2013* [Em linha]. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. [Consult. 12 Fev. 2007]. Disponível em <http://www.ccr-norte.pt/regnorte/norte2015.php>.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO REGIONAL DO NORTE (1998) – *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006. Diagnóstico Prospectivo da Região Norte*. Porto: Comissão de Coordenação Regional do Norte.

CORCUFF, Pierre (1995) - *Les Nouvelles Sociologies*. Paris: Nathan.

CORREIA, António Damasceno (2004) – *O paradigma da flexibilidade*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

COSTA, José e SILVA, Mário Rui (1999) – Empresas e políticas: algumas reflexões sobre as estratégias de desenvolvimento industrial. In SANTOS, Luís; BESSA, Daniel – *Região Norte de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento. p. 165-179.

CRUZ, Sofia Alexandra (2003) – *Entre a Casa e a Caixa. Retrato de Trabalhadoras na Grande Distribuição*. Porto: Edições Afrontamento.

DEMAZIÈRE, Didier (2006) – *Sociologie des chômeurs*. Paris: La Decouverte.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS, PROSPECTIVA E PLANEAMENTO (2002) – *Portugal 1995-2000. Perspectivas de evolução social*. Oeiras: Celta Editora.

DESROSIERES, Alain; THÈVENOT, Laurent (1988) – *Les categories socioprofessionnelles*. Paris: La Decouverte.

DIAS, Ivo Antunes (2005) – *Competitividade, Emprego e Trabalho*. Azeitão: Autonomia 27.

DORNELAS, António, coord. (2006) – *Livro verde sobre as relações laborais*. Lisboa: MTSS.

DUBET, François (2006) – *Injustices*. Paris: Seuil.

ESPING-ANDERSEN, G. (1990) – *The three worlds of welfare capitalism*. Cambridge: Polity Press.

ESPING-ANDERSEN, G. (1996) – *Welfare States in Transition. National Adaptations in Global Economies*. Londres: Sage.

FERNANDES, José Alberto (1999) – Comércio na Região Norte: apontamentos para uma primeira avaliação. In SANTOS, Luís; BESSA, Daniel – *Região Norte de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento. p. 191-210.



FERRÃO, João (1989) – Recomposição social: surpresas e confirmações. In REIS, António, dir. – *Portugal Contemporâneo*. Vol. 5. Lisboa: Alfa. p. 167-189.

FERRÃO, João (1992) – As fragilidades do processo de modernização social. In REIS, António, dir. – *Portugal Contemporâneo*. Vol. 6. Lisboa: Alfa. p. 245-267.

FERRÃO, João (1996) – Três décadas de consolidação do Portugal democrático moderno. In BARRETO, António, org. - *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: ICS. p. 165-189

FERRÃO, João (2003) – Dinâmicas Territoriais e Trajectórias de Desenvolvimento, Portugal 1991-2001. *Revista de Estudos Demográficos*, nº 34, p. 17-25.

FIGUEIREDO, António Manuel, coord. (2003) - *Avaliação do impacto da estratégia europeia para o emprego em Portugal. Criação de emprego e reconversão do tecido empresarial*. Lisboa: DEPP/MSST.

FORSÉ, Henry (1989) - *L'ordre improbable*. Paris: PUF.

FREIRE, João (1995) – *O trabalho independente em Portugal*. Lisboa: CIES/ISCTE.

FREYSSINET, Jacques (2004 a) – *Le chômage*. Paris: La Decouverte.

FREYSSINET, Jacques (2004 b) – Unión económica regional y política del empleo: el caso de la Unión Europea. In FUJII, Gerardo e RUESGA, Santos, coord. - *El trabajo en un mundo globalizado*. Madrid: Pirámide. p. 125-148.

GAZIER, Bernad (1993) – *Économie du travail et de l'emploi*. Paris: Dalloz.

GAZIER, Bernad (2005) – *Vers un nouveau modèle social*. Paris: Flammarion.

GIDDENS, Anthony (1984) - *The constitution of Society*. Cambridge: Polity.

GIDDENS, Anthony (2002) – *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editora.

GONÇALVES, Carlos Manuel (2002) - Desemprego e Desemprego de Longa Duração. In FERNANDES, António Teixeira, coord. - *A inserção social: percursos e desvios de um processo*. Porto: CCRN, p. 107-182.

GONÇALVES, Carlos Manuel (2003) – Emprego e Desemprego: algumas notas de reflexão. In *Sociedade Portuguesa. Passados recentes e futuros próximos. Actas do IV Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: APS. [CD-ROM].

GONÇALVES, Carlos Manuel (2005) – Evoluções recentes do desemprego em Portugal. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, nº 15, p. 125-163.

GONÇALVES, Carlos Manuel; PARENTE, Cristina; VELOSO, Luísa (2001) – Licenciados em sociologia: ritmos e formas de transição ao trabalho. In *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras*. Vol. XI, p. 31-94.



GONÇALVES, Carlos Manuel; PARENTE, Cristina; VELOSO, Luísa (2004) – Licenciados em sociologia e mercado de trabalho na transição do milénio. In *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras*. Vol. XIV, p. 253-297.

GUERREIRO, Maria das Dores; PEGADO, Elsa, coords. (2006) - *Os jovens e o mercado de trabalho*. Lisboa: DGEEP.

GUERREIRO, Maria das Dores, ABRANTES, Pedro (2004) – *Transições Incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*. Lisboa: DGEEP.

GUILLEMARD, Anne-Marie (2004) - *L'âge de l'emploi. Les sociétés à l'épreuve du vieillissement*. Paris: Armand Colin.

GUILLEMARD, Anne-Marie (2005) – Une nouvelle gestion des âges en réponse au vieillissement de la population. In *Sociologia - Faculdade de Letras*. Vol. XV, p. 317-335.

HORTY, Yannick (2006) – *Les nouvelles politiques de l'emploi*. Paris : La Découverte.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1998) – *Retrato das Regiões: Portugal*. Lisboa: INE.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2003) – *Portugal Social, 1991-2001*. Lisboa: INE.

IRES (2000) – *Les marches du travail en Europe*. Paris: La Découverte.

JACOB, A. ; Verin H. (1995) – *L'inscription sociale du marché*. Paris: L'Harmattan.

KERGOAT, J. [et al.] (1998) - *Le monde du travail*. Paris: La Découverte.

KÓVACS, Ilona (2002) – *As metamorfoses do emprego*. Oeiras: Celta Editora.

KOVÁCS, Ilona (2005) – *Flexibilidade de emprego*. Oeiras: Celta Editora.

LEFRESNE, Florence (2003) - *Les jeunes et l'emploi*. Paris : La Decouverte.

LIMA, Marinús Pires (1991) – Relações de trabalho, estratégias sindicais e emprego (1974-90). *Análise Social*. Vol. XXVI (114), p. 905-943.

LIMA, Pedro, DORES; Pedro, COSTA, António Firmino da (1991) – Classificações de profissões nos Censos. *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 10, p. 43-66.

LOPES, H. ; FIOLEAIS, R. (1998) - *Observatoire de l'emploi. Tendances*, nº 31: 64-68.

MACHADO, Fernando; COSTA, António Firmino da (1998) – Processos de uma modernidade inacabada. In VIEGAS, José Leite; COSTA, António Firmino da – *Portugal, que modernidade?*. Oeiras: Celta Editora. p. 11-33.

MARAUNI, Margaret (2002) – *Travail et emploi des femmes*. Paris: La Decouverte.

MARAUNI, Margaret ; REYNAUD, Emmanuèle (1993) – *Sociologie de l'emploi*. Paris: La Decouverte.

MARQUES, Teresa Sá (2004) – *Portugal na transição do século: retrato e dinâmicas territoriais*. Porto: Edições Afrontamento.



MATEUS, Augusto, coord. (2005) – *Competitividade territorial e coesão económica e social*. Lisboa: Observatório do QCA III.

MENDES, Américo (1999) – Evolução do sector agro-florestal do Norte de Portugal nas décadas de 60 e 90. In SANTOS, Luís; BESSA, Daniel – *Região Norte de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento. p. 149-162.

MENDES, Francisco Ribeiro (2005) – *Conspiração grisalha: segurança social, competitividade e gerações*. Oeiras: Celta Editora.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO (2004) – *Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar*. Lisboa: ME/MSST.

MOZZICAFREDO, Juan (1998) – *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

NEFFA, Julio, coord. (2005) – *Actividad, empleo y desempleo: conceptos y definiciones*. Madrid: Miño y Dávila.

PAIS, José Machado (2001) – *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*. Porto: Ambar.

PAUGAM, Serge (2002) – *Le salaridé de la précarité: les nouvelles formes de l'intégration professionnelle*. Paris: PUF.

PEREIRA, António Eduardo (1999) – Desemprego na Região Norte, 1992-1997. *Estatísticas e Estudos Regionais*, nº 20, p. 39-60.

PERRET, B. (1995) - *L'Avenir du Travail. Les Démocraties face au Chômage*. Paris: Seuil.

PINTO, José Madureira (1985) – *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos*. Porto: Edições Afrontamento.

PINTO, José Madureira; PEREIRA; Virgílio Borges (2006) – Trinta anos de democracia: mudanças sociais e inconsistência institucional. In LOFF, Manuel; PEREIRA, Conceição, dir. – *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*. Porto: Ed. Universidade do Porto. p. 133-151.

POURCEL, Patrice (2002) – *Le chômage*. Paris: Bréal.

REBELO, Glória (2004) – *Flexibilidade e Precariedade no Trabalho*. Edição da autora.

RESENDE, José Manuel; VIEIRA, Maria Manuel (2003) – Educação. In INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - *Portugal Social*. p. 69-89.

ROCHA, Edgar (1998) – Notas sobre a população agrícola do sexo feminino, segundo o Recenseamento e segundo o Inquérito ao Emprego: em busca de 300.000 mulheres. *Análise Social*, nº 84, p. 701-705.



RODRIGUES, Maria João (1988) – *O Sistema de Emprego em Portugal. Crise e Mutações*. Lisboa: D. Quixote.

RODRIGUES, Maria João (2003) – *A agenda económica e social da União Europeia. A estratégia de Lisboa*. Lisboa: Dom Quixote.

ROSA, Maria João Valente (1996) – O envelhecimento e as dinâmicas demográficas da população portuguesa a partir de 1960: dos dados ao dilema. In BARRETO, António, org. - *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: ICS. p. 191-212.

ROSA, Teresa, coord. (2000) - *Trabalho Precário. Perspectivas de Superação*. Lisboa: CIES.

RUESGA, Santos (2004) – El mercado de trabajo en la Unión Europea. In FUJII, Gerardo; RUESGA, Santos, coord. - *El trabajo en un mundo globalizado*. Madrid: Pirámide. p. 67-123.

SALEIRO, Emília; TORRES, Sónia (1996) – Alguns números para avaliação do emprego e desemprego na Área Metropolitana do Porto. *Estatísticas e Estudos Regionais*, nº 10, p. 58-69.

SANTANA, Vera; CENTENO, Luís, coord. (2001) – *Formas de trabalho: trabalho temporário; subcontratação*. Lisboa: CIDEC/IEFP.

SANTOS, Américo; EVARISTO, Teresa, coord. (2003) – *Avaliação do impacto da estratégia europeia para o emprego em Portugal. Organização do mercado de trabalho*. Lisboa: DEPP/MSST.

SANTOS, Boaventura Sousa (1985) – Estado e sociedade na semiperiferia europeia do sistema mundial: o caso português. *Análise Social*, 87/88/89, p. 869-901.

SANTOS, Boaventura Sousa (1993) – *Portugal: um retrato singular*. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Delfim; TERRASÊCA, Rui (1999) – Turismo. In SANTOS, Luís; BESSA, Daniel – *Região Norte de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento. p. 213-225.

SANTOS, Luís; BESSA, Daniel (1999) – *Região Norte de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.

SCMHID, Gunter; GAZIER, Bernard, eds. (2002) – *The dynamics of full employment*. London: Edward Elgar.

SILVA, Manuel Carlos (1998) – *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.

SZTOMPKA, Piotr (1991) – *Society in action: the theory of social becoming*. Cambridge: Polity.

SZTOMPKA, Piotr (2002) - *Sociologia del cambio social*. Madrid: Alianza.



TORRES, Sónia (1995) – Caracterização socioprofissional da Região Norte. *Estatísticas e Estudos Regionais*, nº 7, p. 6-27.

TORRES, Sónia (1996) – Emprego e desemprego na Região Norte: análise sub-regional. *Estatísticas e Estudos Regionais*, nº 12, p. 6-18.

TORRES, Sónia (1999) – Emprego na Região Norte, 1992-1997, *Estatísticas e Estudos Regionais*, nº 20, p. 20-25.

TREMBLEY, Diane (1990) – *Économie du Travail*. Québec: Editions Saint-Martin.

TRÈMOULINAS, A. (2006) – *Sociologie des changements sociaux*. Paris: La Découverte.

VAREJÃO, José; CARNEIRO, Anabela (2001) – A dinâmica do mercado de trabalho na Região Norte. *Estatísticas e Estudos Regionais*, nº 24, p. 7-16.

VAREJÃO, José Manuel (2005) – *Norte 2015 – Emprego e Desemprego* (Documento de Enquadramento Preliminar) [Em linha]. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. [Consult. 15 Jun. 2005]. Disponível em <http://www.ccr-norte.pt/regnorte/norte2015.php>.

VAZ, Isabel (1997) – *As formas atípicas de emprego e a flexibilidade do mercado de trabalho*. Lisboa: MQE.